



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL

LORRANE DE LIMA PRIMO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO TOCANTINS: A IMPLANTAÇÃO DOS POLOS DA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (2007-2015)**

**GOIÂNIA
2016**

LORRANE DE LIMA PRIMO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO TOCANTINS: A IMPLANTAÇÃO DOS POLOS DA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (2007 – 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa

**GOIÂNIA
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) (Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

P953e Primo, Lorraine de Lima
Educação a distância no Tocantins [manuscrito]: implantação
dos polos da Universidade Aberta do Brasil (2017-2015)/
Lorraine de Lima Primo.-- 2016.

133 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Planejamento Territorial,
Goiânia, 2016
Inclui referências.

1. Universidade Aberta do Brasil. 2. Ensino à distância
- Tocantins (Estado). J. Barbosa, Ycarim Melgaço. II. Pontifícia Universidade Católica de
Goiás. III. Título.

CDU: 37.018.43(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO



DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO E INTEGRALIZAÇÃO DA GRADUACÃO CURRICULAR DO MESTRADO

Declaro que a mestranda **Lorrane de Lima Primo** apresentou sua Dissertação de Mestrado, com o título: **"EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO TOCANTINS: A IMPLANTAÇÃO DOS POLOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (2007-2015)"**, dia 19/12/2016, que foi arguida pela banca examinadora composta pelos professores: Dr. Yezim Melgaço Barbosa (Orientador), Dr. Jeferson de Castro Vieira (Avaliador Interno), Dr. Carlos Henrique Linares (Avaliador Externo). A sessão iniciou-se às 15h, na Sala de Eventos - Bloco F da área I, nas dependências da PUC Goiás. A seguir procedeu-se a arguição, finda a qual a sessão foi suspensa e o desempenho da mestranda foi a mesma considerada aprovada. A ata de Defesa será entregue ao Mestre quando depositar em definitivo na Secretaria do MDPT em conformidade com as orientações recebidas nesta Sessão de Defesa. Esta declaração tem prazo de validade de 30 dias, tempo máximo para entrega da versão final da dissertação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Goiânia 19 de dezembro de 2016.*****

Secretaria, Luiza Maria Guedes

Orientador:

Avaliador Interno:

Avaliador Externo:

DEDICATÓRIA

Ao meu amado e eterno Pai - Leonardo Pereira Primo(in memoriam), por tudo de honesto, verdadeiro, do bem e feliz que me ensinou pela vida a fora. Te amo eternamente.

“Vencer sem luta é triunfar sem Glória”

AGRADECIMENTOS

Encerra-se aqui um processo, mas certamente é iniciada uma nova caminhada no meu percurso pessoal, profissional e acadêmico. Em primeiro lugar AGRADEÇO A DEUS, meu condutor e dono de todas as coisas.

Empreendi a jornada do Mestrado pelo desejo e sede natural que tenho de sempre aprender mais. Estudar faz parte da minha rotina. Os bancos escolares são tempos de transpiração, de correria, aprendizados e de um fraterno convívio com professores e colegas em trocas ricas e compartilhadas. Fica a certeza da acertada decisão em avançar nos estudos em busca de conhecimentos que certamente mais recebi do que pude ofertar, mas que espero poder retribuir ao longo de minha vida. Nesta caminhada, que não foi sem tropeços, sempre tive incentivos para estudar, continuar e cumprir esta etapa.

Encontrei nos professores, nos familiares, nos poucos e valiosos amigos, na minha mãe, parceira incansável e de todas as horas – Olga Primo, no meu esposo – Enio Gentil e na minha filha – Enia Lorrane, todo o ânimo, a força e o cuidado que tantas vezes necessitei e generosamente não me foram, em nenhum tempo, negados.

Especialmente, agradeço ao meu orientador – Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa, que de forma despreendida, com bom humor, extrema capacidade profissional e científica, caminhou comigo durante todo esse tempo, até que este importante trabalho de minha carreira acadêmica e profissional pudesse ser concluído.

Em nome do Prof. Dr. Antonio Pasqualetto, coordenador do curso, agradeço com carinho a todos os professores do MDPT que ao longo dos anos compartilharam saberes, as vivências acadêmicas e agiram com muita responsabilidade no extraordinário ofício de formar pessoas.

Sou grata aos professores doutores Jeferson de Castro Vieira, Lúcia Maria Moraes, Carlos Henrique Linares, membros da banca de Qualificação e Defesa pelas palavras certeiras que me levaram a seguir adiante.

Aos meus colegas de turma, agradeço pela honra de tê-los conhecido e passado com eles, profissionais qualificados e dedicados, um tão instrutivo, compensador e feliz tempo de minha vida.

A você, Enio Gentil, esposo amado, a força explicativa do sucesso deste empreendimento certamente esteve e está presente no apoio incondicional que tenho obtido e que partilha, cotidianamente, de todas as formas comigo. Todo esse período de estudo foi corrido, trabalhoso, cansativo e, nessas atribulações, conseguia ainda me acalmar, incentivar e me ensinar a ver o além vitorioso. Teu amor, sempre presente, fez meu caminho leve e meu coração desejoso de tornar os (nossos) sonhos realidade.

A você Enia Lorrane, fruto do meu ventre, certamente a minha melhor parte, agradeço pelo amor, pelo afago, pela oportunidade de ver seus pequeninos olhos curiosos e felizes ao receber a mamãe no regresso de cada etapa. Que a pesquisa, a ciência, o respeito pela vida e pelo outro sejam também sua idealização.

Minha gratidão se estende também a meus irmãos queridos, Lindner e Liethen Primo, pela força e o apoio incondicional. Minha irmã Livia Primo, que muitas vezes fez tão bem o papel de mãe de minha cria na minha ausência. Meus sobrinhos amados Larissa, Lorrany, Luanny,

Hádila e Ulisses e não menos importante, poderia deixar meus cunhados Reginaldo Moura, Ocacira Raquel e Elza sem um especial, muito obrigado!

Em Goiânia, Minha gratidão também aos meus sobrinhos Judson e William, pelas idas e vindas debaixo de sol e chuva para que não me atrasasse aos horários das aulas e orientações, e ainda minhas amadas irmãs Nelite e Vilma e também o cunhado Adalberto Campelo pelo aconchego familiar, pela cama sempre pronta e as deliciosas refeições e mimos bem na hora que eu mais precisava, amo vocês.

A FAPEG, pelo apoio financeiro necessário para a realização dessa pesquisa.

Por fim, a minha GRATIDÃO é extensiva a todos aqueles que contribuíram e compartilharam desta conquista ao meu lado, meus sinceros agradecimentos.

Lorrane Primo

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO TOCANTINS: A IMPLANTAÇÃO DOS POLOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (2007-2015).

RESUMO

PRIMO, Lorrane de Lima. **Educação a Distância no Tocantins: a implantação dos polos da Universidade Aberta do Brasil (2007-2015)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

A Educação a Distância – EaD é uma modalidade de ensino que possui características próprias, dentre elas a flexibilidade de tempo e espaço que permite a sua expansão constante, o acréscimo de oferta e da procura, além de torna-se ferramenta de inclusão social, já que como alternativa de formação utiliza e cria informação, conhecimento e competência de sustentação do desenvolvimento intelectual do ser humano. Para realizar essa política pública de expansão e interiorização da EaD, torna-se necessário a implantação dos polos de apoio presencial que é o espaço físico e operacional para a realização das atividades presenciais obrigatórias dos cursos ofertados, além de promover o desenvolvimento socioeconômico no município e entorno onde está implantado. No Tocantins, a EaD, como metodologia mediada e eficaz de ensino, vem transformando a realidade de centenas de pessoas e requalificando professores da educação básica ao longo de sua implantação em 2006, com grande aceitação pela forma democrática como se fundamenta e interioriza, evitando os fluxos migratórios para as maiores cidades e outros estados do Brasil, bem como pela aprendizagem flexível e de formação superior e técnica que propõe e que se consolida a cada ano. Com esse foco, esta pesquisa, buscou identificar quais as transformações geradas no desenvolvimento socioeconômico dos municípios e entornos onde os polos de EaD estão implantados, percebidas, pela visão macro e gerencial dos coordenadores dos polos que ofertam cursos a distância através da Universidade Aberta do Brasil - UAB e outros programas federais, a exemplo da Rede e-Tec Brasil, mantidos em parceria com o governo estadual. Para o alcance dos objetivos, a investigação se classifica em exploratória e descritiva, com a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados e com uma abordagem qualitativa e quantitativa na análise dos resultados que foram produzidos com base nos levantamentos bibliográficos, documental e com a aplicação dos questionários com perguntas abertas e fechadas aos envolvidos sobre a temática e seu cotidiano, o que possibilitou a constatação de inúmeras mudanças produzidas no local, entre elas, maior acesso ao ensino superior, oportunidades de formação profissional com melhor remuneração e conseqüentemente um crescimento econômico que reflete no desenvolvimento socioeconômico do município, do seu entorno e de todo o estado. Vários teóricos e autores embasaram o aporte teórico deste trabalho pela paridade das pesquisas que desenvolveram expressas em livros, artigos científicos, dissertações, teses, dentre outros.

Palavras-chave: Educação a Distância; Polo de EaD; Desenvolvimento socioeconômico; Tocantins.

ABSTRACT

PRIMO, Lorraine de Lima. Distance Education in Tocantins: the implantation of the poles of the Open University of Brazil (2007-2015). Dissertation (Master in Development and Territorial Planning) - Program of Academic Master in Development and Territorial Planning, Pontificia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

Distance Education - EaD is a teaching modality that has its own characteristics, among them the flexibility of time and space that allows its constant expansion, the increase of supply and demand, besides becoming a tool for social inclusion, already which as an alternative of training uses and creates information, knowledge and competence to support the intellectual development of the human being. In order to carry out this public policy of expansion and internalization of the EaD, it is necessary to implement the poles of physical attendance, which is the physical and operational space for carrying out the mandatory presential activities of the courses offered, in addition to promoting socioeconomic development in the municipality and environment where it is deployed. In Tocantins, EaD, as a mediated and effective teaching methodology, has been transforming the reality of hundreds of people and reclassifying basic education teachers throughout its implementation in 2006, with great acceptance for the democratic way it is founded and internalized, avoiding the migration flows to the largest cities and other states in Brazil, as well as flexible learning and superior and technical training that proposes and that consolidates each year. With this focus, this research sought to identify the transformations generated in the socioeconomic development of the municipalities and environments where the EADS poles are implemented, perceived by the macro and managerial vision of the coordinators of the poles that offer distance courses through the Open University of Brazil - UAB and other federal programs, such as Rede e-Tec Brasil, maintained in partnership with the state government. To reach the objectives, the research is classified as exploratory and descriptive, using standard techniques for data collection and a qualitative and quantitative approach in the analysis of the results that were produced based on bibliographical, documentary and application of the questionnaires with questions open and closed to those involved on the subject and daily, which made it possible to verify the numerous changes produced locally, among them, greater access to higher education, better remunerated professional training opportunities and consequently economic growth which reflects on the socioeconomic development of the municipality, its surroundings and the entire state. Several theorists and authors supported the theoretical contribution of this work by the parity of the research they developed expressed in books, scientific articles, dissertations, theses, among others.

Palavras-chave: Distance Education; EaD pole; Socioeconomic development; Tocantins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Articulação entre entes MEC, IES e governo local para a criação dos polos de apoio presencial	43
Figura 2 – Organização do Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	44
Figura 3 – Articulação entre as infra-estrutura do polo de EaD.....	49
Figura 4 – Metodologia do cálculo do IDHM – Brasil.....	68
Figura 5 – Faixa de desempenho do IDHM do Brasil.....	69
Figura 6 – Mapa Geográfico do Estado do Tocantins.....	71
Figura 7 – Matrículas no ensino superior no TO – Cursos Presenciais.....	73
Figura 8 – Matrículas no ensino superior no TO – Cursos em EaD.....	73
Figura 9 – Matrículas no ensino superior EaD por Mesorregiões do TO, 2013.....	74
Figura 10 – Mapa dos polos credenciados pela CAPES/MEC no Tocantins (2007-2015).....	79
Figura 11 – Rede de relacionamento do Coordenador de Polo.....	103
Figura 12 – Mapa do Tocantins e os perfis das mesorregiões Ocidental e Oriental, 2015.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gerações de EaD – (1880 – 2000).....	33
Quadro 2 – Descrição física, humana e tecnológica dos polos de EaD.....	50
Quadro 3 – O desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica.....	55
Quadro 4 – Cursos, IES e Modalidade de ensino – Polo de Alvorada, 2016.....	80
Quadro 5 – Cursos, IES e Modalidade de ensino – Polo de Araguacema, 2016.....	82
Quadro 6 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Araguaína, 2016.....	83
Quadro 7 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Araguatins, 2016.....	84
Quadro 8 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Arraias, 2016.....	85
Quadro 9 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Colinas, 2016.....	86
Quadro 10– Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Cristalândia, 2016.....	87
Quadro 11– Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Dianópolis, 2016.....	88
Quadro 12 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Guarái, 2016.....	90
Quadro 13 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Gurupi, 2016.....	91
Quadro 14– Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Mateiros, 2016.....	92
Quadro 15– Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Natividade, 2016.....	93
Quadro 16 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Palmas, 2016.....	95
Quadro 17– Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Palmeirópolis, 2016.....	96
Quadro 18– Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Pedro Afonso, 2016.....	96
Quadro 19 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Porto Nacional, 2016.....	98
Quadro 20 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Taguatinga, 2016.....	99
Quadro 21 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Tocantinópolis, 2016.....	100
Quadro 22 – Resultado da busca nas bases de dados online – Brasil, 2015.....	109
Quadro 23 – Indicação das mesorregiões e microrregiões do Estado do Tocantins, 2010.....	111
Quadro 24 – Mesorregiões do Tocantins e os dados sociais dos municípios que tem polos de EaD implantados, 2010.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa de IDHM onde os polos estão implantados, 2010.....	114
Gráfico 2 – Gênero dos participantes da pesquisa, 2015.....	116
Gráfico 3 – Idade dos participantes da pesquisa, 2015.....	117
Gráfico 4 – Formação na área da Educação, 2015.....	117
Gráfico 5 – Renda em salário mínimo, 2015.....	118
Gráfico 6 – Comparativo do tempo de atuação na função e experiência em EaD, 2015.....	118
Gráfico 7 – Instituições de Ensino Superior ofertantes.....	119
Gráfico 8 – Organizações localizadas nas microrregiões que tiveram destaque com a implantação dos polos de EaD – Mesorregião de Ocidental.....	121
Gráfico 9 – Organizações localizadas nas microrregiões que tiveram destaque com a implantação dos polos de EaD – Mesorregião Oriental.....	122
Gráfico 10 – Fatores de impactos no entorno dos polos de EaD – Mesorregião Ocidental.....	123
Gráfico 11 – Fatores de impactos no entorno dos polos de EaD – Mesorregião Oriental.....	125
Gráfico 12 – Fatores geradores de desenvolvimento socioeconômico com a implantação dos polos EaD no Tocantins – (2007-2016).....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDHM do estado do Tocantins (1991, 2000, 2010).....	21
Tabela 2 – Países mais ricos - IDH mais elevados (altos), 2010.....	65
Tabela 3 – Países mais pobres - IDH menos elevados (baixos), 2010.....	66
Tabela 4 – IDHM dos estados brasileiros, 2010.....	69
Tabela 5 – IDHM Educação – Municípios com Polos de EaD implantados (1991, 2000, 2010).....	78
Tabela 6 – Comparativo dos IDHMs dos municípios com Polo EaD – (1991, 2000, 2010).....	128

ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Apto
AP – Apto com Pendência
ACG – Assessoria de Comunicação Social
ATM – Associação Tocantinense dos Municípios
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EaD – Educação a Distância
DED – Diretoria de Educação a Distância
DOU – Diário Oficial da União
EUA – Estados Unidos da América
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FJP – Fundação João Pinheiro
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
IFTO – Instituto Federal do Tocantins
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES – Instituição Pública de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
MDTP – Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Planejamento
NA – Não Apto
ONU – Organizações das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Pluri Anual
PPP – Projeto Político Pedagógico
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED – Secretaria de Educação a Distância
SEDECTI – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação
SEDUC – Secretaria da Educação, Juventude e Esportes
SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SEPLAN – Secretaria do Planejamento
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UF – Unidade Federativa
UnB – Universidade de Brasília
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Problema.....	18
Objetivos Geral e Específicos.....	20
Justificativa e relevância do tema.....	20
Estrutura da Pesquisa.....	24
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	25
1.1 Políticas Públicas.....	25
1.2 Educação a Distância e suas diretrizes.....	31
1.3 Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.....	39
1.4 Polo de EaD.....	45
1.4.1 Monitoramento, avaliação e equipe multidisciplinar do Polo de EaD.....	50
1.5 Desenvolvimento Socioeconômico.....	54
1.5.1 Indicadores de Desenvolvimento.....	58
1.5.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	62
1.5.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	66
CAPÍTULO II – ESTADO DO TOCANTINS E A EAD.....	70
2.1 O Estado do Tocantins.....	70
2.2 Polos de EaD no Tocantins.....	76
2.2.1 Polo de Alvorada, 2016.....	79
2.2.2 Polo de Araguacema, 2016.....	81
2.2.3 Polo de Araguaína, 2016.....	82
2.2.4 Polo de Araguatins, 2016.....	83
2.2.5 Polo de Arraias, 2016.....	84
2.2.6 Polo de Colinas, 2016.....	85
2.2.7 Polo de Cristalândia, 2016.....	86
2.2.8 Polo de Dianópolis, 2016.....	87
2.2.9 Polo de Guaraí, 2016.....	89
2.2.10 Polo de Gurupi, 2016.....	90
2.2.11 Polo de Mateiros, 2016.....	91
2.2.12 Polo de Natividade, 2016.....	92
2.2.13 Polo de Palmas, 2016.....	93
2.2.14 Polo de Palmeirópolis, 2016.....	95
2.2.15 Polo de Pedro Afonso, 2016.....	96
2.2.16 Polo de Porto Nacional, 2016.....	97
2.2.17 Polo de Taguatinga, 2016.....	98
2.2.18 Polo de Tocantinópolis, 2016.....	99
2.3. Sujeito da Pesquisa – Coordenador de polo de EaD.....	101
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	104
3.1. Coleta de Dados.....	110
CAPÍTULO IV – ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	115
Considerações Finais.....	129
Referências.....	133

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive um momento de intensas inovações socioculturais, provocadas pela evolução tecnológica que permite a disseminação de informações de forma cada vez mais abrangente, aonde a tecnologia vem proporcionando oportunidades para práticas educacionais inovadoras. Estes espaços estão se definindo como possibilidades estratégicas para o desenvolvimento de metodologias diferenciadas de educação, como a modalidade de Educação a Distância (EaD)¹ que alia a virtualidade à interatividade, numa tentativa de superação de dois elementos básicos nos processos de ensino aprendizagem: distância e tempo.

No Brasil, a EaD está embasada pela criação de emendas e alterações no texto da Lei DE Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, basicamente no artigo 80, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a regulamenta como modalidade de ensino pelo Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, constituindo-se em um poderoso instrumento na democratização do saber e na promoção do conhecimento, onde as distâncias geográficas são agravantes na operacionalização das políticas educacionais.

O Decreto enfatiza o uso de tecnologias para a mediação da EaD, em que professor e aluno estão em tempos e locais diferenciados. Em seu conteúdo explicita a obrigatoriedade de encontros presenciais e a metodologia como principal diferencial que inova as formas de ensinar e estimula a auto-aprendizagem dos cursistas, sugerindo uma aprendizagem autônoma e dialógica.

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE e KEARSLEY, 2007, p.2).

Para Aretio (2001, p. 44), o surgimento e o expansivo desenvolvimento da EAD têm como principais fatores:

[...] a necessidade de adaptação às constantes mudanças no mundo em todos os setores, e a conseqüente exigência de atualização permanente dos conhecimentos; o número cada vez maior de estudantes que buscam formação;

¹ A sigla EaD é empregada tanto para Educação a Distância quanto para o Ensino a Distância (Belloni, 2009).

o grande percentual da população sem condições de atendimento pelo sistema formal (e presencial) de ensino; os elevados custos associados à educação formal (mensalidades, manutenção do estudante, hospedagem, transporte, etc.); a necessidade de flexibilizar a rigidez do sistema convencional (atualizar e reformular práticas de ensino); o notável avanço das ciências da educação e as transformações tecnológicas que colocaram à disposição da educação um verdadeiro arsenal de instrumentos/aparelhos, possibilitando a diminuição das distâncias e propiciando condições para uma comunicação mais rápida e mais segura. (ARETIO, 2001, p.44).

A rápida difusão da EaD é conseqüência do desenvolvimento tecnológico e da explosão informacional que o mundo viveu nos últimos anos e caracteriza-se por ressignificar o processo de aprender e ensinar, oportunizando novas formas de interação e aprendizagem, além de promover um rompimento do conceito de distância física, já que com as tecnologias da informação e da comunicação é permitido o diálogo e a interação entre aluno e professor, ao desenvolver atividades educativas de lugares diversos, em tempo real com a oferta de cursos em todas as áreas do conhecimento.

Essa disseminação do conhecimento se deu concretamente através da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, que se trata de um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

A expansão e reconhecimento dos benefícios da modalidade de EaD para a sociedade se dá por meio da implantação dos polos de apoio presencial em municípios do interior do país, proporcionando ao estudante matriculado o suporte necessário para a realização das atividades obrigatórias. Esses espaços devem ter garantidos estrutura física, tecnológica e de pessoal em conformidade com as orientações da CAPES/MEC.

[...] a presença espacial de um polo de EaD em qualquer município gera mudanças na formação das pessoas, na logística e no desenvolvimento socioeconômico do lugar, já que torna-se um meio de abrangência social que contribui para a melhoria social e um importante fator de integração e desenvolvimento regional, concorrendo para uma maior horizontalização dos circuitos econômicos e culturais locais. (VIEIRA, 2006; CAPES/MEC, 2010).

Nesse sentido, busca-se reconhecer o polo de EaD não somente como a “Casa do Professor” (CAPES,2010), mas como um local consolidado que fomenta desenvolvimento socioeconômico aos indivíduos pelo que proporciona socialmente.

O estado do Tocantins tem 18 polos operacionais de apoio presencial de EaD, credenciados pela CAPES/MEC e mantidos pelo Governo estadual, em parceria com os municípios, para efetivação da política educacional na modalidade a distância através da oferta de cursos de pós graduação, graduação, aperfeiçoamentos e técnicos.

Com base nessas considerações a presente pesquisa se caracteriza como interdisciplinar ao promover a interação entre áreas do conhecimento distintas, apresentando domínios das Ciências Humanas, ao discorrer dos conhecimentos relacionados à Educação, incluindo a EaD e políticas de implantação de EaD, e das Ciências Sociais Aplicadas, no qual os conhecimentos advém da Economia e das Ciências Sociais ao tratar questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico.

Dado o exposto, considera-se que esta pesquisa atende aos objetivos do Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (MDPT PUC), a partir do momento que a EaD é considerada como um meio de disseminação do conhecimento, resultando em uma aproximação da realidade social e apresentando novas leituras das dimensões socioculturais, representando uma ampla área de atuação que ultrapassa a disciplinaridade e indo ao encontro da interdisciplinaridade.

Problema

É notório que o conhecimento gera vantagens a toda sociedade em produtos e serviços e configura-se que entre as necessidades consideradas importantes para os seres humanos, está a de possuir uma formação acadêmica com foco em novas expectativas e realizações pessoais e profissionais. Esse desejo acentua-se dado as crescentes transformações cotidianas na vida das pessoas, na sociedade, no espaço globalizado com vantagens competitivas dentro da própria organização e, somada às transformações do mercado e ao avanço das tecnologias passa a contribuir para uma nova forma de organização. Para Drucker (2002) e Diana (2015 apud RIBAS, 2010), o conhecimento utilizado como o principal recurso de fator de produção, caracteriza essa nova

sociedade, a Sociedade do Conhecimento que se baseia no conhecimento de trabalhadores altamente qualificados e são assim explicitados.

As mudanças causadas pela Sociedade do Conhecimento trazem consequências nos mais diversos cenários, onde as transformações sociais, econômicas e tecnológicas passam a atuar de forma colaborativa para uma sociedade em rede. Um desses cenários é a educação, que desempenha importante papel para a redução das desigualdades sociais e melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral.

Um desses cenários é a educação formal, pelas mudanças que provoca na sociedade com a redução das desigualdades e mazelas sociais que possibilita uma maior busca por melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, evidenciando através da metodologia de EaD relevante impacto no desenvolvimento socioeconômico das pessoas e do lugar.

Os polos de EaD são, por orientação da CAPES/MEC, implantados, nos municípios brasileiros, com menor população geográfica e com distância mínimas de 100 km entre si, que tenham estudantes aptos a formação superior e que pela falta de oferta local de curso presencial não frequentam regularmente esse nível de ensino. Conseqüentemente, devem tornar-se espaços físicos com o suporte pedagógico e tecnológico necessário ao processo de ensino aprendizagem, além de fomentar o lado social e econômico do município pelas modificações e arranjos locais que promove ao fomentar o convívio mais direto e contínuo de cursistas, professores, comunidade em geral e das organizações produtivas.

Contribuindo com a discussão, Diana (2015) reforça que

através da criação dos polos de apoio presencial não são deslocadas somente condições tecnológicas para a realização do curso, mas também provocam em seu entorno uma transformação logística para receber estudantes e professores que precisam frequentar esse polo. Diante dessa percepção, o lado social e econômico da EaD, começa a ser analisado e percebido como um dos seus resultados.

Com base nesta reflexão da EaD, como metodologia mediada e uma ferramenta importante de disseminação do conhecimento, bem como de inclusão social pelo acesso a formação em nível superior da população tocantinense, tendo o polo de apoio presencial como gerador de mudanças locais e no entorno, objetiva-se mediante pesquisa responder: **Com a implantação dos polos de apoio presencial no estado do Tocantins, quais os fatores sofreram/causaram transformações e impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico nos municípios atendidos pela EaD?**

A pesquisa é qualitativa e o recorte temporal é marcado pelo ano inicial de implantação da UAB e dos polos de EaD no Tocantins, de 2007 até o ano de 2015, período de grande crescimento da modalidade de ensino no estado. Nos municípios onde os polos de EaD estão implantados foram realizados um comparativo dos dados obtidos nos censos de 1991, 2000 e 2010, observando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no componente Educação, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), processado e socializados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do IPEA.

Objetivos da Pesquisa

Como objetivo geral, buscou-se conhecer a Educação a Distância, através do Programa Universidade Aberta do Brasil, como política pública de educação e quais os fatores de transformação socioeconômicos foram provocados nos municípios credenciados a partir da implantação dos polos de EaD no estado do Tocantins.

Os objetivos específicos assim se apresentam:

- Identificar o Programa Universidade Aberta do Brasil como política pública educacional;
- Mapear as mesorregiões e microrregiões do Tocantins para identificar os polos de EaD, as ofertas e demandas;
- Identificar o IDHM Educação (1991, 2000 e 2010) do Estado e dos municípios envolvidos e as organizações produtivas impactadas pela implantação dos polos de EaD nas microrregiões;
- Relacionar a implantação dos 18 polos de apoio presencial de EaD/UAB com as atividades socioeconômicas desenvolvidas no seu entorno.

Justificativa e Relevância do Tema

A temática estudada me instigou para a reflexão e pesquisa desde quando iniciei a desenvolver atividades como tutora presencial de um curso na modalidade a distância ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, no polo de EaD em Palmas, no ano de 2008 através do Programa Universidade Aberta do Brasil. Buscava compreender como a modalidade de educação a distância seria implementada como uma política pública de educação no estado do Tocantins e quais os resultados dessa ação para o

desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde os polos de apoio presencial são implantados, por entender que o conhecimento compartilhado e disseminado é gerador de riquezas para a sociedade.

O estado do Tocantins, pertencente a região norte do Brasil, segundo dados do IBGE (2010) ocupa uma área de 277.720,57 km² com uma população estimada para o ano de 2016 de 1.532.902 habitantes e apresentam-se dentro de um contexto de precariedade e muitas dificuldades de acesso ao ensino qualificado. Em 2010, com 1.383.445 habitantes, havia apenas 50.477 matrículas no ensino superior, onde as instituições públicas respondiam pelo montante de 15.198 matriculados e as instituições privadas pelo quantitativo de 35.279, o que equivale a 10% e 13% respectivamente, se comparados aos outros estados da Região Norte.

A precariedade de formação, percebe-se também, pelos resultados obtidos no componente Educação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado desde 1990 pelo PNUD, que publicou no final de 2014 em parceria com o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP), o Atlas do Desenvolvimento Humano² do Brasil que apresenta uma plataforma de consulta aos índice de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Ocupando a 14^a posição entre as 27 Unidades Federativas (UF) do Brasil, o Tocantins, foi classificado, com o IDHM de 0,699 para o ano de 2010, conforme dados do Censo do IBGE e está situado na faixa de desenvolvimento Médio entre 0,600 e 0,699. Para os anos de 1991, 2000 e 2010, a tabela 01 mostra os dados que segue:

Tabela 1: IDHM do estado do Tocantins (1991,2000, 2010).

Ano	IDHM	Educação	Renda	Longevidade
1991	0,369	0,155	0,549	0,589
2000	0,525	0,348	0,605	0,688
2010	0,699	0,624	0,690	0,793

Fonte: IBGE (2010), PNUD, IPEA, FJP (2014)

Nesse contexto e analisando os dados expostos no Atlas Brasil (2014), a Educação configura-se como componente de menor participação, apesar de apresentar

²O Atlas é, uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. As informações do Atlas Brasil estão disponíveis em <http://atlasbrasil.org.br>.

as maiores taxas de crescimento para os três anos analisados – no período de 2000 a 2010 o crescimento foi de 0,276, entre 1991 e 2000 cresceu 0,193 e de 1991 a 2010, o índice de crescimento foi de 0,469 em termos absolutos. A Longevidade é a dimensão que mais contribui para o IDHM do estado como índice de 0,793, seguida da Renda com índice de 0,690 em 2010, respectivamente.

Configura-se, portanto, que para o enfrentamento dessas demandas, as políticas públicas voltadas exclusivamente para a educação, devem concretizar em suas propostas, projetos, programas e ações que atenda as expectativas de uma formação acadêmica de qualidade e se articule para a consolidação de uma política educacional de inserção para todos.

Com esse foco, o Governo Federal, através do MEC/CAPES, buscando viabilizar e expandir a oferta da modalidade de ensino a distância no Brasil, cria em 2005, o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB que se institui através do Decreto 5.800 de junho de 2006 e pelo Decreto 11.502 de julho de 2007, com o objetivo de sistematizar as ações, programas, projetos, e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no país, principalmente focado na formação de professores (formação inicial e continuada), mas atendendo também a demanda social.

Para a efetivação da política pública de expansão da educação a distância é necessário a implantação do polo de apoio presencial que é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de EaD sob a responsabilidade das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) formadoras. Segundo a CAPES, o polo da UAB é tipificado como efetivo se o mantenedor (responsável pela infra-estrutura física, tecnológica e de recursos humanos) for um ente federativo ou associado.

Se o mantenedor for uma Instituição de Ensino Superior (IES), integrante do Sistema UAB, deve pautar-se em conformidade ao disposto pela Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atualizada pela Lei 11.982 de 2009, observadas todas as exigências e atendendo aos padrões legais de acessibilidade, além de dispor de infra-estrutura adequada, recursos humanos qualificados e documentação que comprove a sua institucionalização para garantir ao acadêmico o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) necessárias à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância

através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) de qualidade quanto aos conteúdos das disciplinas e da disponibilidade da biblioteca física e virtual que deverá ser utilizada.

Considera-se mediante as exigências da CAPES/MEC que os recursos humanos responsáveis pela infraestrutura de um polo de EaD/UAB inclui: coordenador de polo, secretário ou apoio administrativo, técnico de informática, bibliotecário ou auxiliar de biblioteca, técnico para laboratório pedagógico, segurança e agentes de manutenção e limpeza que tem funções definidas pela legislação. Quanto à estruturação tecnológica deve basicamente dispor de laboratório de informática, conexão à *Internet* em banda larga, além de recursos midiáticos e pedagógicos.

No Tocantins, mesmo com as dificuldades de acesso ao ensino superior presencial vivenciado nas cidades mais distantes dos maiores centros urbanos, observou-se que muitos municípios não conseguem a autorização para funcionamento de um polo de EaD devido as exigências da CAPES em relação aos critérios de aprovação da estrutura física e pela indisponibilidade financeira para arcar com as demais despesas locais, já que é normatizado que haja uma cooperação entre os federados em âmbito federal, estadual e municipal.

De acordo com a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC), há perspectivas de dobrar o atendimento da metodologia do ensino a distância com recursos do Plano Plurianual (PPA) - 2016/2019, garantindo o direito dos cidadãos tocaninenses a formação e a qualificação para o mercado de trabalho e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto e segundo Belloni (2009), a importância dos polos de apoio presencial comprova-se pelo processo de formação e capacitação que produz, além dos impactos econômicos refletidos nas ações da comunidade onde está inserido, relacionando-os à organização e gestão do trabalho, no acesso ao mercado de trabalho, bem como no acesso à cultura.

Dessa forma, a implantação de um polo de EaD fomenta um crescimento significativo, otimiza distâncias e espaços, promove inclusão em vários aspectos, além de gerar um ciclo econômico, social e cultural de grande fluxo e rotatividade que impulsiona melhorias para o município e entorno aonde ele está instalado.

Corroborando, Vargas, Lima e Azevedo (2011) e Diana (2015), apontam acerca da função social de um polo de apoio presencial que

[...]A implantação do polo em uma comunidade vem sendo realizada de forma com que barreiras existentes entre a academia e o chamado mundo real sejam rompidas a fim de atender a realidade local e social de uma comunidade. Desta forma, considera-se que a inclusão social está ocorrendo através da formação acadêmica, com vistas a modelos sustentáveis e éticos, que devem perseguir a justiça, direcionando suas ações para resultados sociais significativos, dando conta de sua responsabilidade.(VARGAS, LIMA E AZEVEDO, 2011, p. 4).

É com essa perspectiva que considera-se relevante a realização desta pesquisa com vista a fortalecer a importância da EaD em diversos âmbitos através da distribuição de polos de apoio presencial e para a definição de políticas e estratégias efetivas que promovam o desenvolvimento socioeconômico do estado do Tocantins.

Estrutura da Pesquisa

A estrutura do trabalho divide-se em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No tópico inicial, apresenta-se a introdução em que consta a definição do problema, a delimitação problemática, a proposta de trabalho, a abordagem metodológica, assim como a justificativa e a relevância da pesquisa. Também estão descritos os objetivos gerais e específicos do trabalho, bem como a aceitação do tema a linha de Pesquisa do Mestrado.

No primeiro capítulo: está contemplada a revisão da literatura onde se aborda os fundamentos teóricos relacionados aos temas pesquisados: Políticas Públicas, a contextualização e legislação que referenda e embasa a EaD como modalidade de ensino no Brasil, o Sistema Universidade Aberta do Brasil, sua gênese, formatação, diretrizes e as ofertas de cursos para o contexto do estado do Tocantins, além de discorrer sobre Desenvolvimento Socioeconômico e a descrição dos indicadores de desenvolvimento no que se refere aos municípios tocaninenses onde os polos de apoio presencial estão implantados.

No segundo capítulo: o estado do Tocantins será apresentado em um histórico resumido de sua criação, além da caracterização dos municípios com polos de EaD.

No terceiro capítulo: será descrito os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica, com ênfase nas técnicas e os conceitos utilizados e nas informações obtidas na

busca sistemática, dando notoriedade as demandas, ofertas e o perfil dos colaboradores de cada polo de EaD no Tocantins, além das delimitações da pesquisa.

No quarto capítulo: traz a apresentação da coleta e análise dos dados que foram levantados, tendo como base as entrevistas e os questionários aplicados aos envolvidos com vista a alcançar os objetivos propostos.

Subsequentes a esses capítulos estarão as Considerações Finais, incluindo as conclusões obtidas, além das referências e sugestões para futuros trabalhos que tenham como foco a temática apresentada.

CAPÍTULO I

1. REVISÃO DA LITERATURA

Este Capítulo apresenta a base teórica que contribui para compreender e analisar o objeto de estudo proposto: a EaD como política educacional e de desenvolvimento socioeconômico, tendo como suporte a análise documental da trajetória do Programa Universidade Aberta do Brasil e a implantação dos polos de apoio presencial no Tocantins pela percepção dos envolvidos. Inicialmente apresenta-se o conceito de política pública e seus fundamentos. A EaD e a UAB serão enfatizadas abordando as principais características e a estrutura normatizada pela CAPES/MEC. Na sequência, será apresentado informações sobre os polos de apoio presencial e as caracterizações dos municípios onde estão implantados, bem como algumas definições sobre desenvolvimento socioeconômico e os indicadores de desenvolvimento humano.

1.1 Políticas Públicas

A discussão sobre políticas públicas cresce cotidianamente no Brasil e no mundo e vários estudiosos da área, a exemplos de Ham e Hill (1993) e Sousa (2006, 2007) surgem para melhor dá compreensão de seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas.

Souza (2006), afirma que políticas públicas enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos (EUA), rompendo as etapas e seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos Governos.

Na Europa, a área de políticas públicas surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o Governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Souza (2006) faz referência aos quatro precursores que contribuíram para a consolidação de políticas públicas como área de conhecimento e explicita o posicionamento de cada um deles:

H. Laswell (1936) - analisa política pública como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos Governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. É quem introduz a expressão *policyanalysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30.

H. Simon (1957) - introduz o conceito de racionalidade e diz que a limitação dos decisores públicos, poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

C. Lindblom (1959; 1979) - questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

D. Easton (1965) - definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Ele trabalhou com as políticas públicas como um sistema, o que chamou de processos de vida dos sistemas políticos. Para o teórico, as interações políticas numa sociedade constituem um “sistema de comportamentos”, devendo ser visto cercado pelos contextos psicológico, social, biológico e físico, chegando a conclusão que a vida política forma um “sistema aberto” com a capacidade de responder aos distúrbios e desse modo, adaptar-se às condições as quais se encontram. Easton trabalha com a utilização dos conceitos de *inputs* e *outputs* para poder generalizar o controle do impacto do contexto sobre o sistema. (SOUZA, 2006, p. 31)

A autora apresenta várias definições para o que seja políticas públicas e afunila o pensamento de que política pública é a soma das atividades dos Governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos, colocando-se em ação em benefício de muitos ou de grupos:

Pode-se, então resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados e mudanças no mundo real (SOUZA, 2007, p. 69).

Assim, de forma ampla, Souza (2007), faz ênfase às diversas definições e modelos sobre políticas públicas, sendo que os elementos principais que devem ser considerados são:

- A política pública permite distinguir entre o que o Governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2007, p.80)

Reforça ainda que nos últimos tempos muitos registros importantes aconteceram no campo das políticas públicas, dentre eles, destacam-se os fatores de adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento, as novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos e o da democracia, retratada pelos países, na maioria os da América Latina, que ainda não conseguiram formar coalizões políticas, capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

Argumenta que as decisões, a elaboração e a implementação dessas políticas públicas são desafios que dependem de muitas lutas e consensos diversos, já que a principal concepção de política pública é tentar melhorar as condições de vida da população.

As diferenças sociais, de uma sociedade são as causas dos estudos e análises das políticas públicas. Essas diferenças trazem idéias, valores, interesses, aspirações e desempenham papéis diferenciados, onde as complexidades envolvem múltiplas possibilidades e conflitos. Assim, o papel da política pública é “encontrar problemas onde soluções podem ser tentadas, ou seja, o analista deve ser capaz de redefinir problemas de uma forma que torne possível alguma melhoria”. (WILDAVSKY, 1979.p.17).

Autores como Ham e Hill (1993) descrevem a origem das políticas públicas em duas vertentes:

1. As dificuldades por que passavam os formuladores de política frente à complexidade cada vez maior dos problemas com que se deparavam, fato que os levou paulatinamente a buscar ajuda para a construção de alternativas e propostas para soluções; e
2. A atenção de pesquisadores acadêmicos em ciências sociais (ciência política, economia, sociologia), que progressivamente passaram a trabalhar com questões relacionadas às políticas públicas e procuraram construir e aplicar conhecimentos à resolução de problemas concretos do setor público. (HAM e HILL, 1993. p. 32).

Compreende-se, portanto que políticas públicas podem ser consideradas toda a ação governamental e não governamental que define princípios norteadores na relação entre Estado e Sociedade. Envolve atividades de pesquisa, audiências públicas, análise, implementação e avaliação dessas políticas.

Percebe-se que a definição não é unânime dentre os vários autores e pensadores e vai depender da linha de pesquisa e atuação de cada um. Citando alguns autores, Souza (2006, p.24) discorre:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. SOUZA (2006, p.24).

Mesmo que não haja um consenso da definição de políticas públicas, percebe-se que o embate gira em torno das ações governamentais, isto é, como se define essas ações, quem participa de sua formulação e a quem se aplica.

A autora considera que o papel principal dos governos de promover o equilíbrio social, reduzindo ou eliminando desigualdades e oportunizando que os diversos atores sociais participem da tomada de decisão, foi aprofundado a partir da segunda metade do século XX, pós II guerra mundial. A necessidade de aplicação de políticas mais eficientes e voltadas ao interesse público foi sendo ampliada na Europa e EUA. A definição de “políticas públicas” torna-se um papel secundário, o que se evidencia é a “abertura” das decisões governamentais para outros atores sociais.

Para Saravia (2002, p. 28) políticas públicas são “fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Com essa visão, reforça a importância de salientar que em sociedades capitalistas com alto índice de desigualdades sociais, é relevante verificar os pontos de desequilíbrio social, os fatores geradores deste desequilíbrio, os atores sociais envolvidos visando a definição das políticas públicas aplicáveis para a melhora da vida social.

Teixeira (2002) afirma que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade e o Estado. São nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Para Saravia (2002, p.29), a dinâmica das políticas públicas é “a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas, constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política”.

Historicamente, na busca para formular uma agenda de políticas públicas, as decisões governamentais não passavam de decisões políticas cunhadas entre quatro paredes sem consultas às pessoas que seriam envolvidas na tomada de decisão. Com a ampliação da democracia, e governos mais democráticos, tende-se a efetuar mais consultas, o processo de decisão política passou a “ouvir” segmentos sociais que estariam direta ou indiretamente envolvidos na efetivação das políticas públicas.

Para Lindblom (1981), a consulta a estes segmentos será relevante na construção de uma agenda governamental de políticas públicas. Esse processo de tomada de decisão políticas terá questões que pode verificar:

Como surgem os problemas de decisão política, e como chegam à agenda das autoridades governamentais; em seguida, como as pessoas formulam os temas da ação governamental, como se processa a subsequente ação legislativa, ou de outra natureza; como os administradores aplicam a política escolhida e, finalmente, no término do processo, como essa política pode ser avaliada. (LINDBLUM, 1981 p.34.)

Compreende-se que o processo decisório, da construção da agenda, passando pela implementação até a avaliação, envolve vários atores sociais e explicita como os governos buscam atingir seus vários objetivos. Porém, as fases que compõem o

processo nem sempre podem ser bem delimitadas e definidas, passando por problemas de implementação e execução dos sistemas de avaliação e os métodos e técnicas empregadas, por quem faz a avaliação pode interferir no verdadeiro resultado da política pública. Nesse sentido, os interesses políticos podem atrapalhar na avaliação real e até interferir no processo de decisão.

Algumas vezes, mesmo tendo sido efetuado todas as etapas do processo de formação da agenda de política pública, a tomada de decisão poderá ocorrer de forma contrária aos interesses dos autores envolvidos pela simples tomada de uma decisão governamental.

Para Lindblom (1981, p. 38), ocorre um risco em se acreditar que os processos de decisão política sigam uma linha determinada. Nem todas as fases obedecem a uma linha hierárquica. Muitas vezes a própria avaliação deverá ser tomada no curso do processo para reavaliar impactos ou danos e redefinir as etapas do processo. Sendo assim, o processo não corre de uma forma pré-ordenada e racional podendo ocorrer variáveis durante todas as fases do processo, isto porque [...] “concebemos o processo decisório político como algo extremamente complexo, sem princípios nem fim, cujos limites são incertos”.

A preparação da agenda de políticas públicas de um governo, como o caso brasileiro, pode estar dentro dessa complexidade salientada por Lindblom (1981), que afirma que ao serem elaboradas, as políticas públicas podem se basear em várias metodologias, dentre os quais destaca:

- *método racional-compreensivo*, que se relaciona com a macro política e suas grandes análises do cenário político-institucional. A análise política exige a adequação de meios e fins. No mundo real, porém, o imediatismo das decisões torna a análise muito voltada para a solução de problemas, sem se levar em consideração a racionalização das relações entre os meios e os fins;
- *método incrementalista*, que se liga à micro política e à busca de soluções para problemas mais imediatos e prementes. As decisões são tomadas não segundo programas e seus objetivos previamente definidos, mas, sim, de acordo com problemas que necessitam de soluções imediatas. (LINDBLOM, 1981 p.41).

Corroborando, Dye (1981)³, identifica vários paradigmas de análise existentes na literatura de Políticas Públicas, mostrando as vantagens e desvantagens de cada modelo:

³ Cf. DYE, Thomas R. Understanding public policy. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1981.

Institucional, Grupos, Elitista, Política racional, Incrementalista, Teoria dos jogos e Sistêmico.

Segundo os autores que citam os modelos, as forças que afetam o sistema político são os inputs e o ambiente é qualquer condição ou circunstância definida como limite externo ao sistema político e os outputs do sistema político são alocações imperativas de valores do sistema expresso como decisões e políticas públicas. Os inputs são recebidos pelo sistema na forma de demandas e apoios; as demandas emergem quando indivíduos ou grupos, em resposta às condições ambientais, agem para afetar o conteúdo da política pública.

Destaca-se nesse contexto, a importância de saber distinguir o campo de atuação da Política e Política Pública para a sociedade. Apesar de transparecer que ambas são semelhantes é preciso que sejam analisadas com especial atenção as funções de cada uma, onde a *Política* é uma definição da ciência do Governo dos povos e a *Políticas Públicas* são as atividades implementadas pelos agentes do governo com amparo legal em benefício da comunidade.

Fundamenta-se, portanto, a EaD como uma ação de políticas públicas e a presente pesquisa, buscará evidenciar a implementação de um programa de educação a distância através da implantação dos polos de apoio presencial no estado do Tocantins como fator de desenvolvimento socioeconômico.

1.2 Educação a Distância e suas diretrizes

Resumidamente, a Educação a Distância no Brasil assim se apresenta, segundo a definição do próprio Ministério da Educação (MEC):

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

[...] Decreto-Lei nº 2.494, de 10/2/1998, a Educação a Distância – EAD, é “uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados”(BRASIL,1998).

Para Belloni (2009) e referendado por Diana (2015) as primeiras experiências de EaD tiveram início a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação

no século XIX, no qual se tornava possível o envio de material didático por correspondência.

Corroborando, Vianney, Torres e Silva (2003) ressaltam que o Brasil tem uma história diferenciada no ensino superior em relação aos países americanos que se constituíram sob influência espanhola e a EaD somente surge em 1904 onde prevalecia os cursos técnicos ofertados por instituições privadas, e afirmam que

A história da educação brasileira mostra que até o final do século XX a grande maioria das Instituições de Ensino Superior não tinha envolvimento com educação a distância. A 1ª Geração de EAD surge no país em 1904, com o ensino por correspondência: instituições privadas ofertando iniciação profissional em áreas técnicas, sem exigência de escolarização anterior.

Os fundamentos históricos da EaD, a partir de autores como Pereira e Moraes (2009), discorre o papel impactante da educação a distância na formação dos professores brasileiros, e registra que esta se deu de forma gradativa, assim como ocorreu na maioria dos países do mundo. E, à medida que esse modelo educativo foi incorporando em sua prática as novas tecnologias, que vão além da formação inicial e continuada, os resultados são percebidos na melhoria da qualidade através da atuação social e profissional do cidadão.

As autoras citam que a Educação a Distância data de tempos antigos e a primeira tecnologia utilizada foi a escrita, através de cartas que comunicavam informações na Grécia e Roma Antiga. Com o surgimento da tipografia, os livros possibilitaram a ampliação desse modelo educativo (EaD de massa) e as tecnologias de comunicação (em que o rádio introduziu o som) e as telecomunicações (em que a televisão e os microcomputadores trouxeram os componentes audiovisuais) e ampliaram assim, de forma mais acelerada as possibilidades da EaD através da versão digital de veiculação das informações.

Mesmo não existindo uma data consensual que marque o início da Educação a Distância, o que fica evidenciado são diferentes modelos de EaD, vinculados historicamente ao desenvolvimento das tecnologias de produção, distribuição e comunicação. Esses modelos correspondem às gerações da EaD.

Cronologicamente, a evolução das tecnologias de comunicação e informação, citado por Moore e Kearsley (2008) e Pereira e Moraes, 2007 (apud NIPPER, 1989 e TAYLOR, 2001), se subdividem em cinco gerações:

Quadro 1: Gerações de EaD – (1880 – 2000).

Características	Tecnologia e mídia utilizadas	Objetivos pedagógicos	Métodos pedagógicos
1ª geração 1880	Imprensa e Correios	Atingir alunos desfavorecidos socialmente, especialmente as mulheres.	Guias de estudo, auto avaliação, material entregue nas residências.
2ª geração 1921	Difusão de rádio e TV	Apresentação de informações aos alunos feita à distância.	Programas tele transmitidos e pacotes didáticos (todo o material referente ao curso é entregue ao aluno pelos correios ou pessoalmente).
3ª geração 1970	Universidades Abertas	Oferecer ensino de qualidade com custo reduzido para alunos não universitários.	Orientação face a face, quando ocorrem encontros presenciais.
4ª geração 1980	Teleconferências por áudio, vídeo e computador	Direcionado a pessoas que aprendem sozinhas, geralmente estudando em casa.	Interação em tempo real de aluno com aluno e instrutores a distância.
5ª geração 2000	Aulas virtuais baseadas no computador e na internet	Alunos planejam, organizam e implementam seus estudos por si mesmos.	Métodos Construtivistas de aprendizado em colaboração.

Fonte: Adaptado de MOORE, M.; KEARSLEY, G. 2008, pela autora.

Para Moore e Kearsley (2008) e Diana (2015) com as gerações de EaD é possível afirmar que essa metodologia de ensino se complementam mesmo com a separação física e temporal de seus atores, já que proporciona a expansão do acesso ao aprendizado, possibilita a atualização e o aperfeiçoamento profissional, reduz as desigualdades sociais e etárias através da combinação entre a formação, o trabalho e a vida no contexto familiar, dentre outros aspectos.

No Brasil, segundo Alves (2009), a EAD surge em 1904, quando as Escolas Internacionais (representação de uma organização norte-americana) lançaram alguns cursos por correspondência, mas a partir dos anos 1930 é que se deu maior ênfase, com enfoque no ensino profissionalizante, funcionando como alternativa especialmente na educação não formal. Passou então a ser utilizada para tornar o conhecimento acessível às pessoas que residiam em áreas isoladas ou não tinham condições de cursar o ensino regular no período normal. Já autores como Hermida e Bonfim (2006)⁴, sintetizaram em décadas a evolução da EaD no Brasil tendo como marco inicial a fundação da Radio Sociedade do Rio de Janeiro Roquete Pinto em 1930, seguida por várias outras iniciativas.

⁴ Cf. HERMIDA, Jorge Fernando. BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. *A Educação a Distância: História, Concepções e Perspectivas*. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, ago 2006, p. 179-180.

No Brasil, os marcos regulatórios⁵, evidencia a modalidade de educação a distância sob a responsabilidade do poder público, cujo respaldo legal está embasado na LDB – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece, em seu artigo 80 que a educação à distância pode ser ofertada em todos os níveis e modalidades de ensino.

No artigo regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005. No Decreto 5.622, no Decreto 5.773 de junho de 2006 e nas Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007, fica legalmente estabelecida a política de garantia de qualidade quanto aos variados aspectos da modalidade de educação à distância, no tocante ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação, através dos *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância*. (BRASIL,1998).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abriu novas possibilidades de desenvolvimento da EaD no país, estabelecendo, em seu art. 80, que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

O artigo 80 da Lei nº 9.394/96, que autoriza a EaD para a realização de cursos na modalidade a distância foi regulamentado pelos decretos 2.494 e 2.561, de 1998, sendo revogados pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Este passou então a regulamentar o artigo 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no que se refere às diretrizes e bases da educação no Brasil (BRASIL, 2005).

O artigo 2º normatiza que a EaD pode ser ofertada na educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, além de cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Assim, em 1998, o Ministério da Educação promove a regulamentação de EaD por meio dos Decretos nos 2.494/98 (BRASIL, 1998) e 2.561/98 (BRASIL, 1998) e da Portaria nº 301/98 (BRASIL. MEC, 1998). Esta última normatiza os processos de

⁵ A Educação à Distância no Brasil foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996), regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998), com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998). Hermida e Bonfim (2006).

credenciamento de instituições que se propõem a oferecer cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância, abrindo a possibilidade de parcerias e convênios entre instituições[...]. (GATTI & BARRETO, 2007, p.90)

O Decreto nº 5.622/2005 caracteriza a EaD como uma modalidade educacional na qual a mediação didático/pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologia de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos e que a política garantiria a qualidade da oferta através do credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, bem como na articulação com os padrões de qualidade propostos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007).

Ainda no referido Decreto fica estabelecido que a EaD pode ser ofertada em diferentes níveis e modalidades educacionais: básica, de jovens e adultos, especial, profissional, técnica de nível médio, tecnológica de nível superior e superior. Nesta última, se enquadram os cursos e programas sequenciais: graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A regulamentação da EaD, especificamente para o nível superior é embasada pela Portaria MEC Nº 4.361/2004 que normatiza os processos de credenciamento e credenciamento de IES para a oferta de cursos e a Portaria MEC Nº 4.059/04 trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial, além da publicação do Decreto nº 5.800/2006 que consolidou as regulamentações anteriores e dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e trata do credenciamento de instituições que ofertam cursos a distância com a certificação garantida.

Desta forma, ampliam-se as possibilidades de expansão e interiorização da oferta de programas de educação superior no Brasil e cumpre o papel social de assegurar a oferta de cursos às diferentes regiões, favorecendo o alcance da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE).

Para Maia e Mattar (2007, p.19), o processo de ensino aprendizagem na EAD, mesmo com a distância física e temporal entre professor e aluno é suprido com as ferramentas de comunicação, online e presencial, permitindo uma interação entre eles e também do aluno com o material produzido e disponibilizado.

Os autores afirmam que a EaD é uma modalidade onde professor e aluno estão separados físico e temporalmente, mas vivenciam um processo de ensino aprendizagem planejado por instituições que utilizam-se de diversas tecnologias de comunicação para favorecer diferentes ramos da atividade humana através do acesso e da democratização do ensino. E a integração desta modalidade de ensino com as telecomunicações ampliou as possibilidades de formação inicial e continuada e ainda, além do desenvolvimento de pesquisas científicas.

Moore e Kearsley (2013, p.2), corroboram quando afirmam que

[...] a EaD traz como conceito geral o processo de aprendizagem em que alunos e professores não estão no mesmo local. Dessa forma, os autores definem a EaD como “aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do ensino, o que requer comunicação por meio de tecnologias e uma organização institucional especial” (MOORE E KEARSLEY, 2013,p. 2).

Destaca-se nesse contexto também que a EaD no Brasil, pelas suas características, tem propiciado mudanças nas atividades docentes para atender às demandas de educação e formação da sociedade contemporânea, bem como, as exigências e necessidades do mundo do trabalho.

Para reforçar a importância e o reconhecimento da implantação da educação a distância como fator relevante que contribui para o desenvolvimento da sociedade, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do Censo do Ensino Superior (2014) disponibilizou dados referentes ao período 2012 a 2013 que apontam crescimento nas matrículas em EaD no ensino superior de 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada, representando assim mais de 16% de participação na matrícula dos cursos de graduação (BRASIL, 2014).

Assim, a disseminação dessa modalidade de ensino assegura uma oportunidade de melhoria da formação profissional pelo acesso que possibilita ao ensino superior de muitos cidadãos que não teriam uma experiência acadêmica.

Dessa forma, como afirmam Stoner e Freeman (1999), a EaD faz parte de uma política pública de expansão da educação superior no Brasil e é fator de desenvolvimento socioeconômico da sociedade e a sua estrutura organizacional, aqui entendida como um componente que integra todas as partes a um todo de forma

organizada, coordenada e interdependente de indivíduos e atividades no ambiente de trabalho está baseada também nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância⁶.

Os Referenciais de Qualidade é um documento norteador, elaborado a partir de debates que envolveram a sociedade, universidades e especialistas da Secretaria de Educação a Distância (SEED) em parceria com MEC, tendo como base a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007 com a finalidade de apoiar os atos legais do poder público no que se refere aos processos específicos de regulação, de supervisão e de avaliação da modalidade de educação a distância.

Elaborado a partir de discussão com especialistas do setor, com as universidades e com a sociedade, ele tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade. (BRASIL, 2007)

O documento estabelece as diretrizes e as variáveis que garantem a qualidade e condições para o desenvolvimento dos cursos e sua institucionalização, contemplando duas dimensões que as IES que ofertam curso superior a distância devem embasar-se para ter o compromisso no processo de formação do aluno de EaD:

1. dimensão técnico científica que tem a responsabilidade de desenvolver habilidades para inseri-lo no mercado de trabalho;
2. dimensão política deve responsabilizar-se em ofertar a formação do cidadão.

Apresenta também os três aspectos que se relacionam entre si e se complementam em suas ações para que sejam deferidas as propostas dos Projetos Políticos Pedagógicos das IES que ofertam cursos de EaD:

1. Pedagógica: a concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, os sistemas de comunicação, o material didático e a avaliação;
2. Recursos humanos: a equipe multidisciplinar e a gestão acadêmico administrativa;
3. Infraestrutura: a infraestrutura de apoio ea sustentabilidade financeira.

⁶ Cf. Ministério da Educação; Secretaria de Educação à Distância. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Brasília: MEC/SEED, Jun. 2007.

Nos Referenciais de Qualidade (2007), são definidos os aspectos e tópicos que se relacionam entre si e que devem compor um Projeto Político Pedagógico (PPP) de cursos de EaD no que se refere:

- Pedagógico - todos os tópicos referendados se relacionam ao processo de ensino aprendizagem do aluno.
- Recursos Humanos - referendam basicamente que os profissionais devem configurar uma equipe multidisciplinar que desempenham papéis fundamentais na execução dos cursos, uma vez que realizam funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos.
- Infraestrutura - favorece o desenvolvimento de práticas acadêmicas concebidas no projeto pedagógico do curso, mediante a disponibilidade de recursos físicos com material proporcional ao número de alunos, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançado. (BRASIL, 2007).

Deve-se atentar ao fato de que um curso a distância não exige a instituição de dispor de centros de documentação e informação ou mídiatecas para prover suporte a estudantes, tutores e professores e devem estar disponível: na sede da instituição, coordenação acadêmico operacional que desenvolvem atividades estão relacionadas, principalmente ao planejamento, produção e gestão dos cursos e nos polos de apoio presencial que são os espaços físicos e operacionais de referência do curso, auxiliando em todo o desenvolvimento necessário do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

A metodologia de um curso de EaD baseia-se numa concepção de aprendizagem onde o aluno percebe-se como um ser ativo e construtor de seu conhecimento. Assim, reforçando essa idéia, Freire (2005, p.27), afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Dessa forma, o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isso significa que o conteúdo apresentado pelo professor precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado pelo aluno com o suporte de tecnologias interativas, do material impresso e da prática pedagógica, para se constituir em conhecimento individual, que é intransferível.

Operacionalmente, a metodologia se configura através do ensino presencial virtual, onde os momentos presenciais são desenvolvidos com aula discursiva ou com teleconferência por meio da tecnologia de transmissão via satélite; os momentos a distância são apoiados nas atividades auto instrutivas e supervisionadas da plataforma online; o processo de avaliação das disciplinas leva em consideração o acesso a plataforma, a frequência nas aulas e tele aulas, a participação individual e coletiva, a leitura dos materiais indicados, a resolução das atividades auto instrutivas propostas no

livro didático, a resolução das atividades supervisionadas e a avaliação final individual, escrita e sem consulta, além das práticas em laboratórios e aulas de campo, em conformidade com a estrutura curricular do curso. Para o desenvolvimento da Ação Pedagógica do Projeto existe toda uma estrutura docente preparada para assessorá-lo em cada etapa dos cursos

Com esse foco, o Governo Federal, fortalecendo as políticas públicas educacionais e promovendo a expansão do ensino superior, criou a UAB que passou a contribuir com a disseminação da educação a distância e tem como público alvo professores que atuam na educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, além de ofertar cursos destinados a gestores e dirigentes que atuam na educação. Sequencialmente o Programa UAB será detalhado.

1.3 Universidade Aberta do Brasil - UAB

Pelo Decreto Nº. 5.800 de 08 de junho de 2006 e de responsabilidade do MEC é criado o sistema UAB, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil através da modalidade da educação a distância, principalmente, na formação inicial e continuada de professores para atender uma demanda de quase dois milhões de profissionais, principalmente, nas áreas críticas da educação básica.

A UAB surgiu no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com a finalidade de promover uma articulação e integração experimental de um sistema nacional de educação superior. Tal sistema é formado por IES públicas que buscam atender às demandas regionais dos municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender as comunidades locais.

Para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a UAB, inicialmente, é resultante da adesão de aproximadamente 55 Universidades Federais, além do conjunto de Centros Federais de Educação Tecnológica, articulados e integrados com a rede de polos de apoio presencial para a EaD criados e mantidos pelos estados e municípios, evidenciando as Políticas e a Gestão da Educação Superior pautado sob cinco eixos fundamentais (BRASIL, 2008):

- I. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;

- II. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- III. Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- IV. Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- V. Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. (BRASIL, 2008).

Tais eixos visam à democratização do ensino superior público na modalidade a distância, tendo como prioridades para a UAB(CAPES/MEC, 2008):

- a) Formação de Professores para a Educação Básica;
- b) Formação de Administradores Públicos;
- c) Formação para a Diversidade;
- d) Desenvolvimento Econômico Regional.

Segundo a CAPES/MEC, todo público apto ao nível de ensino pretendido pode ser atendido, mas prioritariamente, a UAB busca oferecer cursos de licenciatura e formação inicial e continuada de professores da educação básica e cursos para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e o Distrito Federal.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional. O Sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado pelo Ministério da Educação em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior (BRASIL, 2009, p. 1).

O sistema propõe também atender um número maior de cidadão dentro do critério da demanda social, enfatizando com esse modelo o processo de inclusão social para quem não tinha o alcance ao ensino superior, visto a amplitude da oferta de cursos e do atendimento que proporciona para os municípios mais distantes e isolados, com baixos IDH e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Incentiva também o desenvolvimento local e regional, já que “funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes

centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades” (CAPES/MEC, 2008⁷).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos. (BRASIL, 2008, p.1).

Assim, a UAB é entendida como uma ação da política pública com contribuição metodológica sistematizada e em função de suas peculiaridades espaços-temporais, os variados tipos de mídias e recursos utilizados, responde ou ajuda responder, em termos de capacitação da força de trabalho, as grandes dimensões geográficas brasileiras que em muitos casos não disponibilizam a educação presencial no nível superior. Muitos cidadãos têm com esse modelo as condições necessárias para almejar a formação desejada.

A Educação à Distância não deverá ser pensada como algo a parte da organização de ensino, mas como uma modalidade de educação que, em função de suas peculiaridades espaços-temporais, dos tipos de mídias e recursos tecnológicos utilizados e de suas características contextuais, requer a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições necessárias para que o mesmo efetue sua formação (BOLETIM – SALTO DO FUTURO/MEC, 2002, p.101).

Ressalta-se, portanto que, com essa proposta de democratização e universalização do ensino através da UAB, o MEC reforça o empenho em modificar a realidade educacional brasileira.

Segundo o portal da UAB, em 20 de dezembro de 2005, o MEC por intermédio da SEED, publica o primeiro Edital, conhecido como UAB1 com o objetivo de selecionar as primeiras instituições federais de ensino superior e os primeiros entes federados (Municípios, Estados e o Distrito Federal) que teriam polos de apoio presencial implantados para a oferta de cursos superiores na modalidade de EaD.

O segundo edital foi publicado em 18 de outubro de 2006 e ficou conhecido como UAB 2, permitindo a participação de IES estaduais e municipais e o terceiro edital foi autorizado e publicado no Diário Oficial da União pela Portaria 802 de 18 de agosto de 2009, no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

⁷ <http://www.capes.gov.br>

Para entender como o MEC agiu antes da criação da UAB, foi promulgada a Lei do Plano Nacional de Educação – 2001/2010, colocando a EaD como modalidade de ensino com atribuições fomentar a capacitação e formação de professores da educação básica, complementando assim as ações previstas na LDB n. 9.394/96.

Neste cenário nota-se um crescimento exponencial na oferta de cursos de EaD. No sistema UAB, segundo dados do SISUAB/CAPES, de 2007 a julho de 2009, foram aprovados e instalados 557 Polos de apoio presencial com 187.154 vagas criadas.

A UAB, ademais, em agosto de 2009, selecionou mais 163 novos Polos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, ampliando a rede para um total de 720 Polos de EaD.

Com a criação dos Polos de apoio presenciais de EaD, torna-se possível disseminar o ensino de qualidade, levando-o às localidades consideradas estratégicas e na maioria das vezes sem nenhuma cobertura de instituição pública de ensino superior presencial.

Para garantir a efetividade da proposta do MEC, através da democratização do ensino e interiorização da EaD, a CAPES/MEC faz um trabalho de seleção, aprovação e instalação de novos polos de apoio presencial, propiciando a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria através das cooperações técnicas ou convênios nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais entidades e organizações interessadas.

Estes convênios, como explicita Angulski (2011) são definidos através de parcerias normatizadas que se dão nos três níveis e

[...] através de um convênio entre governo federal, estadual e municipal, proporciona, na prática uma nova fase da EaD. Assim, através do sistema UAB, a educação superior interioriza-se pelo Brasil. Com a criação dos Polos de Apoio Presenciais, torna-se possível disseminar o ensino de qualidade, levando-o à localidades consideradas estratégicas.

A partir de então, viabilizam os mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Esses consórcios assim se apresentam com suas responsabilidades conforme figura 1:

Figura 1– Articulação entre o MEC, IES e governo local para a criação dos polos de apoio de EaD.



Fonte: Brasil (2006), Mill (2012) e elaborado por Diana (2015).

Para a autora apud MILL (2012) e conforme exposto na figura 1

a UAB é composta pela articulação entre diferentes níveis governamentais: MEC, IES e Governo local. O MEC atua como o responsável pela regulação das IES e dos cursos ofertados e, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é realizado o financiamento para a execução dos cursos ofertados. A IES atua como a responsável pela oferta dos cursos e, para que o aluno tenha acesso ao material produzido o Estado ou Município, identificado como Governo local tornam-se os responsáveis pela implantação e manutenção dos polos de apoio presencial (MILL, 2012).

Referendam legalmente as responsabilidades dos diferentes níveis governamentais:

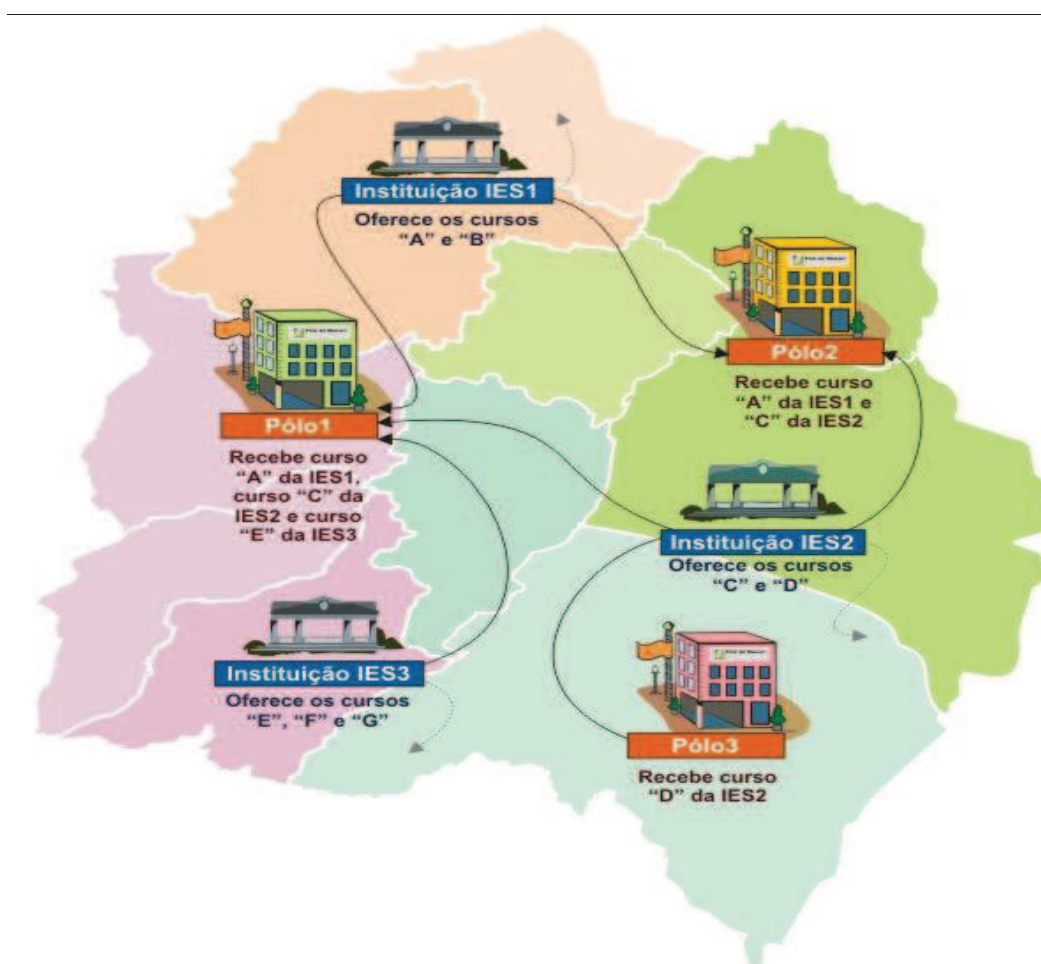
Art. 2º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB. (DECRETO DOU nº 5800, 2006).

[...] propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e

municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada (BRASIL, 2010).

Entende-se, portanto, que o Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais para atender às demandas locais por educação superior. A articulação estabelece qual instituição de ensino pública é a responsável por ofertar os cursos, observando os municípios ou microrregiões e as demandas que serão atendidas por meio dos polos de apoio presencial, além de assegurar com as avaliações periódicas o bom funcionamento dos cursos e a estrutura física dos polos. A figura a seguir sintetiza o funcionamento da UAB.

Figura 2: Organização do Sistema Universidade Aberta do Brasil.



Fonte: DED/CAPES, 2012.

A figura 2 demonstra que todas as IES são públicas e devem ser selecionadas pela CAPES/MEC. Os Estados e Municípios são os encarregados pela implantação e

manutenção das unidades operacionais que são os polos de apoio presencial e devem constar de infraestrutura e os recursos humanos necessários para as fases presenciais dos cursos UAB. A União cabe firmar convênios ou acordos de cooperação técnica com os entes federados que se interessem na manutenção dos polos e para isso, designou o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentárias anuais. O MEC é o responsável pela coordenação, implantação, acompanhamento, supervisão e avaliação dos cursos UAB (BRASIL, 2006).

Nesse formato, a UAB foi implementada como alternativa de expansão do ensino superior buscando atingir aos padrões mínimos de qualidade, como forma de combate às desigualdades sociais e regionais de acesso à educação superior no País, priorizando a formação e capacitação de professores da educação básica a UAB, bem como atendendo também a demanda social com cursos superiores tanto de graduação e especialização, quanto técnicos e tecnológicos, implantados de acordo com as necessidades regionais, toda a distância.

Segundo dados atualizados da CAPES/MEC, atualmente a UAB oferece 709 cursos superiores, ofertados por 105 IES e possui 631 polos de apoio presencial credenciados em todo Brasil e possui mais de 240 mil novas vagas a serem preenchidas no ano 2016.

A par dessa exposição, considera-se fundamental e sequencialmente, descrever com mais detalhes a importância da implantação de um polo de apoio presencial e a atuação da equipe multidisciplinar como critérios essenciais para o bom atendimento do aluno na modalidade de educação a distância, bem como perceber a contribuição da EaD ao desenvolvimento socioeconômico que este espaço de formação produz onde é implantado.

1.4 Polos deEaD

Em conformidade ao Decreto da Presidência da República Nº 5.800, de 8 de junho de 2006, entende-se que para a oferta de um curso superior na metodologia de EaD é necessário também a composição estrutural de criação do polo de apoio presencial com as condições de infraestrutura física e de recursos humanos, observando as orientações, normas e padrões de qualidade no Sistema UAB.

Caracteriza-se o polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB. (DECRETO Nº 5.800,2006)

Especificamente, por ser o objeto desta pesquisa, será dada ênfase a estruturação de um polo de apoio presencial por trata-se de elemento básico para a interiorização da educação superior, devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.

É no polo que o cursista terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, tele aulas, avaliação (provas, exames, etc.) e poderá utilizar toda a infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e/ou participantes do respectivo processo de formação.(MEC, 2006).

Mota (2009) e Belloni (2009) apontam que os benefícios da implantação de um polo é uma forma de desenvolvimento, ampliação, democratização e interiorização da educação superior pública e de qualidade no país por permitira integração da modalidade de educação a distância à universidade, fomentando a efetivação de políticas públicas que contribuam com a implementação destas ofertas públicas de formação.

Os polos de apoio presencial cumprem ainda as exigências do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no Art 1º quanto à obrigatoriedade da realização de encontros presenciais para o desenvolvimento de atividades práticas e avaliação de aprendizagem de estudantes, estágios, aulas em laboratórios específicos, defesas de trabalho, suporte tutorial, dentre outras atividades quando for o caso. O MEC é o responsável em firmar os termos de cooperação técnica com os estados e municípios que tiverem interesse de torna-se mantenedor dos referidos polos.

Ressalta-se que a articulação entre os polos de apoio presencial de EaD e os cursos e programas a serem ofertados será orientado por um Edital publicado pela SEED/MEC dando a publicidade dos requisitos, condições de participação e os critérios de seleção para a participação no Sistema UAB.

Para a SEED/MEC, as orientações descritas são exigências básicas:

1. Para a aprovação dos Polos far-se-á necessário que alguns critérios sejam seguidos, tais como a adequação e conformidade do projeto com os cursos superiores a serem oferecidos; a demanda local ou regional por ensino superior público de acordo com a quantitativa de concluintes e egressos no ensino médio e da educação de jovens e adultos; e a pertinência dos cursos demandados e a capacidade de oferta por instituições federais de ensino na região. A análise da infraestrutura física importantes da seleção dos polos (BRASIL, 2005).

2. Cada polo poderá apoiar cursos à distância de diferentes instituições, e o estudante não precisa residir na cidade onde está implantada a sede da instituição consorciada, fato que permitirá atender a todo o território nacional, com a interiorização do ensino superior. O atendimento do aluno nas etapas presenciais ocorrerá nos polos, onde funcionarão salas de aula, bibliotecas e laboratórios (BRASIL, 2009, p. 1).

Esclarece também que para a implantação e manutenção dos polos de EAD/UAB faz-se necessário a participação dos municípios e dos estados através da assinatura do protocolo de intenções com o MEC, disponibilizando em cada local credenciado, uma estrutura básica, mínima para o seu funcionamento.

O protocolo de intenções ou termo de compromisso como é comumente designado é o documento firmado pelo dirigente do mantenedor, em que o mesmo se compromete à adequar e manter o polo de acordo com as orientações da DED/CAPES. Neste documento constam os itens a serem observados e os ajustes a serem realizados no Polo a fim de que o mesmo apresente as condições necessárias ao adequado funcionamento de cursos. A CGIP/DED encaminha a minuta ao mantenedor, que não deverão realizar alterações quanto ao seu teor. Ele deverá ser assinado, datado, devidamente identificado pelo dirigente do mantenedor, (prefeito municipal ou secretário de estado de educação), e enviado a CAPES.

Para cumprir este papel descentralizador, o polo de educação a distância deve, segundo a CAPES⁸:

- dispor de infra estrutura adequada, recursos humanos qualificados e documentação que comprove a sua institucionalização;
- disponibilizar aos estudantes o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) indispensáveis à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância (em especial quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA utilizado), aos conteúdos digitais das disciplinas e à biblioteca física e virtual;
- seguir o disposto pela Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atualizada pela Lei 11.982 de 2009, atendendo aos padrões legais de acessibilidade;

⁸A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Acesso ao link <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao> e veja a história completa.

- ter identificação visual obrigatória da CAPES/MEC, conforme disposições da Assessoria de Comunicação Social (ACS); e
- dispor, quanto à infra estrutura, de espaços físicos, mobiliários e equipamentos correspondentes às suas finalidades, além de condições adequadas ambientalmente – iluminação, acústica e ventilação/climatização, garantindo o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES que ofertam cursos e atendem as diferentes demandas.

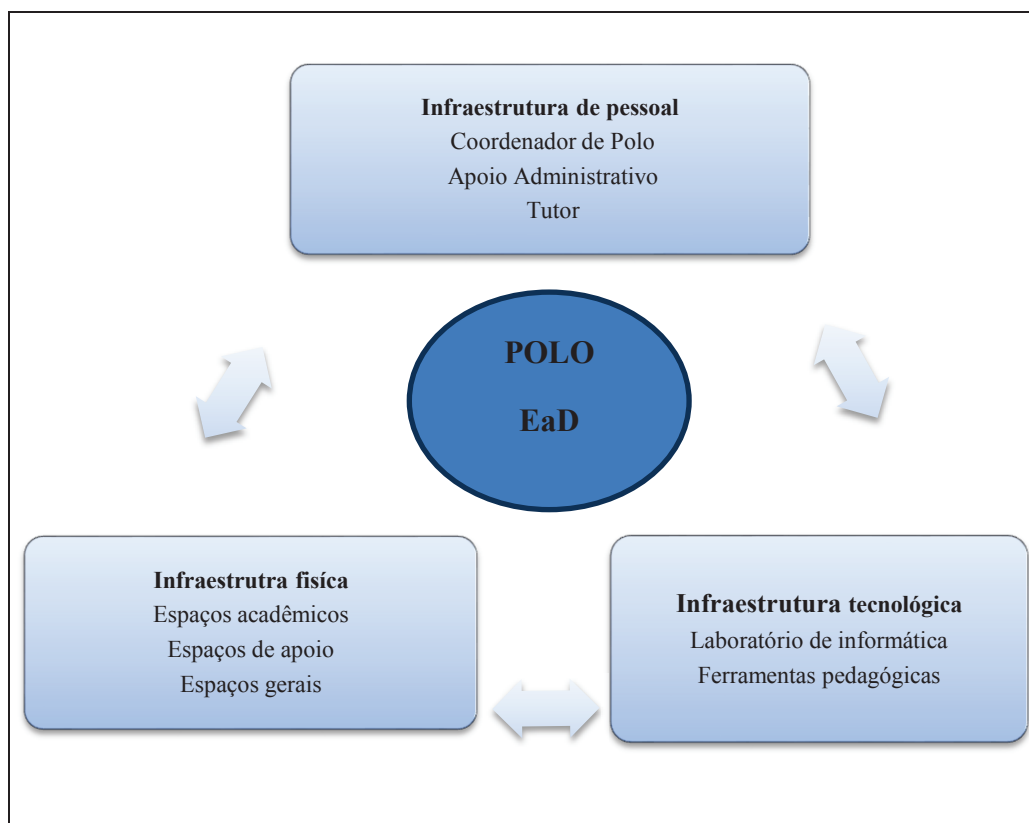
Os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007), aponta que a instalação de um polo é uma exigência legal para a validação oficial de propostas de cursos na modalidade a distância, de forma que sua caracterização seja consolidada através de um conjunto de instalações que receberá avaliação externa, quando do credenciamento e das avaliações relativas a uma instituição superior, devendo funcionar como um ponto de referência fundamental para o estudante.

Aponta também que os polos devem possuir horários de atendimento diversificados, principalmente para incluir cursistas trabalhadores, com horário disponível reduzido e devem, se possível, funcionar durante todos os dias úteis da semana, incluindo sábado, nos três turnos.

Corroborando, Fraga et al (2014), ressalta a importância da infraestrutura do polo de EaD para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do aluno e aponta que esse espaço físico organizado torna-se essencial para que o aluno tenha o suporte necessário para a realização do curso, pois com os recursos que lhe são oferecidos serão oportunizado a interação com os professores, tutores, suportes técnicos, administrativos e demais estudantes para a efetivação das atividades dos cursos com êxito.

Nesse contexto e reforçando sobre a relevante importância da infraestrutura do polo de EaD no processo de ensino aprendizagem, a autora Diana (2015 apud FRAGA et al, 2014)descrevem o polo de EaD como o centro de um conjunto de infraestruturas, com exigências e critérios específicos que se concentram para dispor de espaços e condições adequadas, com acesso às TIC, atendimento aos padrões legais relacionados à acessibilidade, cumprindo os objetivos propostos pela EaD como articulador na proposta de Educação a Distância imprescindível para a formatação e desenvolvimento dos projetos das IES e através da Figura 3, descrevem a articulação necessária:

Figura 3 – Articulação entre as infraestruturas do polo de EaD



Fonte: Fraga et al (2014), adaptado pela autora.

A Figura 3 demonstra o formato exigido, legalmente, para o credenciamento e a implantação de um polo de apoio presencial como descreve o Decreto 5.622, de 2005, que o define como “a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância” conforme dispõe o art. 12, X, c e cada infraestrutura torna-se a ser consideradas condicionantes obrigatórias para se ofertar e executar a Educação Superior a Distância no Brasil.

Nessa perspectiva, o polo contribui para que as atividades presenciais previstas nos projetos pedagógicos de cada curso se realizem, disponibilizando aos estudantes o acesso aos meios e às tecnologias de informação e comunicação, necessários para a mediação didático-pedagógica dos cursos a distância, principalmente o acesso ao AVA, aos conteúdos digitais e a biblioteca.

Finaliza-se este item, com a composição descritiva da infraestrutura física, de recursos humanos e logística do polo de apoio presencial de EaD, a partir da descrição disponível no portal CAPES/UAB e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.098,

de 19 de dezembro de 2000, atualizada pela Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009, para atender os padrões de acessibilidade exigidos por lei.

Quadro 2 – Descrição física, humana e tecnológica dos polos de EaD:

DESCRIÇÃO	ESTRUTURAS/FINALIDADES
Espaços Gerais	Sala para coordenação do polo (obrigatório); Sala para secretaria (obrigatório); Sala de reunião (opcional); e Banheiros (pelo menos um feminino e um masculino, com acessibilidade).
Espaços de apoio	Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada); Biblioteca com espaço para estudos; Esses espaços são obrigatórios.
Espaços Acadêmicos	Sala multiuso (tutoria, aula, suporte pedagógico) Laboratório pedagógico; Esses espaços podem estar situados em outras localizações conveniadas com outras instituições, sendo obrigatória, pelo menos, uma sala multiuso localizada na sede do polo.
Equipe responsável pela infraestrutura	Coordenador de Polo; Secretário ou Apoio Administrativo; Técnico(s) de informática; Biblioteconomista ou Auxiliar de Biblioteca; Técnico(s) para laboratório pedagógico (se for o caso); Pessoal de segurança; e Pessoal de manutenção e limpeza.
Documentação	Instrumento legal de criação do Polo UAB, especificando: Dotação orçamentária e lotação de pessoal; Orçamento anual do mantenedor incluindo as despesas do polo. Termo de compromisso do mantenedor, junto à CAPES; Documentação de propriedade, de aluguel ou de cessão de espaço; Termo de cessão de uso de espaços pedagógicos que não sejam próprios do polo
Equipamentos Tecnológicos	Computadores em número adequado para atender os alunos do Polo, conexão à <i>Internet</i> em banda larga (recomendável acesso mínimo de 2Mb) disponível em todos os espaços do Polo e ferramentas pedagógicas, tais como <i>data-show</i> , lousa digital e equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Fonte: CAPES, (2008), adaptado pela autora.

1.4.1 Monitoramento, Avaliação e Equipe Multidisciplinar dos Polos de EaD

O MEC transferiu a operacionalização da UAB à CAPES após a publicação do Decreto nº 6.7555 por meio da Portaria 318/2009. Assim, o monitoramento do Sistema UAB ficou a cargo da Diretoria de Educação a Distância (DED) subordinada à CAPES que foca em observar as instalações básicas da coordenação acadêmico-operacional nas IES e os polos de apoio presencial (BRASIL, 2009; CAPES, 2015).

Nos polos, a DED realiza essa avaliação por meio do monitoramento in loco com a finalidade de verificar as condições de infraestrutura física, de recursos humanos e tecnológicos e se os mesmos oferecem condições adequadas, atendendo ao

Referencial de Qualidade para Educação Superior a Distância do MEC. Essa medida não tem caráter punitivo, restringindo-se ao auxílio, orientação e suporte aos polos para estruturar e fortalecer a EaD. Sua periodicidade é trienal, salvo em caso de denúncias. (CAPES, 2013 e 2015).

Destarte, o polo de apoio presencial deverá atender aos requisitos exigidos quanto ao monitoramento *in loco* e o mantenedor, representado pelo município e Estado, que é o responsável pela estrutura, organização e manutenção dos polos para que as atividades no polo sejam realizadas a contento de forma a atender aos critérios legais, contribuindo com a disseminação e expansão da educação a distância.

Segundo os Referências de Qualidade (2007), após a observação das exigências quanto às infraestruturas físicas, de recursos humanos e tecnológicas dos polos de apoio presencial, o avaliador encaminha seu relatório para a DED, classificando-o em:

- Apto (AA) – Indica o deferimento da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como a existência de toda a documentação necessária. O polo está liberado pela DED/CAPES para a articulação de cursos que não requeiram instalações específicas e para cursos que precisem de instalações e equipamentos pedagógicos, caso o polo disponha de tais instalações e equipamentos.
- Apto com Pendências (AP) – Indica a necessidade de adequações na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação. Nesse caso, o mantenedor deve resolver as pendências apontadas durante a visita de monitoramento e encaminhar documentação comprobatória à DED/CAPES, no prazo de 90 (noventa) dias. Serão consideradas como documentação comprobatória, dentre outros, fotos dos espaços com pendências solucionadas, original ou cópia autenticada de documentos pendentes, comprovantes de contratação de pessoal, materiais, equipamentos e serviços necessários à adequação do polo. Se a DED/CAPES não receber a documentação comprobatória no prazo estipulado, o polo será iniciado processo de desligamento do polo do Sistema UAB.
- Não Apto (NA) - Indica a presença de graves restrições na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação. O mantenedor poderá interpor recurso junto à DED/CAPES, apresentando, no prazo de 30 (trinta) dias, um Plano de Revitalização, com ações saneadoras das restrições verificadas durante a visita de monitoramento e respectivos prazos de execução. deferimento, o mantenedor deverá iniciar imediatamente a execução do Plano de Revitalização e, findo o prazo, será realizada uma nova visita de monitoramento para eventual reclassificação do polo. Em caso de indeferimento, será iniciado o processo de desligamento do polo do Sistema UAB. Caberá à DED/CAPES a decisão a respeito do recurso: em caso de o mesmo procedimento de desligamento será iniciado caso o mantenedor não recorra no prazo.

Caso o polo seja classificado como AP ou NA, este fica impedido de fornecer novos cursos e é solicitado o Plano de Revitalização para a melhoria de suas condições, conforme a normatização exigida. (CAPES, 2013, 2015).

Percebe-se a partir do exposto, que a EaD tem características e uma dinâmica própria, uma funcionalidade regulamentada onde as infraestruturas se articulam e se flexibilizam para torna-se uma modalidade de ensino funcional e processual ao mesmo tempo, com capacidade de absorver os avanços das tecnologias e técnicas pedagógicas que lhe são apropriadas e com a utilização de práticas administrativas diferenciadas que inclui avaliação e acompanhamento próprios, recursos tecnológicos diversificados, apoio pedagógico e de infraestrutura de acordo com a realidade encontrada, além de ter realçado a exigência da atuação de uma equipe multidisciplinar que apresente formação múltipla, com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, em conformidade com os Referenciais de Qualidade (2007).

Para a composição da equipe multidisciplinar e presencial do polo de EaD, três categorias profissionais são evidenciadas de forma mais específica, já que promovem o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem numa oferta de qualidade *in loco*: coordenador de polo, professor e o tutor. Ressalta-se que esses profissionais têm suas atividades remuneradas através da bolsa formação⁹ e tem como atribuições:

1. Coordenador de Polo - deverá ser constituído por um professor da rede pública de ensino, o qual terá atribuições gerenciais no polo de apoio presencial, no sentido de acompanhamento das atividades docentes, discentes e administrativas, capacitando-se para tanto, com o intuito de garantir ainda o uso da infraestrutura da entidade;
2. Professor - com formação em área específica relacionada ao curso e/ou componente curricular. É responsável por planejar e gerenciar todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem no componente curricular de sua responsabilidade;
3. Tutor - deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico. Podendo ser tutor presencial ou a distância.

Compreende-se, portanto, que a equipe multidisciplinar é a responsável pelo planejamento e realização dos cursos, composta por profissionais que estejam aptos para oferecer ao aluno todo suporte necessário para a realização das atividades, oportunizando a socialização que envolve os aspectos cognitivos e afetivos, devendo ser atuante e apresentar características diferenciadas e específicas quanto ao seu fazer pedagógico, pois cada um em sua especificidade será um incentivador dos estudantes na busca pelo conhecimento. A responsabilidade de cada profissional relaciona-se com o

⁹As bolsas são concedidas pela CAPES/MEC para os tutores, professores, pesquisadores, coordenadores do Sistema UAB, coordenadores de curso, coordenadores de tutoria e coordenadores de polo com base nas Leis nº 11.273/2006 e nº 11.502/2007 e nas normas desta Resolução e pagas pelo FNDE/MEC diretamente aos beneficiários, por meio de crédito em conta-benefício aberta em agência do Banco do Brasil S/A, indicada especificamente para esse fim e mediante a assinatura, pelo bolsista, de Termo de Compromisso.

pesquisar, planejar e aperfeiçoar as metodologias utilizadas na EaD, conforme apontam Vargas, Lima e Azevedo (2011).

A partir dessas considerações e tendo como base os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância é possível apontar uma equipe multidisciplinar como agentes que se relacionam com foco no ensino aprendizagem e promovem as condições para a permanência do aluno no curso e no polo que, se bem articulado, pode se constituir em importante fator de integração e desenvolvimento regional, concorrendo para uma maior horizontalização¹⁰ dos circuitos econômicos e culturais locais, devendo estabelecer horários de atendimento diversificados, principalmente para incluir estudantes trabalhadores, com horário disponível reduzido e devem, se possível, funcionar durante todos os dias úteis da semana, incluindo o sábado, nos três turnos.

Nesse sentido, Vargas, Lima e Azevedo (2011), consideram o polo de EaD um espaço de promoção social que a partir de uma educação descentralizada, onde a academia abandona seu status de centro de saber e possibilita a expansão e a socialização do saber e funciona como ponto de referência fundamental para o estudante e para o contexto local e regional onde está implantado.

Assim, a escolha da localização dos mesmos e sua estruturação devem respeitar as peculiaridades de cada região e localidade, bem como as particularidades dos cursos ofertados e suas respectivas áreas de conhecimento. Essa escolha criteriosa deve considerar a vinculação entre os cursos ofertados e as demandas locais, em favor do desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Para Sales (2012), a existência do Polo de EaD significa um passo fundamental para a expansão e democratização de acesso ao ensino superior público e de qualidade, sendo necessário ser pensado além de sua condição física por ser espaço onde “pulsam” a vontade de viver, de crescer e de aprender, isto é espaços de encontros, desencontros, contradições, idéias, conflitos e tantos outros sinônimos capazes de “caracterizar” qualquer outro espaço de formação e desenvolvimento.

Nesse contexto, é importante que cada profissional que compõe a equipe multidisciplinar de um polo de apoio presencial compreenda sua função social diante das atribuições que possui, pois para além das atividades administrativas e pedagógicas

¹⁰Diminuição de níveis hierárquicos; descentralização; delegação de poder.(Dicionário Aurélio, 1989).

que desenvolvem, devem apresentar sensibilidade para identificar as necessidades, prioridades e demanda daquilo que é importante para a comunidade local e regional. Dessa forma, é possível identificar a importância que o polo representa onde está localizado como alavanca para o desenvolvimento socioeconômico.

Sequencialmente, é apresentado as principais características do desenvolvimento socioeconômico como fator de mudança que interfere na qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

1.5 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A palavra desenvolvimento vem do latim *involvere* que se deriva da palavra desenvolver e descreve-se como o ato ou o efeito de fazer crescer, fazer progredir (Dicionário Porto, 2000 e Diana, 2015). Neste contexto, Siedenberg (2004) compreende que desenvolvimento estando associado ao significado de crescimento e progressão tem como principal a idéia de progresso a partir de uma determinada situação (*status quo*) e dependendo do contexto em que é interpretado de forma complementar ou diferenciada vai adequando-se as novas abordagens conceituais e as diferentes áreas científicas, a exemplo da Economia, Sociologia, Administração, Geografia, História, Biologia, Psicologia, dentre outras.

De acordo com Dias (2004, p 64) e complementado por Diana (2015, p 52), os registros iniciais referentes ao desenvolvimento datam do século XVII e trazia como princípio a possibilidade de conhecer “um progresso permanente e auto impulsionado de suas potencialidades latentes” e no século XIX, as concepções modernas de desenvolvimento ocorreram simultaneamente ao surgimento da Sociologia.

Fortalecendo essa idéia, Siedenberg (2004), afirma que nos séculos XVIII e XIX o conceito de desenvolvimento esteve associado à capacidade que individuo tem e conseqüentemente a sociedade, em modificar o meio em que vivem através de suas próprias ações e atitudes gerando “movimento, processo, mudança e libertação” (SIEDENBERG, 2004, p. 12). Outros autores, apresentam as contribuições que permeiam o processo histórico dos conceitos de desenvolvimento, sintetizando os pensamentos em cada época.

Quadro 3—O desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica:

Século/ Ano	Acontecimentos
XVII	Primeiros registros e tinha como princípio um progresso permanente e auto impulsionado de suas potencialidades latentes (DIAS,2004)
XVIII e XIX	Indivíduos e sociedade capazes de modificar o meio em que vivem (SIEDENBERG, 2004)
XIX	Origem das concepções modernas, surgimento da Sociologia (DIAS, 2004)
1776	publicação de “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, o conceito de crescimento econômico desponta, formação da riqueza de uma nação, isto é, o desenvolvimento econômico está intrinsecamente ligado ao processo de crescimento, através da produção que resulta da organização produtiva. (SOUZA, 1993)e(HUNT, 2005).
1817	David Ricardo, partindo das idéias de seu antecessor, destacou a importância das inovações tecnológicas. Considerado integrante do grupo de pessimistas entre os teóricos econômicos.
Início do XX	Para Schumpeter o crescimento tem característica expansiva, enquanto que o para o desenvolvimento depende da “presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário.” - época do amadurecimento do capitalismo (SOUZA, 1999)
1838	utilização por Darwin, na área da biologia, onde na tentativa de explicar a origem das espécies criou uma nova forma de ver a vida, que através da seleção natural, observou o processo biológico e aperfeiçoamento natural de um sistema onde os organismos mais bem adaptados ao meio têm maiores chances de sobrevivência do que os menos adaptados, deixando um número maior de descendentes, podendo assim, pela evolução, atingir a sua capacidade máxima de funcionamento.
1867	Karl Marx publica O Capital: Uma Crítica da Economia Política acrescentando importantes elementos à teoria do valor trabalho, considerando exploração, toda renda que não fosse fruto do trabalho.
Período pós-guerra	surgimento do conceito de desenvolvimento já tendia para a evolução, diferindo do conceito de crescimento econômico (Boisier 2001; Sachs 2004)
1986	Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn propuseram novo conceito a partir do indivíduo, denominado “Desarrolloa Escala Humana” (Boisier, 2001)
1930	utilização da Contabilidade Nacional, inspirada pelas teorias keynesianas, acentuou as discussões e questionamentos do fator econômico enquanto distribuição
década de 1980	surge e intensifica-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável
1983	Para Furtado o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento e deve satisfazer às múltiplas necessidades da coletividade
Início da década de 1990	MahbubulHaque Amartya Sen desenvolveram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para tornar o desenvolvimento tangível, mensurável..
1995	Boutros-Ghali publica o documento “An agenda for development” e apresenta cinco dimensões para o desenvolvimento: a paz, o crescimento econômico, o ambiente, justiça social e democracia. (Boisier, 2001)
2004	Sachs aponta a existência de duas concorrentes extremas: pós-modernos e fundamentalistas de mercado
Década atual	A discussão sobre desenvolvimento na sociedade contemporânea baseia-se na perspectiva multidimensional e interdisciplinar, isto é, dimensões econômica, política, social e ambiental.

Fonte: adaptado de Santos et al, 2012, pela autora.

Dentre as características conceituais de desenvolvimento, o quadro 3 reflete as contribuições dadas por diferentes pensadores ao longo da história, onde o desenvolvimento configura-se como um fenômeno complexo que não tem conceito

definido e foi evoluindo, incorporando-se e sendo compreendido às concepções de cada época.

Contribui com essa consideração, Oliveira et al (2010) quando afirma:

Na realidade, não há uma verdade absoluta ou um conceito universal para o termo desenvolvimento econômico, existem várias correntes de pensamentos que, ao longo do tempo, se revezaram na discussão dessa questão. De maneira geral, pode-se caracterizar o desenvolvimento econômico como um processo de mudanças qualitativas, na estrutura da economia, que conduzem à melhoria do bem-estar dos indivíduos. (OLIVEIRA et al, 2010, p.79)

Sen (2000), o desenvolvimento deve estar sempre relacionado à melhoria da qualidade de vida e afirma que o desenvolvimento deve pautar-se nas três gerações de direitos humanos:

- I. direitos políticos, civis e cívico;
- II. direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno;
- III. os direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento para que seja efetivado a igualdade, equidade e solidariedade entre os homens afim de reduzir consideravelmente a condição de pobreza.

Para o contexto dessa pesquisa, a concepção multidimensional do desenvolvimento permite avaliar a evolução dos municípios e entornos onde os polos de EaD estão implantados no Tocantins, visando perceber as mudanças socioeconômicas empreendidas nas comunidades.

De acordo com Sachs (2008), somente pode ser chamado de desenvolvimento as situações que sejam impactantes positivamente no contexto social e ambiental, a exemplo da geração de emprego que contribui para a redução das desigualdades e da pobreza, gerando assim crescimento econômico.

Veiga (2005) aponta que desenvolvimento e crescimento econômico não se confundem e para que haja desenvolvimento com base no crescimento econômico, faz-se necessário que os efeitos positivos sejam percebidos e distribuídos para toda a sociedade envolvida, de forma que haja acesso a saúde, educação e saneamento de boa qualidade, além de melhor distribuição da renda.

Esta pesquisa busca dimensionar a efetividade das mudanças percebidas com a implantação dos polos de apoio presencial da EaD no contexto do estado do Tocantins, onde o desenvolvimento se consolida como um processo de mudanças socioeconômicas e condiciona a melhoria das condições de vida da população.

Neste sentido, Furtado (2004 apud VEIGA, 2005, p. 81-82) aponta que a interação entre crescimento e desenvolvimento gera transformações, mas não é a disponibilidade de recursos para investimento que garante melhorias as comunidades, mas a efetividade do projeto social que garante ações para o crescimento da renda e melhorias no nível de vida da população. E assim resume:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2005).

Mesmo diante da complexidade de definição de um conceito único de desenvolvimento a partir das perspectivas expostas no quadro 3, para este contexto da implantação dos polos de EaD no Tocantins, desenvolvimento será considerado um processo de mudanças socioeconômicas consolidadas qualitativamente na vida da população e assim essas mudanças precisam ser mensuradas através de indicadores, como o IDHM, para dimensionar a efetividade dos impactos gerados de 2000 a 2010.

Complementando, Sen (2010) e Souza (2011) ressaltam que desenvolvimento condiciona processos de mudança qualitativa para o comportamento do indivíduo, das instituições e das estruturas produtivas a partir do momento que se tem a capacidade de perceber e diferenciar a situação atual do contexto anterior, tendo como resultado a melhoria da qualidade de vida vivenciada pelas pessoas e comunidade.

Siedenberg (2003, p.56) corrobora afirmando:

Como desenvolvimento, entretanto, é entendido como um processo de mudanças socioeconômicas, a questão central que se coloca é a da mensuração do desenvolvimento. Nesse sentido, pesquisadores de diferentes áreas têm sugerido os mais diferentes indicadores e mecanismos e apresentado inúmeras pesquisas, levantamentos e comparações.

Compreende-se, portanto, que para mensurar o desenvolvimento socioeconômico gerado pela EaD como ferramenta de inclusão social nos municípios e entornos¹¹ das comunidades onde os polos de apoio presencial estão implantados, os

¹¹ Entorno é compreendido como tudo que está localizado ao redor do polo que presta serviços, a exemplo das empresas, comércios, restaurantes, hotéis e outros (adaptado de Diana, 2015). No dicionário Aurélio

indicadores de desenvolvimento devem ter suas definições explicitadas para melhor entendimento da temática.

1.5.1 Indicadores de Desenvolvimento

A aferição do desenvolvimento é o desafio para o entendimento de como é percebido o processo de mudanças socioeconômicas que ocorre nos cenários específicos estudados dos países, estados e municípios. Seguindo esta mesma linha de pensamento, Siedenberg (2003, p.62) aponta que:

A consolidação do conceito de desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas logo trouxe à tona o desafio da sua mensuração, isto é, como “medir” o desenvolvimento.

Os indicadores tornam-se as variáveis indispensáveis que melhor atendem e adequam-se para responder a esse questionamento de como avaliar e calcular o desenvolvimento. No Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores (2009), mensuração é definido como parte essencial de um modelo de gestão do desempenho que é, compreendido como os esforços empreendidos na direção dos resultados a serem alcançados.

Desempenho é um termo sujeito a inúmeras variações semânticas e conceituais, embora existam alguns consensos majoritários em torno de uma definição. A equação simplificada é: desempenho = esforços + resultados; ou desempenho = esforços → resultados. Assim, a definição sintética e ao mesmo tempo ampla para o desempenho é estabelecida pela atuação de um objeto (uma organização, projeto, processo, tarefa etc.) para se alcançar um resultado. Logo, desempenho é um conceito peculiar, um construto específico, para cada objeto. (BRASIL, 2009).

Ainda para o Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores (2009):

Os indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, assim como seus projetos, programas e políticas, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança etc. (BRASIL, 2009).

Outra referência importante para os indicadores apontada pelo Guia Referencial de Medição (2009) diz respeito de que há duas funções consideradas básicas para a

(2004), entorno significa território adjacente a uma população, a um determinado núcleo; circunvizinhança, arredor, que circunda e rodeia.

mensuração: a primeira é descrever por meio da geração de informações o estado real dos acontecimentos e o seu comportamento; a segunda é de caráter valorativo que consiste em analisar as informações presentes com base nas anteriores de forma a realizar proposições valorativas. Assim, os indicadores servem para:

- mensurar os resultados e gerir o desempenho;
- embasar a análise crítica dos resultados obtidos e do processo de tomada decisão;
- contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais;
- facilitar o planejamento e o controle do desempenho; e
- viabilizar a análise comparativa do desempenho da organização e do desempenho de diversas organizações atuantes em áreas ou ambientes semelhantes. (BRASIL, 2009).

Compreende-se, portanto, que com base nos indicadores de desenvolvimento, tem-se um instrumento de valor estatístico que dá suporte a elaboração de políticas que possam impulsionar os fatores positivamente e ao mesmo tempo buscar desenvolver os fatores negativos que afetam o desenvolvimento das comunidades e seus entornos.

Concordando com o exposto, Siedenberg (2003) afirma que os indicadores de desenvolvimento majoritariamente são apresentados em valores estatísticos, podendo ser utilizados com diferentes finalidades, dentre as quais o autor destaca:

- diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou setorial;
- propiciar informações sobre problemas sociais ou crises potenciais;
- subsidiar planos e decisões políticas;
- avaliar metas e estratégias globais/setoriais. (SIEDENBERG, 2003, p.59)

O autor também ressalta que para além de uma função informativa, os indicadores também podem ter funções de avaliar, normatizar ou decidir, uma vez que servem de referência para a implementação de objetivos, metas e estratégias. (SIEDENBERG, 2003).

Chama a atenção também quando complementa que:

[...] Indicadores são instrumentos auxiliares de análises e só têm sentido quando vinculados a teorias e métodos que lhes dão fundamento. Além disso, cabe lembrar que nem tudo que é importante é mensurável. Por isso, a mensuração do desenvolvimento socioeconômico de um país, região ou município por meio de indicadores pode complementar e subsidiar empiricamente um trabalho, mas jamais poderá substituir a análise qualitativa. (SIEDENBERG, 2003, p.68).

Seguindo essa consideração, compreende-se que a mensuração estatística do contexto pesquisado são recortes representativos que só “têm sentido somente quando se inserem num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo

significado. Além disso, deve-se considerar ainda que são parciais e substituíveis, o que confere às análises a possibilidade da distorção ou manipulação da realidade”. (SIEDENBERG, 2003, p.69).

Assim, considera-se que para conseguir diagnosticar com maior precisão as condições de desenvolvimento do recorte pesquisado, a escolha dos critérios de medição dos indicadores deve ser realizada de forma ponderada, levando em consideração o que se almeja conseguir.

Nas palavras de Siedenberg (2003, p. 58)

“[...] é possível diferenciar indicadores de desenvolvimento de acordo com o tipo de informações que propiciam e conforme sua capacidade de representar tecnicamente os objetivos do desenvolvimento”.

Para o autor, essa diferenciação de indicadores, pode ser classificada em conformidade com o tipo de informações que produz e com a capacidade de apresentação técnica dos objetivos do desenvolvimento. Utiliza-se da contribuição publicada pelo Unrisd¹² (1984) e referendadas também por Diana (2015). A definição se dá em 03 (três) diferentes tipos:

1. Indicadores per capita: exprimem médias estatísticas em relação ao que eles medem diretamente (pela divisão de medidas agregadas pela população estimada). São indicadores de caráter mais econômico e desconsideram classes de distribuição. Exemplos: renda per capita, consumo de calorias por habitante.
2. Indicadores percentuais: exprimem em relação ao que eles medem diretamente, os percentuais que determinados grupos detêm ou não em relação a um aspecto específico. São, basicamente, indicadores de caráter social e consideram classes de distribuição. Exemplos: concentração/distribuição da renda, alfabetização.
3. Indicadores estruturais: apesar de também apresentarem os dados que quantificam em percentuais, não representam metas de desenvolvimento, ou seja, não têm como objetivo implícito atingir 100% ou 0% nos casos ideais; apenas demonstram determinada estrutura. Exemplo: estrutura etária, classificação por sexo.

Para Siedenberg (2003), a escolha do uso exclusivo de um indicador influencia significativamente a análise de resultados e chama a atenção para o formato dessa escolha para que não seja feita visualizando apenas a praticidade da utilização dos indicadores per capita, considerados os mais fáceis de serem levantados, mas buscar

¹²United Nations Research Institute For Social Development - Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social é uma agência independente das Nações Unidas criado em 1963, sediado em Genebra e que tem como foco pesquisar sobre os efeitos sociais do desenvolvimento econômico e da globalização.

inserir indicadores percentuais e estruturais que condicionam maior precisão dos dados e conseqüentemente, o resultado aprimorado da análise pretendida.

A utilização exclusiva de determinado tipo de indicador pode influenciar significativamente o resultado de análises sobre o processo de desenvolvimento. O problema da escolha de indicadores não é, portanto, apenas uma questão de praticidade: uma análise criteriosa deveria não apenas utilizar indicadores per capita, geralmente mais fáceis de serem encontrados/obtidos, mas também apresentar e incluir indicadores percentuais e estruturais, pois evidenciam um refinamento dos dados e da própria análise. (SIEDENBERG, 2003).

Já Souza (2011) afirma que os indicadores quando identificados para cumprir os objetivos a que estão propostos, explicitam o nível de qualidade de vida e as alterações que ocorrem ao longo do tempo para os indivíduos.

Para Diana (2015 apud SOUZA, 2011), em relação aos indicadores, o Produto Nacional é utilizado mundialmente para mensurar a intensidade da dinâmica econômica, além do índice de Gini que é utilizado como medida de concentração de renda. E explicita:

1. Índice de Gini - medida utilizada para comparar a desigualdade. Este índice é tradicionalmente utilizado para medir a distribuição de renda entre as classes sociais, sendo que essa informação é apresentada utilizando uma escala de 0 (zero) a 1 (um), onde 0 representa a completa igualdade de distribuição de variável e 1 representa a completa desigualdade.
2. Produto Nacional Bruto (PNB) - representa toda a produção realizada internamente no país, ou por empresas multinacionais do país realizado em países estrangeiros.
3. Produto Interno Bruto -representação de tudo que foi produzido dentro do país, independentemente de serem empresas nacionais ou multinacionais e passou a ser utilizado como “a medida de maior relevância para medir a dinâmica econômica de uma nação, região, estado ou município”.

Ao apresentar a importância desses indicadores, as autorasfazem uma importante observação ao apontar que o PNB, atualmente não recebe destaque a partir do momento que houve o aumento de atividades de empresas multinacionais a nível global. Dessa forma, Além do PIB, outro indicador importante e com reconhecimento mundial é o PIB per capita.

Segundo Diana (2015 apud Cário 2011 e Souza 2011), o PIB per capita “é obtido através da divisão entre o PIB de um determinado período com a população medida neste mesmo período e [...] que através do crescimento da renda per capita torna-se possível melhorar os indicadores sociais, visto que essa variável está correlacionada com níveis educacionais e liberdades políticas”. Reforçando afirma:

A partir das considerações referentes ao PIB per capita, é importante notar a afirmação de Souza (2011) ao apontar que a melhoria dos indicadores sociais está diretamente ligada ao crescimento da renda per capita, visto que essa variável está correlacionada aos níveis educacionais e liberdades políticas. Porém, a autora complementa que somente a renda per capita não é capaz de apresentar as informações suficientes relacionadas a melhorias sociais e econômicas e, para compor índices de desenvolvimento social é preciso que sejam considerados indicadores que objetivem apresentar dados sobre alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e meio ambiente (SOUZA, 2011). Nesse sentido, a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta seu papel na busca por melhorias sociais, ao apresentar dados e informações compostos por informações ligadas a longevidade, educação e renda (DIANA, 2015).

Dessa forma, Diana (2015) reforça que a utilização do IDH apresenta seu papel na busca por melhorias sociais, ao apresentar dados e informações compostos por informações ligadas a educação, saúde e renda.

Souza (2011) chama a atenção para que a partir do entendimento dos principais indicadores de desenvolvimento utilizados com mais frequência e de reconhecimento mundial, faz-se imprescindível que a escolha do indicador esteja de acordo com o objetivo a ser cumprido.

No próximo item, será apresentado as considerações e referências sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, como medida para aferir as contribuições observadas no desenvolvimento socioeconômico dos grupos organizados em sociedade.

1.5.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Para este tópico, evidencia-se a necessidade de compreensão conceitual do que seja desenvolvimento humano para o entendimento de com se dá a utilização do IDH que foi uma alternativa encontrada para aferição do desenvolvimento social nos municípios onde os polos de EaD estão implantados no Tocantins.

A Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que atualmente atua em mais de cento e setenta países, inseriu a partir de 1990, a idéia de que o ser humano, pelas suas escolhas, tenha capacidades e oportunidades para além das esferas econômica, social e política, isto é, o homem torna-se a centralidade do desenvolvimento e não somente a acumulação de riquezas, onde a renda deve ser um meio e não o fim.

Os relatórios anuais elaborados pelo PNUD, através da agência internacional e pelas inúmeras publicações online do site¹³ essa conceituação é posta com bastante clareza e propriedade.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. (PNUD, 2013).

Assim, com base no PNUD, a autora Diana (2015) também aponta que o conceito de desenvolvimento humano, para além do viés econômico, considera que para aferir crescimento na qualidade de vida das pessoas, precisa dá importância aos aspectos sociais, culturais e políticos que os cerca.

Essa conceituação tornou-se também a base para um indicador chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelos colaboradores da ONU, MahbubulHaq¹⁴ e Amartya Sen¹⁵e apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), com o objetivo de mensurar e comparar a evolução do desenvolvimento humano nos diferentes países ao longo do tempo e oferecer uma contraposição a outro indicador muito utilizado, o PIB per capita¹⁶, que na época era a principal medida de desenvolvimento que tinha como prerrogativa considerar apenas o campo econômico, como aponta o PNUD, através de seu site e conclui:

[...] o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da „felicidade“ das pessoas, nem indica „o melhor lugar no mundo para se viver.

Siedenberg (2013) considera o IDH um importante indicador de desenvolvimento que ousou avaliar, por comparação, a satisfação pessoal dos indivíduos:

O Índice de Desenvolvimento Humano apresentado em 1990 pela ONU no chamado Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano,foi uma tentativa ambiciosa de comparar o desenvolvimento global e a diferenciação regional de 130 países com mais de 1 milhão de habitantes.

¹³ O site encontra-se no endereço eletrônico <http://www.pnud.org.br>.

¹⁴MahbubulHaq, nascido em 1934, um influente e renomado economista paquistanês, pioneiro da Teoria do desenvolvimento humano e criador do Relatório de Desenvolvimento Humano.

¹⁵Amartya Sen, nascido em 1933, economista e escritor indiano que recebeu o Prêmio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, pelas suas contribuições à teoria da decisão social.

¹⁶ De acordo com Oliveira et al (2010): “o valor da produção de bens e serviços em unidades monetárias num determinado período de tempo, dividido pela população”.

Na literatura, observa-se que autores como Sen (2000), Siedenberg (2003), Oliveira (2010), Souza (2011), Cario (2011), Diana (2015), dentre outros referendam o PNDU(2013) com relação ao IDH que foi composto por indicadores de três elementos essenciais à vida: esperança de vida ao nascer, alfabetização e poder de compra per capita, levando em conta as três dimensões que possuem pesos iguais e contribuem para o crescimento das liberdades das pessoas:longevidade, educação e renda.

As três dimensões para a realização da aferição do IDH que tem como base os dados dos censos demográficos do IBGE (2010) que foram citadas pelos autores:

1. Vida longa e saudável (Longevidade) - medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.
2. Acesso a conhecimento (Educação) - medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.
3. Padrão de vida (Renda) - medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

Para Oliveira et al (2010), o IDH varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que o primeiro valor reflete que o país não possui nenhum desenvolvimento humano e o segundo é o país que possui desenvolvimento humano total. Chama a atenção para quanto mais próximo de 1, maior o índice de desenvolvimento, isto clarifica que os países ricos apresentam IDH próximo a 1 e os países em desenvolvimento apresentam IDH mais próximo de 0. Dado o valor alcançado pelo país, pode ser classificado por um dos níveis de desenvolvimento: Baixo (até 0,499), Médio – entre 0, 500 e 0, 799 e Alto – igual ou superior a 0, 800.

Souza (2011) explicando como se dá a valoração do IDH ressalta que:

[...] O IDH é calculado pela média simples de três componentes: longevidade, educação (taxa de alfabetização, peso 2/3, e taxa de matrícula nos três níveis de ensino, peso 1/3) e nível de renda (PIB real per capita em

dólares PPC). O IDH varia de 0 a 1: desenvolvimento humano baixo ($IDH \leq 0,499$); desenvolvimento humano médio ($0,5 \leq IDH \leq 0,799$); desenvolvimento humano alto ($IDH \geq 0,800$). Esse índice mede o nível do desenvolvimento dos países, regiões e municípios, neste último caso com algumas adaptações.

Para uma amostragem das medições de IDH elaborou-se as tabelas 2 e 3 simplificadas com os resultados mundiais, com base nos dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano (2015), que aponta os países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos do mundo.

Tabela 2: Países mais ricos - IDH mais elevados (altos) - 2010

Ranking Mundial	País	IDH	Continentes
1º	Noruega	0,944	Europa
2º	Austrália	0,935	Oceania
3º	Suíça	0,930	Europa
4º	Dinamarca	0,923	Europa
5º	Países Baixos	0,922	Europa
6º	Alemanha	0,916	Europa
7º	Irlanda	0,916	Europa
8º	Estados Unidos	0,915	América
9º	Canadá	0,913	América
10º	Nova Zelândia	0,913	Oceania
11º	Singapura	0,912	Ásia
12º	Hong Kong, China	0,910	Ásia
13º	Liechtenstein	0,908	Europa
14º	Suécia	0,907	Europa
15º	Reino Unido	0,907	Europa

Fonte: Organização das Nações Unidas (2010), adaptados pela autora.

Resumidamente, tem-se representado na tabela 2 que a maior quantidade de países considerados mais ricos do mundo e os primeiros na mensuração do IDH estão localizados geograficamente no Continente Europeu com um quantitativo de nove, seguidos por dois do Continente Americano, dois do Continente asiático e dois da Oceania.

Em contradição a esses índices, os quinze países com menores IDH estão localizados geograficamente no Continente Africano e segundo os dados da ONU (2015) fatores como as inúmeras doenças e o baixo desenvolvimento econômico são as causas que diminuem consideravelmente a expectativa de vida da população. A tabela representa essa lúgubre realidade.

Tabela 3: países mais pobres - IDH menos elevados (baixos) – 2010

Ranking Mundial	País	IDH	Continente
1º	Etiópia	0,442	AFRICA
2º	Gâmbia	0,441	
3º	República do Congo	0,433	
3º	Libéria	0,430	
5º	Guiné-Bissau	0,420	
	Mali	0,419	
6º	Moçambique	0,416	
	Serra Leoa	0,413	
7º	Guiné Equatorial	0,411	
8º	Burkina Faso	0,402	
9º	Burundi	0,400	
10º	Chade	0,392	
11º	Serra Leoa	0,374	
12º	Chade	0,392	
13º	Eritrea	0,391	
14º	República Centro África	0,350	
15º	Niger	0,340	

Fonte: Organização das Nações Unidas (2010), adaptados pela autora.

Segundo a ONU, o Brasil, tendo como base os dados de 2014, ocupa o 75º lugar no ranking mundial e o IDH é de 0,755, valor considerado Alto na tabela de mensuração. Com essa colocação demonstra que está melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991.

Ressalta-se que mesmo diante das disparidades sociais e econômicas no contexto nacional, fatores como aumento da expectativa de vida da população e taxa de alfabetização estão diretamente associados a essa evolução estatística de desenvolvimento humano.

Para o contexto brasileiro e com o objetivo de mensurar as diferenciações socioeconômicas da realidade brasileira, foi criado pelo PNUD, o IDHM e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

1.5.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Para atender a necessidade de aferir as escalas municipais do território brasileiro, o IDHM, criado em 1998, fez do Brasil um dos países pioneiros pela adaptação de um IDH global para utilização nacional.

Em 2003, conforme o PNUD (2013), houve a segunda aferição que analisou dados censitários dos anos de 1991 a 2000 e em 2013, os institutos de pesquisa IPEA e a Fundação João Pinheiro, assumiram a responsabilidade dessa aferição que tem as mesmas características e objetivos de avaliação do IDH global, uma vez que os princípios que regem ambos os índices são os mesmos. Reforça-se que o IDHM, como medida, tem a mesma composição dos indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: saúde, educação renda, adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Ainda segundo o PNUD (2013) e o IBGE (2014), para um contexto de avaliação mais pormenorizado do desenvolvimento dos municípios brasileiros, o IDHM, inclui os três componentes através do IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda que retratou o histórico dos municípios em um período de duas décadas.

Para compor as dimensões do IDHM, as informações foram levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e divulgados através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁷ que é uma plataforma de consulta ao IDHM, além de mais de duzentos indicadores para um comparativo da evolução de 5.565 municípios brasileiros quanto a educação, saúde, renda, população, demografia, trabalho, habitação e vulnerabilidade social. Com esse enfoque, Diana (2015) aponta que:

Para a divulgação do IDHM foi criado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que traz mais de 180 indicadores socioeconômicos que complementam as informações referentes ao desenvolvimento municipal. Além das informações do último IDHM foi elaborado, com base nos Censos Demográficos anteriores, um comparativo da evolução do desenvolvimento de cada município brasileiro em educação, saúde, renda, população, demografia, trabalho, habitação e vulnerabilidade social. Todas as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil são de livre acesso à população através de uma plataforma online (PNUD, 2013).

Para calcular o IDHM, segundo o PNUD, vários ajustes são realizados para adequação à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios.

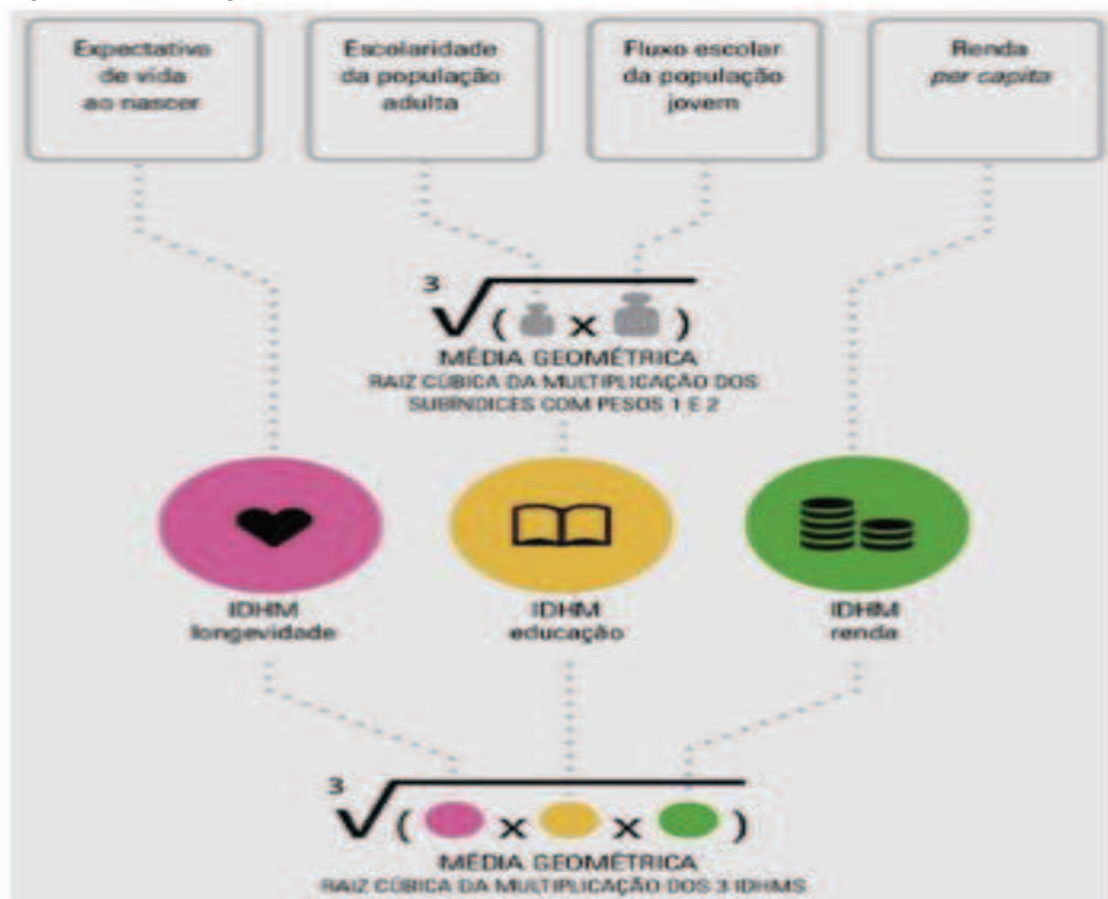
[...] a construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH global para: • Ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios • Adaptar a metodologia do IDH global aos indicadores disponíveis nos Censos Demo

¹⁷ Acesso público online através do endereço – www.atlasbrasil.gov.br.

gráficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade. (PNUD, 2013).

E representa o cálculo para mensuração das dimensões do índice de desenvolvimento humano municipal através da Figura 4:

Figura 4: Metodologia do cálculo do IDHM – Brasil.

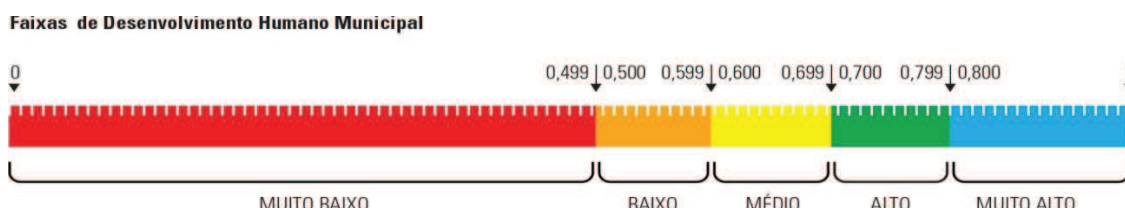


Fonte: PNDU, Ipea e FIP (2014).

Como representado na Figura 4, o IDHM Longevidade deriva da expectativa de vida ao nascer, o IDHM Renda tem sua fonte na renda *per capita* de determinada população e o IDHM Educação é a variável que apresenta dois subíndices, isto é a aferida é realizada através do fluxo escolar da população jovem e da escolaridade da população adulta, onde o fluxo escolar tem peso 2 e quatro faixas etárias a serem aqui analisadas.

Para a leitura do IDHM, no aspecto comparativo, segue-se os mesmos critérios do IDH, numa escala que faz a aferição do número em variáveis entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. Nesse sentido, percebe-se que o IDHM brasileiro tem as mesmas dimensões do IDH Global. A figura 5 ilustra as faixas do IDHM para os municípios brasileiros:

Figura 5: Faixa de desempenho do IDHM do Brasil



Fonte: PNDU, Ipea e FIP (2014).

Concluindo esse tópico, a tabela 4 demonstra o ranking do IDHM dos estados brasileiros. O Tocantins ocupar o 14º lugar no ranking brasileiro com valores considerados Médio na escala de gradação de desempenho.

Tabela 4: IDHM dos estados brasileiros - 2010.

Ranking	Estados/DF	IDHM	Renda	Saúde	Educação
1º	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742
2º	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
3º	Santa Catarina	0,774	0,773	0,860	0,697
4º	Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
5º	Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
6º	Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,840	0,642
7º	Espírito Santo	0,740	0,743	0,835	0,653
8º	Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
9º	Minas Gerais	0,731	0,730	0,838	0,638
10º	Mato Grosso do Sul	0,729	0,740	0,833	0,629
11º	Mato Grosso	0,725	0,732	0,821	0,635
12º	Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
13º	Roraima	0,707	0,695	0,809	0,628
14º	Tocantins	0,699	0,690	0,793	0,624
15º	Rondônia	0,690	0,712	0,800	0,577
16º	Rio Grande do Norte	0,684	0,678	0,792	0,597
17º	Ceará	0,682	0,651	0,793	0,615
18º	Amazonas	0,674	0,677	0,805	0,561
19º	Pernambuco	0,673	0,673	0,789	0,574
20º	Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560
21º	Acre	0,663	0,671	0,777	0,559
22º	Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
23º	Paraíba	0,658	0,656	0,783	0,555
24º	Piauí	0,646	0,635	0,777	0,547
25º	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528
26º	Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562
27º	Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520

Fonte: IBGE (2010), PNDU, Ipea e FIP (2014).

No capítulo sequencial, o estado do Tocantins será destacado no contexto histórico, evidenciando sua divisão em mesorregião e microrregião, além do destaque aos municípios onde os polos de EaD estão implantados.

CAPÍTULO II

2.1 Estado do Tocantins e a EaD

Historicamente, depois de muita movimentação política e projetos de Lei de criação vetados em 1985, pelo presidente da república a época, José Sarney, surge, no bojo de uma nova reforma política que extinguiu os territórios federais existentes e deu plena autonomia política ao Distrito Federal, capital do país, o novo estado do Tocantins, regulamentado pela Constituição de 1988, no seu artigo 13 das Disposições Constitucionais Transitórias, e assim, no dia 05 de outubro do referido ano, o norte do Goiás foi emancipado como federação e em 1º de janeiro de 1989, o Tocantins foi oficialmente instalado.

Oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989, o Estado do Tocantins localiza-se na Região Norte do Brasil, com uma área de 277.720,520 km² e uma densidade demográfica de 4,98 habitantes por quilômetros quadrados, representando 3,26% da área total do Brasil e ocupando a décima extensão territorial, além de fazer parte da Amazônia Legal.

139 municípios formam o estado e estão divididos em duas mesorregiões – Ocidental, com cinco microrregiões e Oriental com três, que resultaram do processo emancipatório de distritos e povoados, previstos no art.18 - *Das Disposições Constitucionais Transitórias* - da Constituição Estadual de 1989, alterada pela Emenda Constitucional nº 01, de 19 de dezembro de 1989. Esses municípios são agrupados em 18 macrorregiões administrativas divididas pela Secretaria do Planejamento do Estado (SEPLAN), buscando uma melhor adequação do planejamento e ações do governo aos interesses comuns. Essa divisão está fundamentada pela Lei 972, de 14 de abril de 1988.

O estado faz limite com seis estados brasileiros, sendo: ao norte, com o Maranhão; ao Sul, com o Goiás, a Leste com Maranhão, Piauí e Bahia; a Oeste, com Mato Grosso e Pará; Nordeste, com o Maranhão; Noroeste, com o Pará; Sudeste com a Bahia e ao Sudoeste com o Mato Grosso. Sua Localização geográfica está definida entre a Latitude Sul 5°10'6" e 13°27'59" e Longitude Oeste 45°41'46" e 50°44'33".

Figura 6: Mapa Geográfico do Estado do Tocantins–(2014)



Fonte: PNUD, Ipea, FJP (2014).

O Tocantins possui características climáticas e físicas comuns à Amazônia Legal e à zona central do Brasil, caracterizado como uma área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, que é o segundo maior bioma da América do Sul e ocupa uma área de 2.036.448 km², equivalendo a quase 22% do território brasileiro. No Tocantins, o cerrado, cobre uma área de aproximadamente 90 % do território e destaca-se pelo seu potencial aquífero, pela rica biodiversidade em espécies de plantas e animais.

Para Duarte et AL (2010), o processo de urbanização ocorreu de forma heterogênea no Tocantins privilegiando as cidades localizadas ao longo da rodovia, principalmente na margem esquerda do rio Tocantins, cidades estas, que em função do (des)envolvimento trazido pela rodovia, sofreram intensas transformações sócio espaciais. A rodovia Belém-Brasília também vai ter um papel de suma importância para a agropecuária sendo a principal via de escoamento da produção, o que dinamiza ainda mais esta atividade.

Neste contexto, muitos projetos, planos e vidas foram renovados no antigo Norte do Goiás com a iniciativa da criação do novo estado, configurando-se em meio ao vigoroso processo de democratização do país, numa nova esperança para milhares de

pessoas esquecidas e sem as assistências básicas necessárias: saúde, educação, transporte, lazer e qualidade de vida, dentre muitos outros aspectos.

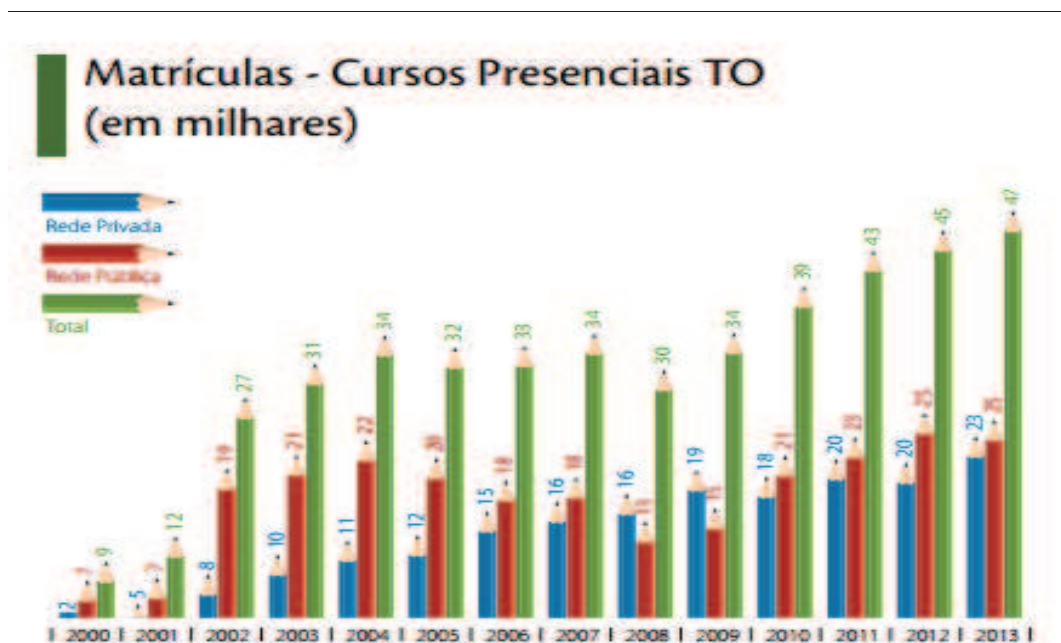
Essa mudança na rotina das pessoas do próprio estado, de várias partes do Brasil e até mesmo do mundo em busca do novo, foi e mesmo depois de décadas, ainda é reflexo de transformações locais e regionais, permitindo diferentes olhares que se estendem até os dias de hoje em fenômenos como a imigração, a migração, o crescimento populacional, a ocupações planejadas e desordenadas que ainda provocam vazios urbanos e rurais, as especulações imobiliárias, entre várias outras movimentações que fizeram e fazem parte da constituição do Tocantins.

Economicamente, o estado do Tocantins tem a pecuária como a atividade mais produtiva, a soja como a principal produção de grãos que juntamente com o milho, o arroz a mandioca e os minérios são transportados pela nova ferrovia Norte-Sul que está parcialmente construída e tem o Porto de Itaquí, em São Luís do Maranhão, como um dos pontos de escoamento final dos produtos. (SEPLAN, 2015)

Na educação básica, segundo a SEDUC, o Sistema Estadual de Ensino dispõe de escolas públicas em número suficiente para o atendimento da população em idade de escolarização obrigatória nas mais de 515 escolas públicas em todo estado, com espaços físicos adequados e com acessibilidades na maioria dos prédios, material didático disponível para docentes e discentes, condizente com os avanços tecnológicos. Ressalta-se a significativa e pioneira experiência de gestão compartilhada implantada nas escolas públicas estaduais do Tocantins, pautada na descentralização dos recursos financeiros desde o ano de 1997.

Para o ensino superior, de acordo com o Mapa do Ensino Superior no Brasil, publicado em 2015 pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP), com base nos dados do censo INEP/MEC (2013), o estado do Tocantins tem 26 instituições de ensino superior (19 privadas e 07 públicas) e 47.250 estudantes que somam 0,8% das matrículas em cursos presenciais, onde a mesorregião Oriental, contabilizou mais de 25 mil matrículas e a mesorregião registrou mais de 21 mil matrículas, conforme figura 7.

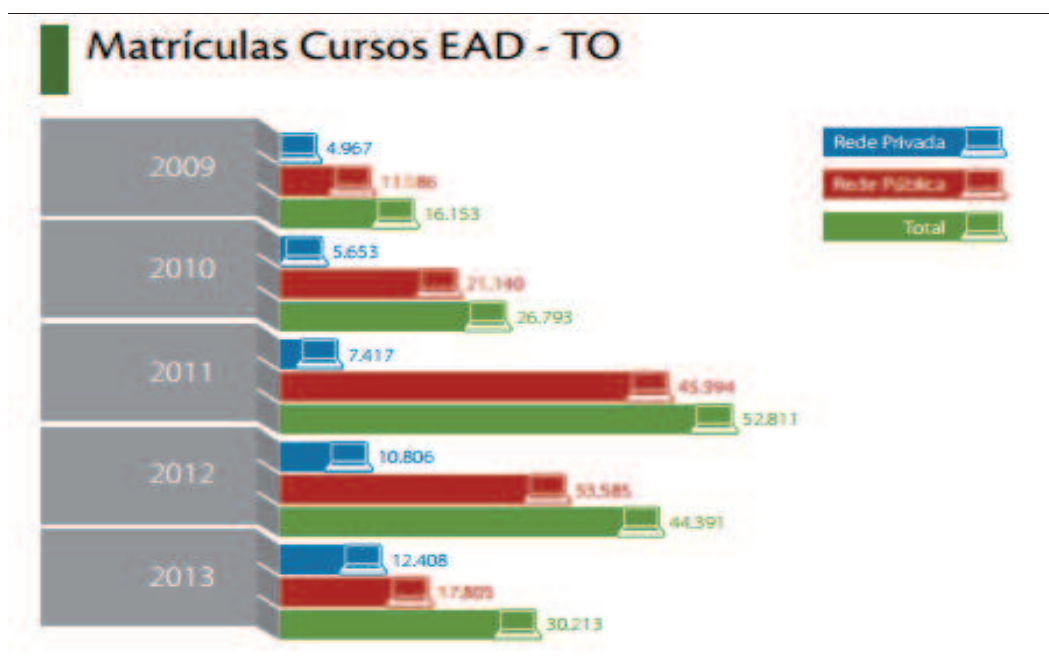
Figura 7 – Matrículas no ensino superior no TO: Cursos Presenciais (2000 – 2013)



Fonte: Base Censo INEP, SEMESP 2015.

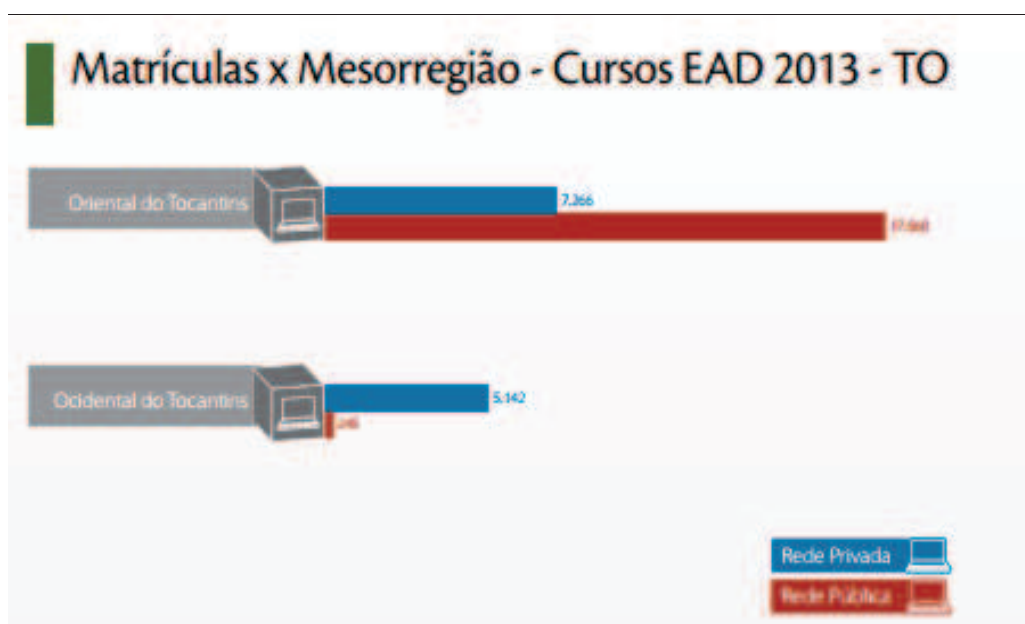
Para os cursos a distância, segundo a SEMESP, mais de 30 mil estudantes foram matriculados no estado do Tocantins em 2013 e o aumento de ingressantes (que iniciam o 1º ano) chegou a 12,1%. Na rede privada cresceu 7,4%. Na rede pública o índice aumentou em 59%.

Figura 8 – Matrículas no ensino superior no TO: Cursos em EaD - (2009 – 2013)



Fonte: Base Censo INEP, SEMESP 2015.

Figura 9 – Matrículas no ensino superior EaD por Mesorregiões do TO (2013)



Fonte: Base Censo INEP, SEMESP 2015.

Analisando as figuras 8 e 9 e segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (2015), observa-se que as matrículas em cursos EaD no Tocantins registraram de 2009 a 2013 um crescimento de 87%, sendo um aumento de 150% na rede privada e de 59% na pública. Em 2013, na rede privada houve um crescimento de 14,8% nas matrículas, atingindo a marca de 12,4 mil matrículas, contra 10,8 mil do ano anterior. Na rede pública, ocorreu uma queda de 47%, totalizando 17,8 mil matrículas, contra 33,6 mil em 2012. Vale acrescentar que, em 2013, o número de matrículas em cursos EaD representou 39% do total de matrículas no estado. Das duas mesorregiões do estado, apenas uma apresentou mais de 24 mil matrículas: a Oriental do Tocantins. A mesorregião Ocidental do Tocantins registrou menos de 6 mil matrículas.

Para atender essa demanda e para além de cumprir com a obrigatoriedade de formação dos professores da educação básica como preceitua a LDB 9394/96, o Tocantins, necessita de mão-de-obra capacitada para alavancar o avanço tecnológico e científico em seu território, com o intuito de atender as exigências do mercado global na oferta de bens e serviços. Com isso a metodologia de EaD é um meio para a melhoria da qualidade de vida da população tocantinense que habita em municípios desprovidos de Instituições de Ensino Superior – IES presenciais.

Segundo a CAPES/MEC, os estados e os municípios interessados em fomentar essa modalidade de ensino em seus territórios, de forma individual ou em consórcio, são

os responsáveis por estruturar, organizar e manter os polos de apoio presencial de acordo com as orientações do Sistema UAB, proporcionando toda a infraestrutura física, de contratação de pessoal e tecnológica adequada para o pleno desenvolvimento das atividades referentes aos cursos a serem ofertados.

Assim, o Governo do Tocantins, como mantenedor estadual, assumiu a oferta da modalidade em 30 de maio de 2006, através da celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação a Distância e o Governo do Estado do Tocantins, com as ações a cargo da Secretaria da Educação – SEDUC, objetivando democratizar e difundir o conhecimento da população, especialmente de professores e concluintes do ensino médio, com a oferta de cursos de pós-graduação, graduação e tecnológicos na modalidade de ensino a distância.

Já em 2007, as competências referentes à Educação Profissional, ou seja, a Educação Técnica e Superior Tecnológica e de Graduação foram repassadas da SEDUC para a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SEDECTI) visando à implementação da Universidade Aberta do Brasil no Estado do Tocantins e a implantação de polos de apoio presencial.

A partir de então, foram estabelecidos Termos de Cooperação Técnica entre a União através do MEC/CAPEL, o Estado do Tocantins - através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Instituições de Ensino Superior, como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), Instituto Federal do Tocantins (IFTO), dentre outras Instituições de Ensino Superior (IES), bem como foram firmados acordos de cooperação entre o estados e os municípios selecionados.

Nos termos das cláusulas e condições dos Acordos de Cooperação Técnica firmados, os partícipes se comprometem a responsabilizar-se por ações conjuntas de manutenção da EAD/UAB no estado, oportunizando a formação de professores na perspectiva da formação continuada e aos demais tocaninenses possibilidades de acesso da formação superior nos em seus respectivos municípios, já que com essa metodologia virtual a produção do conhecimento rompe barreiras geográficas, socializa informações e proporciona a troca de experiências.

Conforme dados da SEDUC, O primeiro Edital referente à UAB selecionou no estado 04 municípios para a implantação de Polos de EaD, sendo 03 de iniciativa municipal – nos municípios de Ananás, Nova Olinda e Wanderlândia e 01 de iniciativa estadual, em Palmas. No segundo Edital de Seleção N°. 02/2007 foram contemplados com polos de apoio presencial os municípios de Araguacema, Araguatins, Campos Lindos, Cristalândia, Dianópolis, Gurupi, Mateiros e Porto Nacional. O terceiro Edital contemplou os municípios de Arraias, Alvorada, Araguaína, Guaraí, Pedro Afonso e Taguatinga.

Atualmente, no Tocantins, o programa UAB é desenvolvido nos polos de apoio presencial em regiões estratégicas, tendo como mantenedores dos 18 polos de EaD credenciados, o Governo Estadual através da SEDUC, em parcerias com Prefeituras Municipais e as IES do estado do Tocantins.

Essa colaboração firmada está assim discriminada nos referidos termos de cooperação, conforme dados da SEDUC: (I) Governo Estadual: responsável pelos recursos humanos, mobiliários, equipamentos, pelas despesas de diárias para os encontros presenciais, material de expediente; (II) Prefeituras Municipais: responsável pelo estrutura física (construção, empréstimo ou locação), despesas operacionais (água, energia elétrica, ar condicionado, telefone e limpeza) e (III) UFT/IFTO: recursos humanos, equipamentos e material de expediente e em alguns casos a estrutura física, já que utiliza salas das dependências da instituição nos municípios de Araguaína e Gurupi.

2.2 Polos de EaD no Tocantins

Percebe-se que muitos são os desafios e as perspectivas dessa modalidade de ensino para o Tocantins, devendo pautar-se não apenas em recursos tecnológicos de boa qualidade, mas atentar-se para absorver também recursos humanos com capacidade para desenvolver com eficiência a utilização desses recursos no contexto didático-pedagógico. Os atores envolvidos nesse processo - professores, tutores, coordenadores, demais profissionais, bem como os cursistas, devem ter capacidade intelectual de utilizara tecnologia online com eficácia e produtividade.

Não há um modelo único de educação à distância. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a

definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias.[...]. (BRASIL, 2007, p. 07).

Com esse foco, ressalta-se também que o programa UAB oferece autonomia às IES envolvidas no que tange as escolhas metodológicas, de gestão, docência e tecnologias envolvidas no processo educacional.

Assim, o processo de gestão em EaD deve possibilitar a interconexão entre muitos partícipes e ainda, a cooperação em rede para que os envolvidos possam compartilhar saberes e experiências, de modo a promover a interação, a coletividade, a criatividade e a emancipação humana, através da interatividade virtual, promovida pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs que, a partir da década de 1990, passou a ser utilizada nos cursos oferecidos na modalidade a distância, visto que a expansão da internet contribuiu para este fato, tornando-se fundamental para o crescimento da EaD que somente a partir de 1994 passou a receber o apoio do governo federal. (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

Dessa forma, apontam os autores, que a tecnologia, desde o ensino através do correio até a internet, passando pelo rádio e TV, vem mudando as suas concepções de transmissão de conhecimento. A cada dia, devido ao crescimento exponencial da tecnologia, a informação é transmitida de forma mais rápida e com maior alcance populacional. Dessa forma, tem-se que a flexibilidade que a EaD possibilita aos estudantes contribui para que, atualmente, diversas metodologias sejam utilizadas pelas instituições ensino.

Belloni (2009), reforça afirmando que as TIC desempenham importante papel na EaD, visto que possibilita a interação entre professores e alunos, bem como acesso ao conteúdo pedagógico.

Os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (p.10 e 11), enfatizam que os recursos tecnológicos disponíveis complementam a interatividade do processo de ensino aprendizagem ao possibilitar a escolha da melhor metodologia a ser utilizada e estar de acordo com as condições de infraestrutura disponível para o aluno ao pontuar que

[...] tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade de um curso a distância é a interatividade entre professores, tutores e estudantes.(...) e para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos devem ser oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de telecomunicação (telefone, fax, correio eletrônico, videoconferência, fórum de debate pela Internet, ambientes virtuais de aprendizagem, etc.), promovendo uma interação que permita uma maior integração entre professores, tutores e estudantes.

No Estado do Tocantins, no período de 2007 a 2015, foram credenciados 18 polos de EaD com ofertas de cursos pela UAB e Rede e-Tec Brasil, mantidos pelo governo estadual nos municípios de Alvorada, Araguacema, Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Mateiros, Natividade, Palmas, Palmeirópolis, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga e Tocantinópolis.

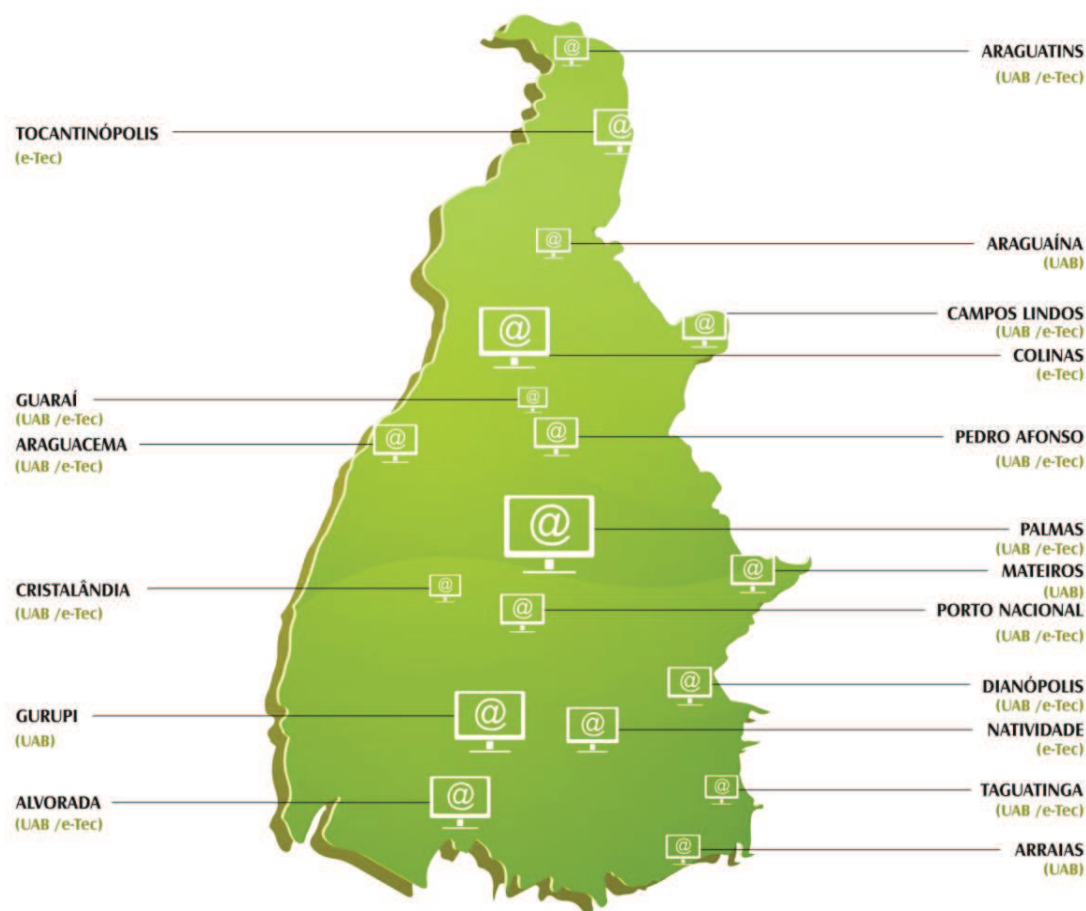
Tabela 5: IDHM Educação – Municípios com Polos de EaD implantados (1991, 2000, 2010).

MUNICÍPIO/TO - IDHM EDUCAÇÃO	1991	2000	2010
Alvorada	0,256	0,407	0,623
Araguacema	0,104	0,282	0,553
Araguaína	0,230	0,431	0,712
Araguatins	0,110	0,240	0,525
Arraias	0,123	0,261	0,523
Colinas do Tocantins	0,191	0,392	0,614
Cristalândia	0,210	0,374	0,570
Dianópolis	0,174	0,334	0,624
Guaraí	0,215	0,408	0,670
Gurupi	0,281	0,442	0,706
Mateiros	0,014	0,076	0,463
Natividade	0,126	0,264	0,556
Palmas	0,198	0,508	0,749
Palmeirópolis	0,183	0,368	0,571
Pedro Afonso	0,204	0,376	0,664
Porto Nacional	0,203	0,406	0,701
Taguatinga	0,123	0,240	0,497
Tocantinópolis	0,183	0,434	0,623

Fonte INEP/MEC, organizado pela autora.

O mapa geográfico dos polos de EaD credenciados pela CAPES/MEC, no período de 2007 a 2015, facilitam a identificação regional e as características locais para as demandas e ofertas dos cursos.

Figura 10: Mapa dos polos credenciados pela CAPES/MEC (2007 – 2015):



Fonte: AGETEC, 2014

Esta estrutura operacional é mantida pelo governo estadual ou pelo próprio governo local, em cada município. Sequencialmente, apresenta-se os polos de apoio presencial implantados no Tocantins.

2.2.1 Polo de EaD em Alvorada

A povoação do município de Alvorada do Tocantins, segundo HALLUM (2008), deu-se em 1954, num local denominado Cabeceira da Anta, por um comerciante que juntamente com a família, construiu uma pensão e um ponto comercial, aproveitando o entroncamento das estradas rumo a Peixe e Porangatu.

Em 1955, em virtude da construção da rodovia Belém-Brasília, BR-153, instalou-se no local um acampamento da empresa Redobras que atraiu vários novos moradores dos arredores, dos estados do Maranhão, Pará e Minas Gerais, dado as oportunidades de emprego que se estabelecia.

Segundo o IBGE, o município de Alvorada do Tocantins, foi instalado em 1º de janeiro de 1964, desmembrando-se do município de Peixe. Possui uma área territorial de 1.212,167 Km² e uma população estimada em 2015 de 8.536 habitantes, tendo 0,708 como o indicador do IDHM em 2010. Está distante da capital Palmas mais de 300km² e tem uma população de 600 alunos matriculados no Ensino Médio que num breve espaço de tempo necessitará de adentrar ao ensino superior.

Dados do Atlas Brasil (2014) apresenta o IDHM do município de Alvorada sendo 0,708, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,843, seguida de Renda, com índice de 0,677, e de Educação, com índice de 0,623.

O município não conta com a oferta de ensino superior presencial e a educação a distância tem o polo de apoio presencial implantado em uma escola estadual em parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Atualmente tem 08 cursos em andamento de 03 IES ofertantes –UFT, UNITINS e IFTO, além da SEDUC com os cursos técnicos em Agronegócio e em Aquicultura.

Quadro 4– Cursos, IES e Modalidade de ensino – Polo de Alvorada, 2016

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Matemática	UFT	Graduação
Ciências Biológicas	UFT	Técnico
Letras	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Administração Pública	UNITINS	Graduação
Manutenção e Suporte em Informática	IFTO	Técnico
Logística	IFTO	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.2 Polo de EaD em Araguacema

O município de Araguacema localiza-se ao oeste do Tocantins, na região do Araguaia, distante da capital, Palmas, 297 km² e tem segundo o IBGE, uma população estimada em 2015 em 6.863 habitantes para uma área territorial de 6.317 Km².

O processo de colonização da região de acordo com o histórico da Prefeitura Municipal (2015), deu-se com a criação do Presídio de Santa Maria, em 1812, por ordem do príncipe regente D. João VI, iniciava-se a colonização de Araguacema, que servia de pouso para comerciantes que sofriam ataques indígenas.

Em 1812, houve conflitos entre os moradores do presídio e um grupo de índios Caiapó, Xavante e Karajá, que atacaram o forte. Houve mortes e os índios acabaram expulsando os moradores do lugar. Novamente o presídio foi restaurado em 1813, sendo que em 1858 começou novo povoamento, que no início se chamou Santa Maria do Araguaia. A cidade existe desde 1911, tendo sido emancipada em 28 de julho de 1919.

O Atlas Brasil (2014), aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Araguacema é de 0,639, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,805, seguida de Renda, com índice de 0,587, e de Educação, com índice de 0,553.

A educação é predominantemente pública da educação infantil ao ensino médio e para a o ensino superior não há disponibilidade de cursos presenciais. Neste contexto a EaD é uma alternativa para a formação e atualização de professores e outros interessados da demanda social, atendendo alunos que geograficamente estão distantes e diminuindo os fatores de exclusão e de falta da especialização da mão de obra.

O Polo de apoio presencial é compartilhado com uma escola municipal, dado o termo de Cooperação entre estado e município. Atende estudantes em 07 cursos, ofertados pelas IES: UFT, UNITINS e IFTO, além da SEDUC. O quadro traz a descrição dos cursos, instituições e modalidades:

Quadro 5 – Cursos, IES e Modalidade de ensino – Polo de Araguacema, 2016.

Cursos	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Administração Pública	UFT	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Manutenção e Suporte de Informática	IFTO	Técnico
Controle Ambiental	IFTO	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico
Aquicultura	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.3 Polo de EaD em Araguaína

Segundo HALLUM (2008), foi compreendido na região entre os rios Lontra e Andorinhas, o território de Araguaína foi ocupado, primeiramente, por tribos da etnia Carajás. Mas foi em 1876 que os primeiros migrantes chegaram no norte tocantinense. João Batista da Silva e família, oriundos da cidade de Paranaguá, no estado do Piauí, fixaram moradia na margem direita do Rio Lontra. O pequeno povoado passou a se chamar “Livra-nos Deus”, devido ao constante temor de ataques indígenas e de animais selvagens. Ainda no mesmo ano, outras famílias se mudaram para a localidade, aumentando e trocando o nome do povoado para Lontra, em referência ao rio que se mostrou de grande utilidade para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento econômico-social do município começou efetivamente a partir de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília. No período de 1960 a 1975, Araguaína atingiu um estágio de desenvolvimento sem precedentes na história do Estado de Goiás, tornando-se a quarta maior cidade do estado de 1980 a 1986, perdendo somente para Luziânia, Anápolis e Goiânia.

Com a criação do estado de Tocantins, em 1989, Araguaína tornou-se a maior cidade do Estado e pretensa capital. A escolha não aconteceu por causa de fatores geográficos, sociais e políticos, mas o município ganhou o título de Capital Econômica do Estado, sendo atualmente a principal força econômica do Tocantins com uma população estimada em 2015, segundo o IBGE, de 170.183 habitantes, distribuídos numa área territorial de 4.000,416 Km².

Dados do Atlas Brasil (2014), descreve que o IDHM de Araguaína é de 0,752, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é

Longevidade, com índice de 0,821, seguida de Renda, com índice de 0,727, e de Educação, com índice de 0,712.

O município conta com a oferta de ensino superior presencial público e privado e a EaD tem o polo de apoio presencial implantado nas dependências do campus da Universidade Federal do Tocantins em parceria com o governo estadual para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Atualmente tem 03 cursos em andamento ofertados pela UFT.

Quadro 6 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Araguaína, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Ciências Biológicas	UFT	Graduação
Administração Pública	UFT	Graduação
Coordenação Pedagógica	UFT	Especialização

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.4 Polo de EaD em Araguatins

Dados do IBGE (2010) e da Prefeitura Municipal registram que a povoação do município de Araguatins data de 1867 e teve como primeiro nome escolhido para a vila, São Vicente do Araguaia, em homenagem a São Vicente Ferrer, o Padroeiro da localidade e ao rio Araguaia. Localiza-se no extremo norte do estado do Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio, distante da capital Palmas quase 700 Km. Tem uma população estimada em 2015 de 34.392 habitantes, distribuídos numa área territorial de 2.625,286 Km².

O Atlas Brasil (2014), aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Araguatins é de 0,631, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,793, seguida de Renda, com índice de 0,604, e de Educação, com índice de 0,525.

Economicamente se destaca pelo potencial turístico com várias ilhas, cachoeiras, paredões e pelas praias temporárias, além da pesca de peixes nativos da água doce que fomentam o comércio que também é aquecido por mais de 30 assentamentos localizados

em toda sua extensão rural, onde mais de 1.900 famílias desenvolvem a agricultura familiar.

Na educação, a oferta prioritariamente é realizada pela rede pública municipal e estadual que atendem dos anos iniciais ao ensino médio. Tem campus do IFTO e da UNITINS que ofertam cursos superiores presenciais.

Quanto a EaD, o polo está implantado em uma escola estadual e tem parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Com 13 cursos em andamento de 03 IES ofertantes: UFT, UNITINS e IFTO, além da FIOCRUZ e da SEDUC atendem mais de 200 alunos da região do bico e dos estados do Pará e Maranhão

Quadro 7 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Araguatins, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Gestão Pública	UFT	Especialização
Gestão Pública em Saúde	UFT	Especialização
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Matemática	UNITINS	Graduação
Computação	UNITINS	Graduação
Administração Pública	UNITINS	Graduação
Administração Pública	IFTO	Técnico
Agroecologia	IFTO	Técnico
Meio Ambiente	IFTO	Técnico
Facilitadores em Educação Permanente de Saúde	FIOCRUZ	Aperfeiçoamento
Agronegócio	SEDUC	Técnico
Aquicultura	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.5 Polo de EaD em Arraias

Segundo os dados do IBGE, o município de Arraias localiza-se na Região Sudeste do Estado do Tocantins, numa área territorial de 5.786,871 Km² e uma população estimada em 2015 de 10.778 habitantes.

As primeiras habitações do território deste município decorreram da descoberta de riquíssimo garimpo de ouro, na Chapada dos Negros, a 3 quilômetros da atual sede municipal. Em 1736, deram-se as primeiras entradas de grandes contingentes de escravos procedentes, provavelmente vindos de São Paulo e da Bahia.

Dados do Atlas Brasil (2014) descrevem que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Arraias é de 0,651, em 2010, o que o esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,829, seguida de Renda, com índice de 0,636, e de Educação, com índice de 0,523.

A economia da cidade baseia-se na agropecuária, minério e turismo cultural onde a arquitetura da cidade ainda predomina o estilo colonial português. Nas casas mais antigas, podem-se encontrar as iniciais dos patriarcas das famílias que as construíram e o ano em que foram construídas.

O Polo presencial em Arraias encontra-se atualmente instalado dentro da Universidade Federal do Tocantins, em parceria compartilhada.

Quadro 8 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Arraias, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Administração	UFT	Graduação
Matemática	UFT	Graduação
Gestão Pública	UFT	Especialização

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.6 Polo de EaD em Colinas

O Atlas Brasil (2014) descreve que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Colinas do Tocantins é de 0,701, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,814, seguida de Renda, com índice de 0,690, e de Educação, com índice de 0,614.

Quanto a EaD, o polo de apoio presencial de Colinas está implantado em prédio estadual e tem parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Com 01 curso em andamento de técnico em Agronegócio ofertado pela SEDUC.

Quadro 9 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Colinas, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.7 Polo de EaD em Cristalândia

O processo histórico do município de Cristalândia remete-se a década de 1930, quando foram descobertas ao longo da região oeste do estado algumas reservas naturais de cristal de rocha (quartzo). Segundo o IBGE têm como população estimada em 2015, 7.386 habitantes distribuídos numa área territorial de 1.848,241 Km². Está distante da capital 130 km², hoje considerado o maior centro universitário do estado. Na cidade predomina como atividade econômica o setor agropecuário e o setor de serviços ligados à agropecuária.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Cristalândia é 0,673, em 2010, conforme o Atlas Brasil (2014), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,805, seguida de Renda, com índice de 0,663, e de Educação, com índice de 0,570.

A educação é pública do ensino fundamental ao médio e não há ensino superior presencial disponível nem público, nem privado, o que dificulta o deslocamento e a formação nesse nível para os aptos, que em sua maioria são jovens e aEaD surge no município como possibilidade de democratização do ensino e acesso ao saber escolarizado, levando em consideração as habilidades, dificuldades e as características socioculturais da demanda.

O polo de EaD funciona em prédio próprio construído pela prefeitura municipal atendendo ao mínimo exigido pela CAPES/MEC. Atualmente atende 200 cursistas de várias regiões do município e do estado em 12 cursos, ofertados por 03 instituições federais – UFT, UNITINS e IFTO, além da SEDUC com a oferta do curso técnico em Agronegócio. Os cursos em andamento tem previsão de conclusão até 2018, como é o caso de Pedagogia, ofertado pela UNITINS.

Quadro 10 – Cursos, IES e modalidades de ensino – Polo de Cristalândia, 2016

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Ciências Biológicas	UFT	Graduação
Química	UFT	Graduação
Física	UFT	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Administração Pública	UNITINS	Graduação
Licenciatura em Comunicação	UNITINS	Graduação
Física	UNITINS	Graduação
Controle Ambiental	IFTO	Técnico
Serviços Públicos	IFTO	Técnico
Manutenção e Suporte em Informática	IFTO	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da AGETEC (2016), pela autora.

2.2.8 Polo de EaD em Dianópolis

Com dados transcritos do histórico feito pela Associação Tocantinense dos Municípios– ATM, o município de Dianópolis é uma das mais antigas cidades do Tocantins e considerado o berço histórico e cultural do estado, o início de sua história data aproximadamente de 1750. Nessa época já existiam rústicas habitações de lavradores, pecuaristas e mineradores que viviam do que a terra, o gado, o ouro e a caça lhes davam. Homens anônimos que partindo do Nordeste e do Oeste, ganharam o vale do São Francisco subiram a Serra Geral e penetraram no Tocantins.

Do Sul também chegaram aventureiros em busca de minerais e de índios, ganharam o Vale do São Francisco através de Minas Gerais e penetraram no território da capitania. Ainda uma corrente menor, partindo do sul da Capitania, atravessou o Vale do Paranã e chegou ao território. Finalmente, das Capitanias do Grão Pará e do Maranhão também chegaram à região alguns migrantes.

Com base nos relatos de Luís Palacin - Histórias de Goiás (s/d), a elevação da vila à cidade, foi uma contribuição das características mudancistas e desenvolvimentistas do governo de Pedro Ludovico, na época, interventor de Goiás. Dada sua proximidade com a Bahia, desde cedo começou o intercâmbio com aquele estado. Intercâmbio este que se tornou mais efetivo a partir de 1890, com a abertura de uma estrada própria para carro de boi ligando o Duro a Barreiras (BA).

Dianópolis está distante da capital 320 Km² e segundo a estimativa do IBGE em 2015 fez a estimativa de 21.167 habitantes para uma área territorial de 3.217,313 Km². O aumento populacional no município comparando-se a ao censo de 2010 foi de 10,75%. Segundo a Prefeitura Municipal, Esse contingente é advindo na sua maioria da zona rural e dos municípios da Bahia dado acrescente produção de soja na região.

Dados do Atlas Brasil (2014) descreve que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Dianópolis é de 0,701, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,822, seguida de Renda, com índice de 0,673, e de Educação, com índice de 0,624. Na educação é predominantemente atendida pela rede pública da creche ao ensino médio e não há oferta de ensino superior disponível. O polo de apoio presencial é mantido em parceria com do estado como o governo municipal está instalado, atendendo os critérios da avaliação da CAPES/MEC.

Atualmente, possui 12 cursos em andamento, ofertados por 03 IES – UFT, UNITINS e IFTO, além da SEDUC com a oferta dos cursos técnicos em Agronegócio e Aquicultura. Os cursos que estão em andamento tem previsão de conclusão até dezembro de 2018, dentre eles o de Química e Letras.

Quadro 11 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Dianópolis, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Ciência Biológica	UFT	Graduação
Administração Pública	UFT	Graduação
Matemática	UFT	Graduação
Química	UFT	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Computação	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Serviços Públicos	IFTO	Técnico
Controle Social	IFTO	Técnico
Manutenção e Suporte em Informática	IFTO	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico
Aquicultura	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.9 Polo de EaD em Guaraí

A povoação inicial do município de Guaraí data de 1937 quando o comerciante Leôncio de Souza Miranda, devido a grande concorrência comercial existente na cidade de Pedro Afonso, que já provocava indícios de crise em sua atividade, atravessou e se instalou na margem esquerda do grande Rio Tocantins, que na época era a única via de comunicação e penetração no norte goiano. Em torno de seu estabelecimento comercial, edificou três casas residenciais e em pouco tempo outras famílias se deslocaram para aquele lugarejo chamado de Trindade, provocando um rápido desenvolvimento local (HALLUM, 2008).

Com uma população de 25.149 habitantes, distribuídos numa área de 2.268,161 Km², conforme a estimativa do IBGE em 2015, o município de Guaraí situa-se na Região Centro Norte do Estado e está a 178 km de Palmas. Caracteriza-se como um polo comercial da região central, composta por 15 pequenas cidades - Araguacema, Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Colméia, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Itacajá, Itapiratins, Miranorte, Pedro Afonso, Recursolândia, Rio dos Bois, Santa Maria do Tocantins e Tupirama.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Guaraí é de 0,741, em 2010, segundo o Atlas Brasil (2014), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,839, seguida de Renda, com índice de 0,724, e de Educação, com índice de 0,670.

Na educação, a oferta prioritariamente é realizada pela rede pública municipal e estadual que atendem dos anos iniciais ao ensino médio. A oferta de ensino superior presencial é feita somente pela Faculdade de Guaraí – FAG, uma instituição privada.

Quanto a EaD, o polo está implantado em parceria com o governo municipal em um prédio locado, com disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância., além das despesas operacionais de água, luz e telefone. Funciona nos três turnos, com 11 cursos em andamento de 04 IES ofertantes –UFT, UNITINS, IFTO e FIOCRUZ e da SEDUC com os cursos técnicos de Agronegócio e Aquicultura, conforme segue:

Quadro 12 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Guaraí, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Administração Pública	UFT	Graduação
Matemática	UFT	Graduação
Gestão Pública	UFT	Especialização
Letras	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Manutenção e Suporte em Informática	IFTO	Técnico
Secretariado	IFTO	Técnico
Serviços Públicos	IFTO	Técnico
Facilitadores em Educação Permanente de Saúde	FIOCRUZ	Aperfeiçoamento
Agronegócio	SEDUC	Técnico
Aquicultura	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.10 Polo de EaD em Gurupi

Segundo o IBGE, a cidade de Gurupi está distante de Palmas 222 km. Nasceu como um acampamento dos operários da construção da rodovia BR-14, no fim da década de 1950 e, hoje, se estende ao longo das margens da rodovia conhecida por BR - Belém Brasília. Com a constante chegada de colonos e aventureiros, o crescimento das lavouras e da criação de gado, as cabanas de pau-a-pique e ranchos de sapé foram cedendo lugar a construções sólidas de alvenaria; ainda no início da década de 1950.

Em 1956, elevou-se o povoado a Distrito, pertencente a Porto Nacional e, em 1958, alcançou sua emancipação político-administrativa, dando-se a sua instalação em 1959. Viveu uma estagnação na década de 1990, por conta da intensa migração para a capital recém-construída e hoje, é o terceiro maior município do Tocantins, com uma população estimada em 2015 de 83.707 habitantes distribuídos numa área territorial de 1.836,091 Km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Gurupi é de 0,759, em 2010, conforme o atlas Brasil (2014), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,843, seguida de Renda, com índice de 0,736, e de Educação, com índice de 0,706.

Sua economia está fortemente ligada ao setor agrário, especialmente a criação de gado bovino, a plantação de soja e arroz, e ao setor de serviços ligados ao setor primário.

Na educação, tem atendimento da creche ao ensino médio nas redes pública e privada e para o ensino superior atender com oferta pública em 02 instituições federais – UFT e IFTO e a UNIRG que é uma fundação conveniada com rede municipal e atende com mensalidades menores. Existem também algumas IES privadas.

Na educação a distância atende majoritariamente no polo de EaD, mantido pelo governo estadual em parceria como a UFT que oferta 04 cursos de graduação, 01 bacharelado e 03 de especializações. O polo de apoio presencial encontra-se provisoriamente instalado no campus da UFT. Os cursos em andamento são todos ofertados pela UFT.

Quadro 13 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Gurupi, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Ciências Biológicas	UFT	Graduação
Química	UFT	Graduação
Física	UFT	Graduação
Matemática	UFT	Graduação
Administração Pública	UFT	Bacharelado
Gestão Pública	UFT	Especialização
Gestão Pública em Saúde	UFT	Especialização
Gestão Pública Municipal	UFT	Especialização
Educação Ambiental	UFT	Especialização

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.11 Polo de EaD em Mateiros

Segundo dados da Prefeitura Municipal, a unidade territorial de 9.681,657 km² foi elevada à categoria de município e distrito com a denominação de Mateiros, pela Lei Estadual nº 251 de 1991, alterada em seus limites, pela Lei Estadual nº 498 de 1992, desmembrando-se do município de Ponte Alta do Tocantins. O nome da cidade tem origem na expressiva quantidade de veados mateiros encontrados na região.

O IBGE (2010) estimou em 2015 uma população de 2.524 habitantes que em sua maioria vivem da lavoura de subsistência e da produção do artesanato do capim dourado, cujo núcleo está localizado na comunidade Mumbuca, composta por descendentes de Quilombolas.

Dados do Atlas Brasil (2014) retrata que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Mateiros é de 0,607, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,823, seguida de Renda, com índice de 0,586, e de Educação, com índice de 0,463.

Segundo a Prefeitura Municipal, a educação é ofertada somente pela rede pública com 04 escolas, sendo 02 estaduais, sendo uma urbana que atende o ensino fundamental e o médio e a outra rural que atende somente os anos iniciais e 04 escolas municipais, todas localizadas na zona rural que atendem os anos iniciais. Não há nenhuma oferta de ensino superior presencial e na modalidade a distância, polo de EAD que foi implantado em instalações físicas compartilhado com a escola estadual urbana, atende 02 cursos ofertados pela UFT.

Quadro 14 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Mateiros, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Gestão Pública Municipal	UFT	Especialização
Gestão em Saúde	UFT	Especialização

Fonte: Adaptado dos dados da AGETEC (2016), pela autora.

2.2.12 Polo de EaD em Natividade

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Natividade é de 0,673, em 2010, conforme descreve o Atlas Brasil (2014), situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,847, seguida de Renda, com índice de 0,646, e de Educação, com índice de 0,556.

Quanto a EaD, o polo de apoio presencial de Natividade está implantado em uma escola estadual e tem parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Com 01 curso técnico em Agronegócio em andamento, ofertado pela SEDUC.

Quadro 15 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Natividade, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.13 Polo de Ead em Palmas

A cidade de Palmas foi projetada para ser a capital do estado do Tocantins. Tem como coordenadas geográficas – 10°16'42" de latitude Sul e 48° 33' 34" de longitude oeste, com altitude média de 330m acima do nível do mar. Compreende não somente a área do plano diretor, mas também a populosa região periférica dos setores Aurenys, o distrito de Taquaralto (ambos afastados mais de 18 km do centro do Plano Diretor e não conurbados com o mesmo) e o pequeno distrito de Taquaruçu (a mais de 30km). Limita-se ao Sul com os municípios de Monte do Carmo e Porto Nacional, ao Leste com os municípios de Santa Tereza e Novo Acordo, a Oeste, limita-se com Porto Nacional e Miracema do Tocantins. Fica a 973 km da capital do país, sede do governo federal - Brasília e encontra-se localizada a 60 km da rodovia BR – 153, conhecida como de Belém-Brasília.

Por muito tempo, os discursos oficiais sobre o estado e conseqüentemente sobre a capital Palmas, pairavam sob o slogan do primeiro governo - “Terra da livre iniciativa e da justiça social”, onde a formação de uma cidade planejada e democrática receberia de braços abertos os seus novos ocupantes, vindos de quaisquer rincões do Brasil ou do mundo, em busca de melhorias sociais e de qualidade de vida.

Nestas mais de duas décadas de construção, o município de Palmas transformou-se na cidade mais populosa do estado e um dos exemplos de transformações e desenvolvimento no contexto espacial urbano brasileiro, com desenhos modernos, planejados que se assemelham a capital Brasília, conforme (LIRA, 1995, SILVA, 2002, VELASQUES, 2010 e RODOVALHO, 2012).

O Atlas Brasil (2014) confere a Palmas um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,788, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o

IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,827, seguida de Renda, com índice de 0,789, e de Educação, com índice de 0,749.

Para a Associação Comercial de Palmas (ACIPA), a economia é fortemente baseada no setor público, embora os setores de comércio, serviços e turismo tenham tido visível crescimento nos últimos anos. Mesmo com a crise global, o desenvolvimento econômico pelo qual tem passado o município de certa forma tem sido um atrativo para o aumento do contingente populacional proveniente de diversas partes do país e do mundo, com expectativas geradas pelas oportunidades de novos negócios, empregos e educação do nível básico ao superior.

Com 27 anos, Palmas, a capital do estado do Tocantins, com uma urbanização planejada, tem uma população estimada em 2015 pelo IBGE de mais de 272 mil habitantes que desfrutam de um bioma caracterizado por cerrado em um desenho urbano do macro parcelamento definido pelo Projeto Urbanístico de 1989. Em 2010, o mesmo instituto contabilizou 228.332 habitantes.

Em 2015, Palmas possuía mais de 15 instituições de ensino superior, públicas e privadas, com mais de 70 cursos de graduação presenciais e a demanda por esse nível de ensino é crescente dado a migração de pessoas e a considerada facilidade de acesso aos cursos mais concorridos como os da área da saúde e engenharias especializadas nos grandes centros do Brasil.

Com atendimento gratuito para a educação a distância, o polo da capital é mantido pelo governo estadual por intermédio da SEDUC, esta localizado em regime de cooperação no Colégio da Polícia Militar no centro da cidade. Possui atualmente 24 cursos, sendo de licenciaturas, bacharelados, tecnólogos, pós-graduações e técnicos, ofertados por 06 IES, sendo 03 do próprio estado – UFT, UNITINS e IFTO e as demais de outras regiões do Brasil, como UNB, UNFESP, FIOCRUZ e o próprio estado como instituição ofertante, através da SEDUC.

O Polo de EaD do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB I, Município de Palmas, foi autorizado e publicado no Diário Oficial da União, por meio do Edital de seleção Nº. 001/2005-SEED/MEC. O polo de apoio presencial de Palmas, atualmente é o que possui mais cursos em andamento, sendo 24 ofertas de 07 instituições federais.

Quadro 16 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Palmas, 2016.

CURSOS OFERTADOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Artes Visuais	UnB	Graduação
Geografia	UnB	Graduação
Teatro	UnB	Graduação
Vigilância Sanitária	FIOCRUZ	Aperfeiçoamento
Facilitadores em Educação Permanente e Saúde	FIOCRUZ	Aperfeiçoamento
Ativação de Processo de Mudança na Formação	FIOCRUZ	Pós-graduação
Gestão em Enfermagem	UNIFESP	Pós-graduação
Informática em Saúde	UNIFESP	Pós-graduação
Física	UFT	Graduação
Química	UFT	Graduação
Gestão Pública em Saúde	UFT	Pós-graduação
Gestão Pública	UFT	Pós-graduação
Gestão Pública Municipal	UFT	Pós-graduação
Administração Pública	UNITINS	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Matemática	UNITINS	Graduação
Computação	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Logística	IFTO	Técnico
Manutenção e Suporte em Informática	IFTO	Técnico
Meio Ambiente	IFTO	Técnico
PROEJA	IFTO	Pós-graduação
Aquicultura	SEDUC	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da AGETEC (2015), pela autora.

Atualmente, atende cursistas do município, de várias regiões do estado e de outros estados como o Pará, Maranhão, Bahia e até do Distrito Federal. Os cursos em andamento tem previsão de conclusão até 2019, como é o caso das graduações em Química e Física, ofertados pela UFT.

2.2.14 Polo de EaD em Palmeirópolis

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Palmeirópolis é de 0,673, em 2010, segundo descreve o Atlas Brasil (2014), situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,817, seguida de Renda, com índice de 0,652, e de Educação, com índice de 0,571.

Quanto a EaD, o polo de apoio presencial de Palmeirópolis está implantado em uma escola estadual e tem parceria com o governo municipal para manutenção das

despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Com 01 curso em andamento em Agronegócio ofertado pela SEDUC.

Quadro 17 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Palmeirópolis, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.15 Polo de EaD em Pedro Afonso

Segundo os dados do IBGE (2010), a cidade de Pedro Afonso tem uma população estimada em 2015 em 12.900 habitantes, distribuídos numa área territorial de 2.010.902 Km² localizada ao norte do estado, na confluência dos rios Tocantins e Sono, limitando com os municípios de Tocantínia, Tupirama, Lizarda e Itacajá.

O Atlas Brasil (2014) aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Pedro Afonso é de 0,732, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,846, seguida de Renda, com índice de 0,699, e de Educação, com índice de 0,664.

O município não conta com a oferta de ensino superior presencial e a educação a distância tem o polo de apoio presencial implantado em uma escola estadual em parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Atualmente tem 04 cursos em andamento de 02 IES ofertantes – UFT, UNITINS, além da SEDUC com o curso técnico de Agronegócio.

Quadro 18 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Pedro Afonso, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Matemática	UFT	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.16 Polo de EaD em Porto Nacional

Com uma população estimada em 2015 pelo IBGE de 52.182 habitantes, numa área territorial de 4.449.917 Km², a cidade de Porto Nacional tem suas origens na primeira metade do século XVIII, com a corrida ao ouro no então norte goiano. O ouro extraído na região era embarcado no porto fluvial de Porto Real do Pontal, nome primórdio do lugarejo, que logo foi elevado a categoria de julgado em 1809 por ser considerado um núcleo urbano comercial e cultural ativo na região. (DOURADO, 2010).

Segundo, o IBGE (2010) e Hallum (2008) foi com o surgimento deste porto comercial que também aconteceram os primeiros passos desta comunidade rumo às áreas administrativas, intelectual, cultural e religiosa. Com essa estrutura, era certa a evolução administrativa do lugar. E foi isso que ocorreu, por força de Lei Provincial. Em 1831, ano em que D.Pedro I abdicou ao trono, o julgado de Porto Real foi elevado a Porto Imperial.

Após a contagem evolutiva de trinta anos da instalação de Porto imperial, em 1861, por determinação de Resolução Provincial, nascia Porto Nacional, o mais importante polo cultural, político, econômico e social do então Norte Goiano, hoje estado do Tocantins.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Porto Nacional é 0,740, em 2010, conforme o Atlas Brasil (2014), situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,826, seguida de Educação, com índice de 0,701, e de Renda, com índice de 0,699.

Atualmente, o município é classificado, pelo IBGE, como a quarta maior cidade do estado em população, tem a economia baseada na agropecuária, com diversas indústrias diretamente ligadas ao setor, como as plantas de produção de biodiesel e de fertilizantes. Porto Nacional oferece dez cursos de graduação presenciais em três instituições.

O polo de EaD em Porto Nacional é mantido também pela parceria do governo estadual com prefeitura municipal. Localiza-se no centro da cidade, em prédio locado

com dois pavimentos com boas dependências para atendimento a demanda cursista, segundo a avaliação da CAPES. Atualmente oferta através da parceria com 03 IES e a SEDUC 10 cursos, sendo 07 graduações, 01 especialização e 02 cursos técnicos, conforme quadro:

Quadro 19 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Porto Nacional, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Administração Pública	UNITINS	Graduação
Letras	UNITINS	Graduação
Computação	UNITINS	Graduação
Matemática	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Música	UnB	Graduação
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar	UnB	Especialização
Química	UFT	Graduação
Aquicultura	SEDUC	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.17 Polo de EaD em Taguatinga

Segundo o histórico da Prefeitura Municipal e HALLLUM (2008), a povoação do território onde se ergueria a cidade de Taguatinga, ficava distante apenas quinze quilômetros da fronteira com o Estado da Bahia e a Fazenda Brejo foi o primeiro aglomerado urbano daquela região pela água doce que atraía muitas pessoas em detrimento das outras das fazendas terem suas águas salobras. Por ter terras muito férteis, surgiram pequenas povoações com a chegada de migrantes de outros estados.

Nos meados de 1834 foi edificada a capela de Santa Maria, denominação que foi atribuída ao povoado, e que fez com que Francisco Lino ficasse caracterizado como o seu fundador. Uma imagem de Nossa Senhora D'Abadia foi para ali trazida, tornando-se a padroeira do lugar, mais tarde denominado Paróquia de Santa Maria de Taguatinga. Conforme Lei Providencial nº 4, de 6 de novembro de 1855, o povoado de Santa Maria de Taguatinga, foi elevado à condição de vila pertencente ao Município de São Domingos.

Posteriormente, foi anexada ao Município de Arraias. Finalmente, conforme Lei nº 425, de 10 de novembro de 1868, o povoado foi desmembrado de Arraias, tornando-se o Município de Taguatinga. Contudo, sua instalação como município, e como Termo

pertencente à comarca de Paranã, só se deu em 10 de julho de 1872. Dados do IBGE de 2015 apontam uma população estimada em 16.238 habitantes, distribuídos numa área territorial de 2.437.399 km².

Dados do Atlas Brasil (2014) confere a Taguatinga o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,634, em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,818, seguida de Renda, com índice de 0,628, e de Educação, com índice de 0,497.

O município não conta com a oferta de ensino superior presencial e a educação a distância tem o polo de apoio presencial implantado em uma escola estadual em parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Atualmente tem 05 cursos em andamento de 03 IES ofertantes –UFT e UNITINS, além da SEDUC com o curso técnico de Agronegócio.

Quadro 20 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Taguatinga, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Administração Pública	UFT	Graduação
Gestão Pública	UFT	Especialização
Letras	UNITINS	Graduação
Pedagogia	UNITINS	Graduação
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

2.2.18 Polo de EaD em Tocantinópolis

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Tocantinópolis é 0,681, em 2010, de acordo com o Atlas Brasil (2014), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,801, seguida de Renda, com índice de 0,634, e de Educação, com índice de 0,623.

O polo de EaD de Tocantinópolis está implantado em uma escola estadual e tem parceria com o governo municipal para manutenção das despesas operacionais e disponibilidade de recursos humanos para limpeza e vigilância. Com 06 cursos em

andamento de 01 IES ofertante - IFTO, além da SEDUC com a oferta do curso técnico em Agronegócio.

Quadro 21 – Cursos, IES e modalidade de ensino – Polo de Tocantinópolis, 2016.

CURSOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Agroecologia	IFTO	Técnico
Administração	IFTO	Técnico
Controle Ambiental	IFTO	Técnico
Serviços Públicos	IFTO	Técnico
PROEJA	IFTO	Técnico
Agronegócio	SEDUC	Técnico

Fonte: Adaptado dos dados da SEDUC (2016), pela autora.

Da implantação do primeiro polo de EaD no Tocantins em 2008 até 2015, em ofertas públicas nos polos mantidos pelo governo estadual, em parceria com municípios e IES, já foram matriculados mais de 5.500 estudantes e formados mais de 3.000, além dos cursos em andamento que tem previsão de conclusão, em sua maioria em 2018. A possibilidade de formação continuada dos professores e acesso especializado ao mercado de trabalho pela demanda social tem transformado a realidade do território tocaninense.

De acordo a SEDUC, a demanda por cursos EaD no estado do Tocantins é significativa e a maioria dos municípios pleiteiam ofertar a modalidade de ensino, porém, segundo a maioria dos gestores públicos, é considerado um entrave o nível de exigência da CAPES em relação aos critérios de aprovação para a estrutura física dos polos.

Considerando que no Termo de Cooperação Técnica vigente, as prefeituras municipais têm a obrigatoriedade de estruturar fisicamente o polo de EAD/UAB no estado, muitos municípios se deparam com o forte anseio da população em cursar uma graduação ou outro nível de curso a distância, porém, por questões legais e financeiras, os gestores municipais alegam que não têm meios para construir prédios específicos com a finalidade de atender a EAD.

No ano de 2016, foram autorizadas visitas técnicas para a implantação de 10 novos polos de apoio presencial em municípios já pré-selecionados atendendo os critérios da CAPES/MEC para ofertas do Programa Universidade Aberta no Brasil:

Augustinópolis, Tocantinópolis, Natividade, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins, Colinas do Tocantins, Formoso do Araguaia, Pindorama, Araguaçu, Palmeirópolis.

Para a SEDUC, há perspectivas de dobrar os recursos do PPA 2016/2019, para oferta de cursos EAD/UAB no Tocantins conforme demanda nas áreas de interesse da população tocaninense e já há deliberações no sentido de o Estado arcar com as responsabilidades referentes à infraestrutura dos prédios nos quais ofertará o ensino a distância, com vistas à garantia dos direitos dos cidadãos tocaninenses de receberem formação e qualificação para o mercado de trabalho e consequentemente, a melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, a pesquisa contempla uma mescla da realidade sobre o ensino a distância por meio do Programa UAB no Estado Tocantins.

2.3 Sujeito da Pesquisa – Coordenador do Polo de EaD

Ao longo da pesquisa pontuou-se a EAD como uma ação da política pública e para avaliação da implantação dos polos de EAD no Tocantins verificou-se a necessidade de realização de entrevistas e aplicação de questionários com os agentes diretamente envolvidos com a gestão dos polos de apoio presencial.

Para a pesquisa foi designado de respondente, o Coordenador de Polo que é o intermediário das relações entre o Município, o mantenedor estadual e as IES para atender aos anseios do público que quer atingir. Se configura como o responsável por manter o pleno funcionamento do Polo de Apoio Presencial, cuidando da gestão interna como a equipe de professores, tutores e alunos, bem como das instalações físicas, dos aparatos das tecnologias assistidas e laboratórios para a prática de ensino, essenciais para o desenvolvimento dos estudos.

De acordo com a Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009 – anexo I, o coordenador de polo de eaD, ao ser selecionado para a função deve ter o seguinte perfil e atribuições:

- ser professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 03 (três) anos em magistério na educação básica ou superior e desejável disponibilidade integral para atuar frente à coordenação do polo.
- Tem como atribuições: acompanhar e coordenar as atividades docentes, discentes e administrativas do polo de apoio presencial; garantir às atividades da UAB a prioridade

de uso da infraestrutura do polo de apoio presencial; acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância; zelar pela infraestrutura do polo; articular, junto às IPES presentes no polo de apoio presencial, a distribuição e o uso das instalações do polo para a realização das atividades dos diversos cursos; organizar, junto com as IES – Instituição de Ensino Superior - presentes no polo, o calendário acadêmico e administrativo que regula as atividades dos alunos naquelas instalações; articular-se com o mantenedor do polo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do polo; receber e prestar informações aos avaliadores externos.

Para a CAPES/MEC, os requisitos visam garantir a boa prática do ensino, aprimorando a qualidade e formatando as rotinas administrativas dentro de um polo de apoio presencial, tendo na figura do Coordenador de Polo, um agente estratégico para o cumprimento das atividades da EaD. Ao observar as atribuições e responsabilidades acima descritas, verifica-se que o coordenador de polo deve ter um conhecimento amplo, não apenas na parte pedagógica, mas também, na condução administrativa do polo.

Dessa forma, Diana (2015 apud Bastos et al 2013) apontam:

[...] que o coordenador é o responsável pelo gerenciamento dos recursos disponíveis no polo bem como das ações essenciais para que o polo atinja seus objetivos. Silva et al (2010) corroboram com a afirmação ao apontar o coordenador de polo como o responsável pelo gerenciamento e operacionalização deste ambiente. E, a partir das atribuições designadas ao coordenador de polo tem-se que este deve apresentar conhecimento relacionado tanto na área pedagógica quanto administrativa.

Ainda segundo a CAPES/MEC, o coordenador do polo de EaD deverá ter atribuições gerenciais, no acompanhamento das atividades docentes, discentes e administrativas, capacitando-se, com o intuito de garantir ainda o uso da infraestrutura da entidade. Deverá ainda ser o responsável na elaboração de relatórios à DED/CAPES e à coordenação dos cursos presentes no local, a partir do acompanhamento das atividades de ensino e do recebimento de materiais. Finalmente, será o elo entre o polo, as IPES e o mantenedor, no sentido de elaboração de calendários acadêmicos, bem como, garantindo que não ocorram carências físicas ou materiais no local.

Corroborando, Angulski (2011) e Cardoso, Moreira e Battisti (2011) afirmam:

A diretriz de seleção para o coordenador de polo privilegia a condição pedagógica do candidato na medida em que explicita, na legislação pertinente, a necessidade de ser um professor com experiência comprovada na educação básica ou superior de, no mínimo, três anos. Muitas vezes, os selecionados têm um excelente currículo acadêmico, mas administrativamente não detêm os conhecimentos necessários para condução de um polo de apoio presencial. Desta forma, vê-se a necessidade de serem

realizadas capacitações para que se atendam as expectativas esperadas na gestão de um polo.

Nesse sentido, compreende-se que o gerenciamento de um Polo é mais complexo do que aparenta e exige muito mais do que os pré-requisitos necessários exigidos por lei, conforme demonstrado na figura 11:

Figura 11: Rede de relacionamentos do Coordenador do Polo.



Fonte: Angulski (2011)

Para Angulski (2011), o gerenciamento de um polo de EaD retrata uma complexidade que vai além do que aparenta e exige muito mais do que os pré-requisitos necessários exigidos por lei e corroborando Freeman (2003), afirma que gerir uma instituição de EAD requer

[...] uma diversidade de conhecimentos muito maior do que gerir uma escola, um liceu ou uma universidade, e, no seu todo, não será possível recrutar

pessoal com estes conhecimentos. A instituição terá de desenvolver o seu próprio pessoal, até que ele atinja a diversidade e profundidade de conhecimentos necessários. Realisticamente, isto demora o seu tempo, e não será exagero dizer que uma nova instituição de EAD precisa de 2 a 5 anos até que o núcleo do seu pessoal atinja o pleno da sua capacidade operacional. (FREEMAN, 2003, p.11).

O autor ressalta ainda a relevância do gestor de polo de EaD acerca de sua função social pela infinidade de atribuições que são inerentes a cargos de gestores, passando pela necessária visão acerca das carências, necessidades, prioridades, demandas e de tudo o que envolve a comunidade local. Administrar os conflitos e as necessidades que permeiam as relações, além de vislumbrar soluções faz parte de seu cotidiano, reconhecendo previamente qual será o possível campo de atuação e que o sucesso do grupo passará pelas escolhas, decisões e encaminhamentos que surgirão no decorrer do processo. Afirma ainda que o envolvimento positivo dos atores se torna essencial, pois as competências individuais precisam evidenciar este envolvimento para o sucesso do coletivo. (FREEMAN, 2003).

Neste sentido, Diana (2015 apud VARGAS, LIMA E AZEVEDO 2011), ressaltam também que é fortalecida a importância da atividade de gestão do coordenador de polo como articulador do processo de ensino aprendizagem, além da função social que absorve pelas atribuições que possui, devendo apresentar sensibilidade para identificar as necessidades, prioridades e demanda daquilo que é importante para a comunidade local e como argumenta Silva et al. (2010), dado a complexidade envolvendo toda a organização e gerenciamento do Polo, diversas seriam as competências necessárias ao gestor para garantir uma efetiva e profícua gestão, entre elas os autores destacam: competências ligadas a gestão de pessoas, infraestrutura, processos, estratégicas e de marketing.

CAPÍTULO III

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fundamentando essa pesquisa diversos autores, livros, documentos oficiais, manuais, artigos, resumos, dissertações, teses permearam o aprofundamento nessa temática e foram observados, estudados, detalhados, adaptados e referendados como subsídios de proximidades, a exemplo dos trabalhos de Almeida (2011), Angulski (2011), Diana (2015) e Oliveira (2015), dentre vários outros por considerar estreita a relação e a similaridade entre os assuntos.

Dessa forma, essa pesquisa foi norteada por uma metodologia de caráter empírico, observando e descrevendo a temática por um olhar teórico e prático da realidade vivenciada nos polos de EaD do Tocantins, mantidos pelo Governo do estado, embasados pela legislação a que se refere e pela bibliografia que evidencie a teoria no campo das ciências sociais, das políticas públicas e especificamente do contexto educacional pesquisado.

Para isso, foi utilizado o levantamento bibliográfico e documental e a percepção dos atores a partir das entrevistas e questionários realizados, utilizando como método de pesquisa o estudo de caso.

O estudo se dará no campo Qualitativo (MOREIRA, 2000) e as bases metodológicas estão fundamentadas, principalmente, no *Manual de Investigação em Ciências Sociais* de Quivy e Campenhoudt (1992) onde

[...]Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceito como tal, com todas as hesitações, os desvios e as incertezas que isto implica. muitos vivem esta realidade como uma angústia paralisante; outros, pelo contrário, reconhecem-na como fenômeno normal e, numa palavra, estimulante. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992, p. 22).

Concentrar-se-á inicialmente em um estudo de caso, desenvolvido com uma abordagem qualitativa, com reflexões de autores que discutem Políticas Públicas, EaD e Desenvolvimento socioeconômico para análise do discurso e êxito dos objetivos propostos.

Segundo Fachin (2001, p. 42), o estudo de caso deve ser detalhado para melhor compreensão da sua amplitude, por considerá-lo profundo e exaustivo. Nesse sentido, pontua as principais características que devem ser observadas para auxiliar a pesquisa e as descreve como:

- Características que são comuns a todos os casos no grupo como um todo;
- Características que não são comuns a todos os casos, porém não são comuns em certos subgrupos; e
- Características que são únicas de determinado caso.

Para compreensão da temática e composição do referencial teórico, foram realizadas várias leituras nas áreas de políticas públicas, desenvolvimento socioeconômico, indicadores de desenvolvimento, legislação da EaD, referendadas

pelos órgãos normativos, além de históricos dos municípios e aspectos geográficos do estado do Tocantins.

As entrevistas e questionários foram aplicados aos agentes selecionados para esta pesquisa e através de visita *in loco* foi realizada a observação da estrutura física e operacional dos polos de EaD do Tocantins, mantidos pelo governo do estado. Os dados levantados terão a sua formatação final representado sob a forma de tabelas, gráficos, figuras, quadros e pela análise descritiva que apontará os resultados elencados.

Com base em Almeida (2011) e Diana (2015), a abordagem utilizada para a análise dos dados foi a qualitativa, pela possibilidade de, com esse método, alcançar maior aproximação com o problema para torná-lo o mais explicitado possível, permitindo a construção de hipóteses sobre o mesmo, gerando riqueza de dados e possibilitando enxergar o fenômeno em sua totalidade, facilitando a exploração de contradições e paradoxos e explicando sobre processos em contextos locais identificáveis como é o caso do estudo pretendido.

Reforçando esse pensamento, Diana (2015) referendou:

As pesquisas com abordagem qualitativa apresentam subjetividade em suas informações e não podem ser traduzidas a números estatísticos, no qual o ambiente natural é a fonte para coleta dos dados e tem o pesquisador como principal instrumento de coleta (SILVA; MENEZES, 2005).

Denzin e Lincoln (1998) apontam que por suas características, a pesquisa qualitativa favorece a adoção de diversos métodos, que se entrelaçam no desenvolvimento da investigação:

A pesquisa qualitativa é focada em multimétodos, envolvendo uma perspectiva interpretativa e naturalista de seus problemas. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam os problemas em seus espaços, tentando fazer sentido ou interpretar os fenômenos em termos de significados que as pessoas lhes trazem. A pesquisa qualitativa envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudos de caso, experiências pessoais, introspecção, história de vida, textos visuais, interativos, históricos e observacionais – que descrevem a rotina, os momentos e os significados problemáticos da vida dos indivíduos. (DENZIN e LINCOLN, 1998, p. 3).

Reforçando o pensamento também, Silva, Menezes (2005), apontam que a pesquisa com abordagem qualitativa reflete a subjetividade nas informações, não podendo ser traduzida a números estatísticos, dado ser o ambiente natural a fonte de

coleta e ter o pesquisador como principal instrumento de coleta. Nesse sentido, configura-se esse tipo de pesquisa como descritiva.

Corroborando, Gil (2008), enfatiza que a pesquisa descritiva tem como objetivo:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2008, p. 28).

Para este estudo, as técnicas de coletas usadas com vista a alcançar os objetivos propostos são: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e o questionário com perguntas semi estruturadas e abertas.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita a familiaridade com a área estudada com vista ao alcance dos objetivos propostos.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50).

Para o autor, a pesquisa bibliográfica traz vantagens por permitir que uma gama maior de fenômenos seja investigada, principalmente quando o problema ou o objeto da pesquisa requeira dados dispersos pelo espaço.

[...] Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL, 2008, p. 52).

Por outro lado, alerta que as vantagens pela demanda grande de informações pode comprometer a qualidade da pesquisa, já que pode acontecer dos dados ser ou estar processados equivocadamente. Assim, reforça que:

Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente. (GIL, 2008, p.53)

Quanto a pesquisa documental, Fachin (2003) aponta que “corresponde a toda informação de forma oral, escrita ou visualizada”, de forma que coleta, classificação, seleção difusa e utilização de informações conduziu a análise dos documentos normativos e institucionais, relatórios e outros documentos oficiais pertencentes a órgãos e instituições que se relacionam com a temática estudada no contexto federal e estadual, considerando documento qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, e outros.

Cellard (2008) complementa que para a pesquisa documental

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Outros teóricos como OLIVEIRA (2007), MINAYO (2008) e GAIO (2008) reafirmam que o uso de documentos em pesquisa deve ser valorizado e bastante apreciado por possibilitar a abstração de uma gama de informações ricas em detalhes que condicionam o resgate da verdade em várias situações e justificam o seu uso nas diversas áreas das ciências humanas e sociais, possibilitando ampliar o entendimento de objetos que, na maioria das situações, necessitam de contextualização histórica e sociocultural.

A pesquisa também se utilizou da entrevista com perguntas abertas e fechadas e da aplicação de questionário com perguntas semiestruturadas aos profissionais envolvidos com os polos de apoio presenciais de EaD, com o objetivo de coletar informações sobre o entrevistado para averiguar o perfil e a forma de atuação na EaD, informações sobre a realidade do polo e também sobre o entorno do polo implantado.

“Entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”. (TRIVIÑOS, 1987, p.174).

Para Trivinos (1987), com esse modelo de entrevista e a participação dos envolvidos é refletida de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a

seguir uma padronização nas respostas, o que permite novos roteiros que complementam as perguntas principais.

Referindo-se ao questionário, Gil (2008) considera que seja uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento atuais ou passados.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.(GIL, 2008, p.121).

O recorte espacial estudado foi os polos de apoio presencial no Tocantins, mantidos pelo Governo estadual. O recorte temporal será considerado os últimos oito anos, isto é de 2007 a 2015, período de grande crescimento da modalidade de EaD no estado.

Para melhor direcionamento buscou-se sistematicamente organizar a definição dos termos chave da pesquisa: educação a distância, polo de apoio presencial e desenvolvimento socioeconômico nas bases de dados nacionais reconhecidos como: o Portal de periódicos e o Banco de Teses, respectivamente vinculados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Quadro 22 – Resultado da busca nas bases de dados online – Brasil, 2015.

Termo de busca	Portal de periódico da CAPES	Banco de teses da CAPES
Educação a Distância	2.020	2.685
Polo de apoio presencial	13	30
Desenvolvimento socioeconômico	772	781

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

A partir desse levantamento, realizou-se leitura dos títulos e resumos para identificação específica dos assuntos pesquisados e percebeu-se que não há similaridade com as questões da atual pesquisa, já que tratam basicamente da EaD como área de estudo relacionada a formação de professores, evasão, oferta de cursos, processos de TI, dentre outras experiências mais ligadas ao processo de ensino aprendizagem e institucionalização da metodologia de ensino.

Dessa forma, considera-se relevante a pesquisa desenvolvida por tratar especificamente dos impactos da implantação de polos de EaD no Tocantins como meio que colabora para a construção e disseminação do conhecimento, além de promover o desenvolvimento socioeconômico dessa região do cerrado.

Dado a abrangência da temática EaD, essa pesquisa delimita-se ao Estado de Tocantins pelas características econômicas e sociais apresentadas, bem como a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico que o Estado possui com a disponibilidade dessa modalidade de ensino, através da implantação dos polos de apoio presencial de EAD, mantidos pelo Governo estadual, especificamente quanto as atividades de ofertas de cursos inerentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, numa análise descritiva a partir da ótica dos próprios sujeitos envolvidos, deixando para futuros estudos outros programas ofertados.

Nessa mesma perspectiva sobre delimitação de pesquisa com esse foco, Diana (2015) afirmou que:

[...] fator que delimita está relacionado ao desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo e como o conhecimento implícito da comunidade atua para estas mudanças. Assim, não é objeto de estudo desta pesquisa questões relacionadas a oferta de ensino superior às atividades econômicas locais, ou ainda sobre a perspectiva de trabalho dos alunos de EaD da região em estudo.

[...] processo de desenvolvimento da localidade não será apresentado na presente pesquisa, uma vez que para isso torna-se necessário o acompanhamento do desenvolvimento ao longo de um determinado tempo de existência do polo de apoio presencial.

Para este contexto, vários foram os agentes da EaD estudados, mas especificamente selecionados a participar foram os coordenadores de polo de apoio presencial por serem os sujeitos mais envolvidos em todas as atividades administrativas e pedagógicas desse espaço de formação.

3.1 Coleta de Dados

Inicialmente foram realizadas consultas as páginas oficiais online do MEC, da CAPES e da UAB para acesso as informações de todos os polos do Tocantins que pertencem ao Sistema UAB para identificar os 18 polos de apoio presenciais credenciados e implantados no estado, no período de 2007 a 2015, sendo eles nos municípios de: Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas, Nova Olinda, Miracema, Guaraí, Araguacema, Mateiros, Palmas, Pedro Afonso, Cristalândia, Gurupi,

Alvorada, Dianópolis, Natividade, Taguatinga. Todos os municípios atenderam as exigências previstas na legislação de EaD e adequaram-se para o atendimento presencial dos cursistas. Essas informações foram confirmadas pela SEDUC, órgão do governo estadual responsável pela manutenção dos polos.

Após a identificação dos polos, foram coletadas as informações gerais a fim de mapear as características de cada município onde o polo está implantado, além de estabelecer contato por telefone, por email e alguns pessoalmente com os coordenadores de polo para apresentação da pesquisa, do termo de consentimento, da realização de entrevistas e aplicação do questionário. A partir da identificação dos 18 municípios atendidos, os mesmos foram caracterizados de acordo com a mesorregião e microrregião a que pertencem no contexto do estado.

Quadro 23 – Indicação das mesorregiões e microrregiões do Estado do Tocantins – 2010

Mesorregião	Microrregião	Área km ²	População	Municípios	Polos de EaD
OCIDENTAL	Bico do Papagaio	15.767,856	198.388	25	Araguatins Tocantinópolis
	Araguaína	26.493,499	260.498	17	Araguaína Colinas Nova Olinda
	Miracema do TO	34.721,860	145.535	24	Miracema Guaraí Araguacema
	Jalapão	53.416,435	65.705	15	Mateiros
	Porto Nacional	21.197,989	304.110	11	Porto Nacional Palmas Pedro Afonso
ORIENTAL	Rio Formoso	51.405,340	112.020	13	Cristalândia
	Gurupi	27.445,292	127.816	14	Gurupi Alvorada
	Dianópolis	47.172,643	118.377	20	Dianópolis Natividade Taguatinga

Fonte: Elaborado pela autora.

Identificou-se que todas as microrregiões são atendidas com a implantação do polo de EaD, sendo que a microrregião de Rio Formoso possui polo somente no município de Cristalândia.

Para todos os polos do estado do Tocantins foi encaminhado 01 (um) questionário online para acesso dos coordenadores através de um link para as respostas.

O questionário foi elaborado com quinze questões abertas e fechadas e dividido em três partes para especificar melhor a coleta dos dados: (I) informações sobre o entrevistado para identificar aspectos da formação, o tempo de experiência com a EaD e o tempo de atuação na função de coordenador de polo; (II) informações sobre o polo quanto ao histórico da cidade, implantação do polo, identificação das Instituições ofertantes, além da quantidade de cursos ofertados para analisar a operacionalização e o atendimento local do polo como relevante; (III) informações relacionadas ao polo para identificar mudanças que ocorreram no entorno com a implantação, bem como identificar o que havia antes como empresas geradoras de lucros, os meios utilizados de locomoção até o polo pelos envolvidos (cursistas e professores) e a distância percorrida, além de buscar identificar a contribuição econômica fomentada pela oferta dos cursos em EaD.

Referendando a necessidade de obtenção detalhada sobre os dados coletados de pesquisa com este foco, Diana (2015) aponta que se faz necessário pelo

[...]subsídio necessário para análise dos possíveis resultados que o polo traz para seu entorno, quanto relacionado ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade local.

O processo de colhimento dos dados, resultou da aplicação do questionário que ocorreu no período de 11 de setembro a 15 de novembro de 2015 nos 18 polos de EaD do estado do Tocantins, sendo que o total de 06 (seis) coordenadores de polo responderam aos questionamentos da pesquisa. Com 04 (quatro) destes coordenadores foram feitos também entrevistas pessoalmente, sendo 01 (um) do polo de Palmas, 01(um) de Colinas, 01(um) de Pedro Afonso e 01(um) de Araguatins. As informações coletadas em todos os polos foram confirmadas a posteriori e esclarecimentos de algumas respostas dispersas nos questionários, foram à medida da necessidade, realizados por telefone, com data previamente agendada durante os meses de março e abril de 2016.

A partir disso, procedeu-se à análise das informações expostas pelos coordenadores de polo de apoio presencial. Realizou-se inicialmente a descrição tipificada dos municípios que possuem polos implantados e mantidos pelo governo do

estado do Tocantins, utilizando como referência os dados do IBGE (2010) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁸(2014).

Segundo dados do PNUD (2013), a Faixa do IDHM apresenta índices que se caracterizam por: (I) Muito baixo que varia de 0 a 0,499; (II) Baixo que varia de 0,500 a 0,599; (III) Médio variando de 0,600 e 0,699; (IV) Alto que varia de 0,700 e 0,799 e (V) Muito alto variando de 0,799 e 0,800.

Com essas considerações e reforçando as variações dos índices do IDHM, Diana (2015) aponta que

O IDHM é definido através do cálculo das três dimensões adotadas pelo PNUD para a realização do IDH global, sendo elas: saúde, educação e renda. Porém, para realização do IDHM é realizada adequação da metodologia diante do contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. [...]para a leitura do IDHM é adotada a faixa do IDHM, que compreende um número entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 1 (um) maior o desenvolvimento humano do município.

Nesse contexto e para uma leitura mais detalhadas foi levantado as características das mesorregiões do estado do Tocantins e a identificação do IDHM dos municípios que tem polos de EaD implantados, levando em consideração principalmente a localização, área em Km² e a população.

Quadro 24 – Mesorregiões do Tocantins e os dados sociais dos municípios que tem polos de EaD implantados – 2010.

Mesorregião	Microrregião	Polos de EaD	Área km ²	População 2015	IDHM 2010	Faixa IDHM
OCIDENTAL	Araguaína	Araguaína	4.000,416	170.183	0,752	Alto
		Nova Olinda	1.566,184	11.513	0,631	Médio
	Bico do Papagaio	Araguatins	22.625,286	34.392	0,631	Médio
		Gurupi	Gurupi	1.836,091	83.707	0,759
	Miracema	Alvorada	1.212,167	8.536	0,708	Alto
		Guarai	2.268,161	25.149	0,741	Alto
Rio Formoso	Araguacema	2.778,457	6.863	0,639	Médio	
ORIENTAL	Dianópolis	Cristalândia	1.848,241	7.386	0,673	Médio
		Arraias	5.419,9	10.778	0,651	Médio
		Dianópolis	3.217,313	21.167	0,701	Alto
	Jalapão	Taguatinga	2.437,399	16.238	0,634	Médio
	Jalapão					

¹⁸ O Atlas do Desenvolvimento Humano é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e está disponível pelo endereço eletrônico: <http://www.pnud.org.br>.

		Mateiros	9.681,657	2.524	0,607	Médio
		Porto Nacional	4.449,917	52.182	0,740	Alto
		Palmas	2.218,943	272.726	0,788	Alto
	Porto Nacional	Pedro Afonso	2.010,902	12.900	0,732	Alto

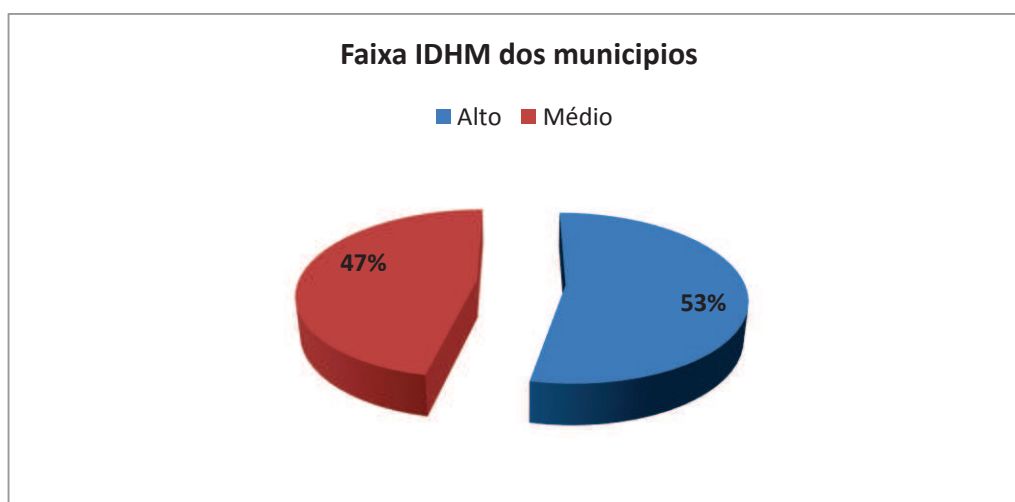
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

O Tocantins tem o 14º maior IDHM do Brasil e o terceiro maior da região Norte. Entre as categorias, o Estado ocupa a 14ª colocação em educação e a 15ª em renda. Entre os municípios, a maior parte (74,8%) possui desenvolvimento médio, 18% possuem desenvolvimento baixo e 7,2% apresentam desenvolvimento alto.

Entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,525 em 2000 para 0,699 em 2010 - uma taxa de crescimento de 33,14%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM da UF e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 63,37% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,276), seguida por Longevidade e por Renda, segundo dados do Atlas Brasil, (2010).

Ainda observando o quadro 24, os municípios do Tocantins que possuem polos de EaD implantados tem índices de IDHM variando entre 0,631, com faixa de IDHM considerada Médio e 0,788 considerada Alto. Sendo que as microrregiões de Gurupi e Porto Nacional destacam-se pelo índice considerado Alto.

Gráfico1 – Faixa de IDHM onde os polos estão implantados - 2010



Fonte: Elaborado pela autora.

A mesorregião Ocidental do Tocantins é formada por cinco microrregiões – Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso, possui 93 municípios, distribuídos numa área de 155.833,847 km² e com uma população

estimada em 974.236 habitantes, representando 71,12% da população tocantinense. Em termos populacionais, é onde se localiza a maior parte da população e onde se concentra grande parte do volume de investimentos do Estado. Por outro lado, a mesorregião possui menor rendimento médio e menor parcela do emprego formal.

Em oito municípios estão implantados polos de apoio presencial - Araguaína, Nova Olinda, Araguatins, Gurupi, Alvorada, Guaraí, Araguacema e Cristalândia, tendo como áreas limítrofes as mesorregiões: Oriental do Tocantins, Noroeste Goiano (GO), Norte Goiano (GO), Oeste Maranhense (MA), Sul Maranhense (MA), Nordeste Mato-Grossense (MT) e o Sudeste Paraense (PA).

A mesorregião Oriental do Tocantins é formada por três microrregiões – Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional que juntas quantificam 46 municípios, distribuídos numa área de 121.787,067 km² e com uma população estimada em 358.213 habitantes, correspondendo a 26.88% da população. Em seis municípios estão implantados polos de apoio presencial – Dianópolis, Taguatinga, Jalapão, Porto Nacional, Palmas e Pedro Afonso, tendo como áreas limítrofes as mesorregiões: Ocidental do Tocantins, Extremo Oeste Baiano (BA), Norte Goiano (GO), Sul Maranhense (MA) e o Sudoeste Piauiense (PI). Palmas, a capital do estado do Tocantins está situada na mesorregião oriental e se destaca por apresentar maior rendimento médio e a maior concentração do emprego formal. Com esses dados foram identificados a caracterização da localização geográfica de onde os polos estão implantados e para o capítulo que se segue será apresentado a análise dos resultados dessa pesquisa.

CAPÍTULO IV

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise e os resultados obtidos que foram levantados como base nas informações junto aos sujeitos pesquisados - coordenadores de polo de apoio presencial, através da entrevista e da análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário, no período de 11 de setembro a 15 de novembro de 2015. Para a análise dos resultados adotou-se a abordagem qualitativa para tipificar as atividades realizadas no entorno dos polos e a quantitativa para a apresentação do perfil dos coordenadores de polo e das informações referentes ao entorno do polo e assim,

caracterizar as atividades realizadas nos municípios, além dos impactos gerados no desenvolvimento do Tocantins após a implantação dos polos de EaD.

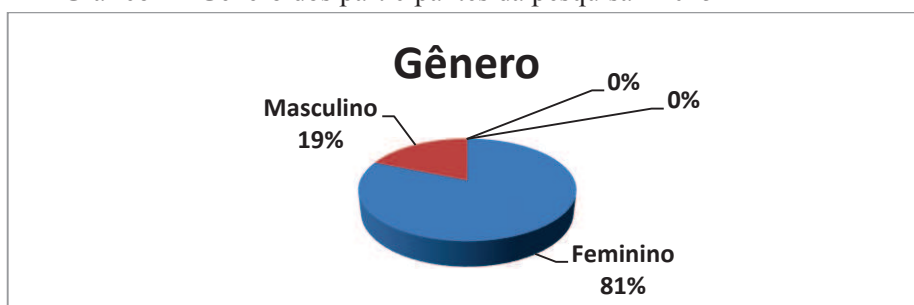
4.1.1 Sujeitos da Pesquisa

Muitos sujeitos participam e estão envolvidos com a EaD no polo de apoio presencial para que na prática a interação no processo de ensino aprendizagem aconteça, dentre os principais estão o coordenador, o professor, o tutor e o cursista. Para caracterização do polo e da pesquisa, o perfil identificado para respondente foi o do coordenador de polo pelo papel que desempenha na educação a distância como já estudado anteriormente.

No papel de gestor do polo, o coordenador exerce função primordial e será o intermédio entre o município e as IES para atender aos anseios do público que quer atingir com a oferta de cursos, sendo o responsável por manter o pleno funcionamento do polo de apoio presencial, cuidando da gestão interna que se formaliza pela equipe de professores, de tutores e também pelos cursistas, bem como do cuidado e bom funcionamento das instalações físicas, dos aparatos das tecnologias assistivas e laboratórios para a prática de ensino, essenciais para o desenvolvimento dos estudos, conforme normatizado pela CAPES e referendados por diversos autores que estudam essa metodologia.

Participaram da pesquisa 16 (dezesesseis) coordenadores de 18 (dezoitos) polos de apoio presencial que ofertam cursos de graduação, especialização e técnicos na modalidade de educação a distância. Para identificação do perfil dos respondentes foi questionado quanto ao gênero, formação, renda média e tempo de atuação na função de coordenador de polo de EaD.

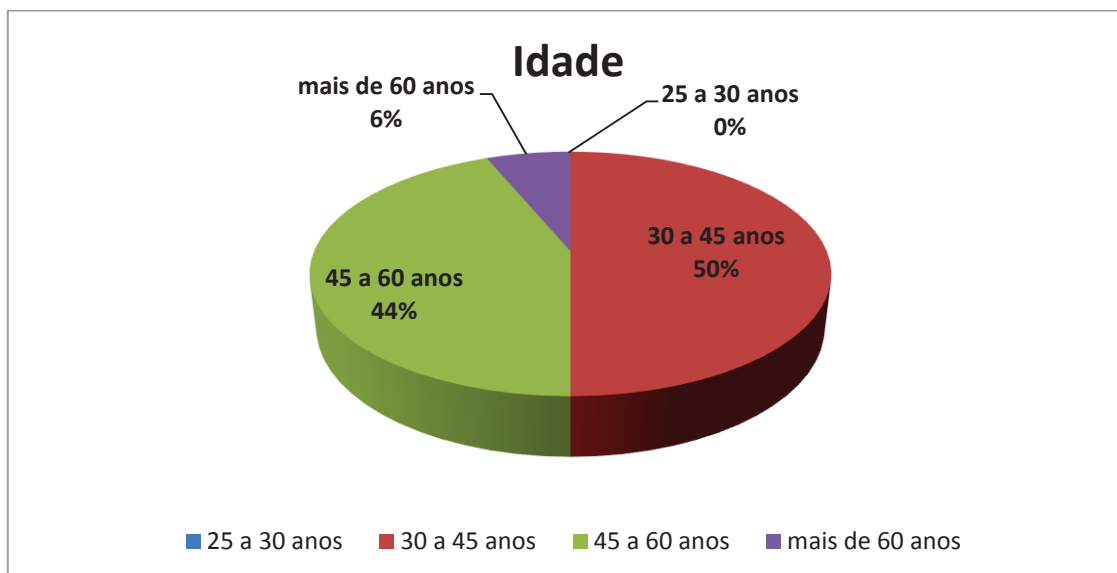
Gráfico 2 - Gênero dos participantes da pesquisa - 2015



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico 2 ilustra que dos dezesseis coordenadores de polo de apoio presencial do Tocantins que responderam o questionário, treze são do sexo feminino, equivalendo 81% e três do sexo masculino que corresponde a 19% do total pesquisado.

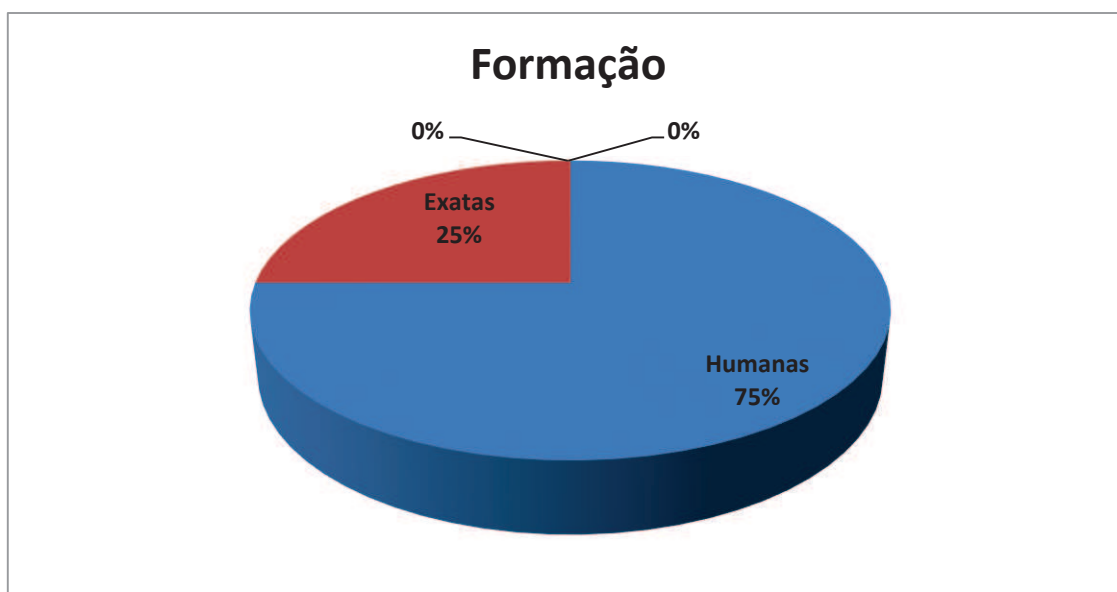
Gráfico 3 -. Idade dos participantes da pesquisa - 2015



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico 3 demonstra que os pesquisados tem idade variadas, sendo que oito têm de trinta a quarenta e cinco anos, sete tem idades de quarenta e cinco a sessenta anos e somente um tem idade que ultrapassa os sessenta anos.

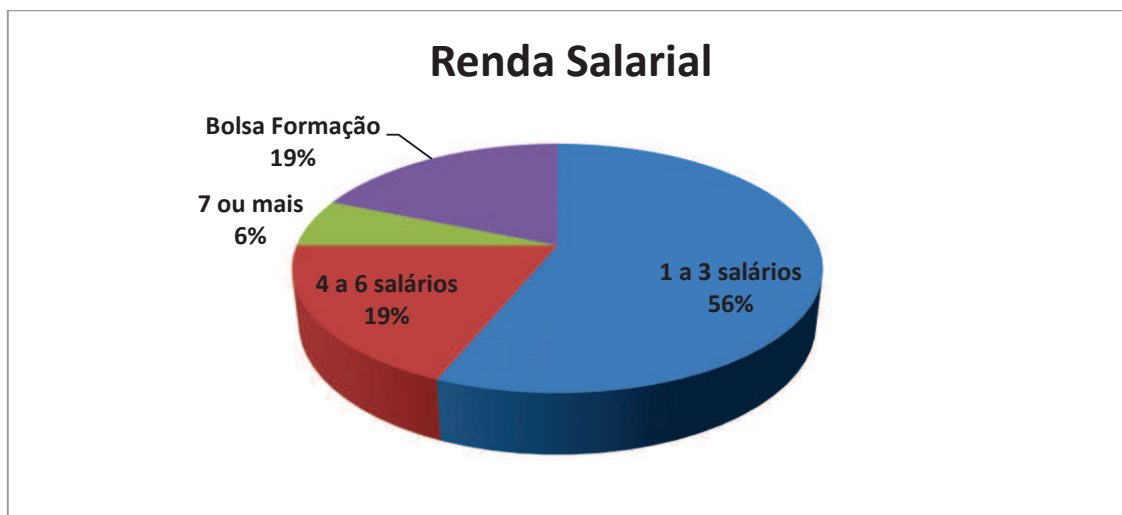
Gráfico 4 – Formação na área da Educação - 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 4 ilustra que 100% dos pesquisados possuem formação em nível de graduação e especialização na área da educação, sendo que 75% são da área de humanas e 25% da área de exatas.

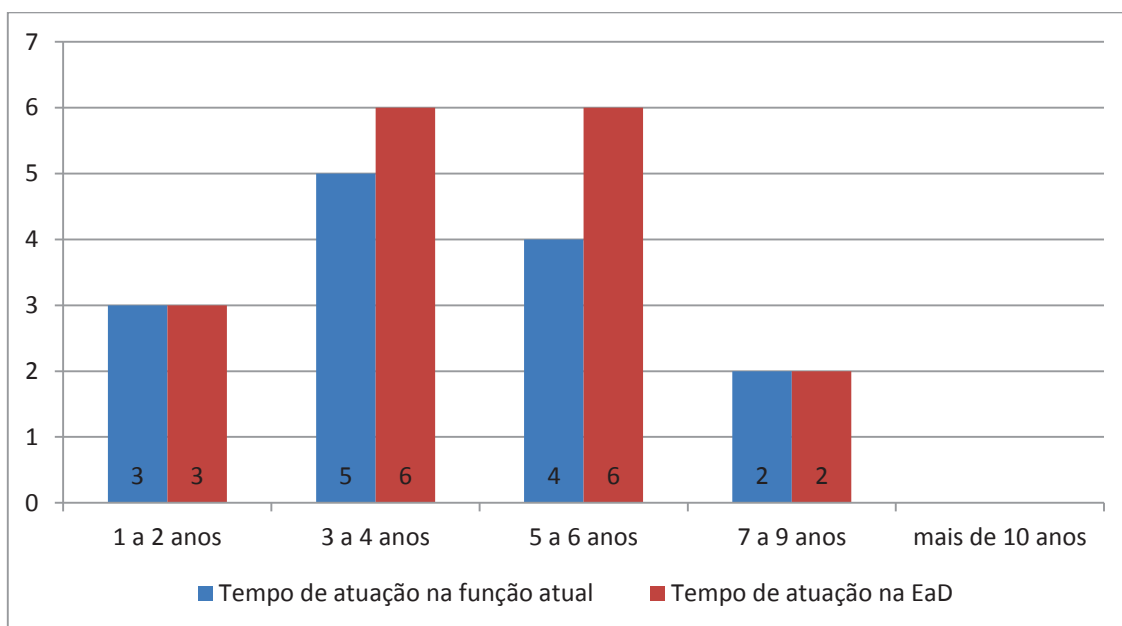
Gráfico 5 – Renda em salário mínimo - 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 5 demonstra que dos dezesseis pesquisados, nove recebem de um a três salários mínimos; três recebem de quatro a seis salários; um acima de sete salários e três coordenadores percebem somente a bolsa formação.

Gráfico 6 – Comparativo do tempo de atuação na função e experiência em EaD - 2015



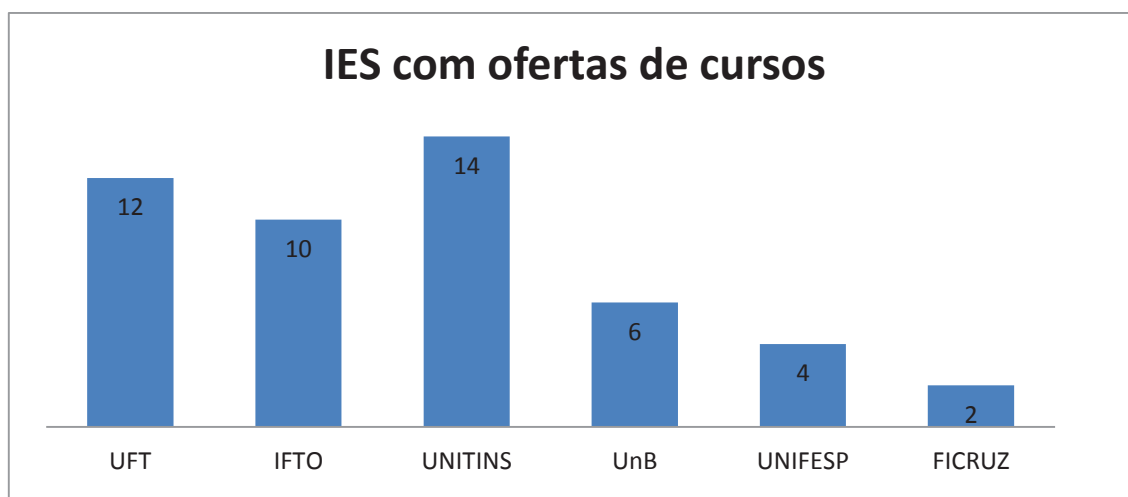
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

O gráfico 6 demonstra o tempo de atuação dos pesquisados na função de coordenador de polo, sendo que 21% tem de um a dois anos, 36% tem de três a quatro anos, 29% tem de cinco a seis anos, 14% tem de sete a nove anos e nenhum tem mais de dez anos na função de coordenador. Para o tempo de experiência na EaD, os dados demonstram que 18% tem de um a dois anos, 35% tem de três a quatro anos, 35% tem de cinco a seis anos, 12% tem de sete a nove anos e com mais de dez anos de experiência em EaD não identificou-se nenhum profissional.

Quanto aos polos, os pesquisados foram questionados sobre o ano de implantação no município, quais as instituições ofertantes e cursos ofertados com relação a quantidade e o nível de ensino. Dos dezesseis polos, um tem como dada de implantação o ano de 2006, dez o ano de 2008, e cinco, o ano de 2009.

Do ano de 2006 a 2009, o número de polos de apoio presencial no Tocantins aumentou 1.500% que atualmente atendem com ofertas de 39 cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e técnicos. Os cursos são ofertados por 06 IES, sendo 03 do próprio estado – Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e as demais de outras regiões do Brasil, como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de 02 cursos técnicos da Rede e-Tec, ofertados pela próprio estado através da SEDUC. O gráfico 7 identifica as IES que mais ofertam educação a distância de nível superior no estado.

Gráfico 7– Instituições de ensino superior ofertantes - 2015



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

O gráfico 7 ilustra que as IES que mais ofertam cursos nos polos de apoio presencial são do próprio estado do Tocantins, o que para os pesquisados é fator positivo pela proximidade que gera pelo contato com os professores e para a realização das atividades presenciais e práticas dos cursos.

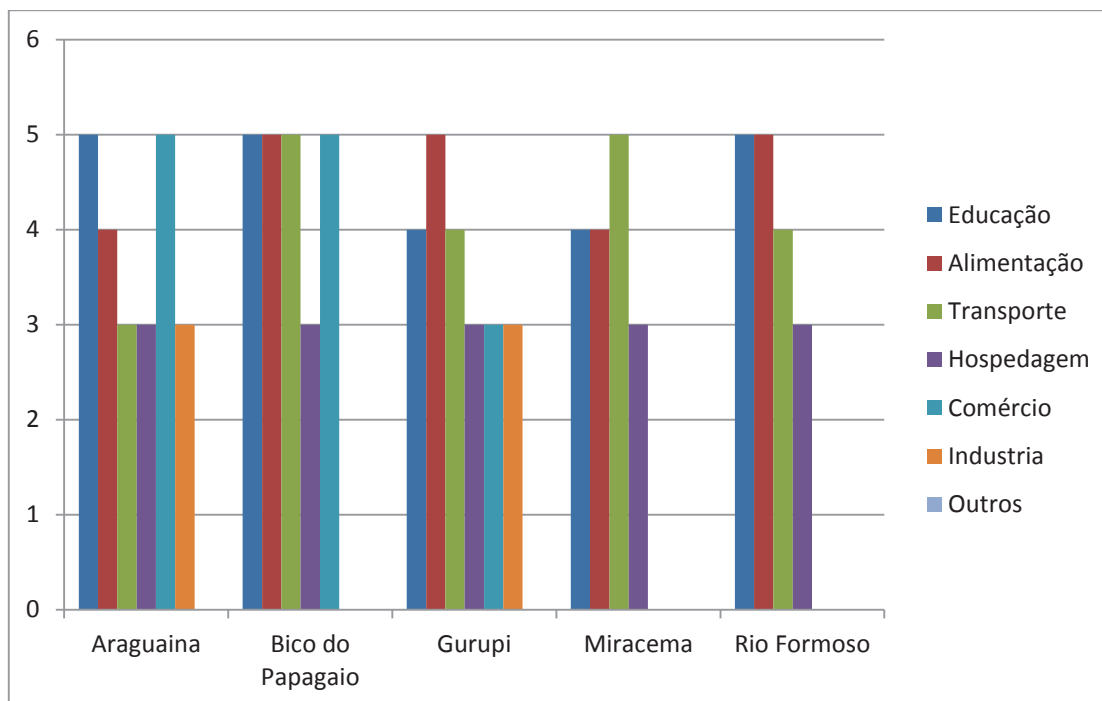
Outras IES como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), já ofertaram cursos nos polos de EaD do estado. Verificou-se também que a média de cursos por polos é de quatro e que o polo de Palmas é o que apresenta maior oferta, com doze cursos e o de menor oferta é o polo de Mateiros, com apenas um curso.

Sequencialmente será apresentado às atividades com maior destaque nos municípios onde os polos estão implantados. Os Polos presenciais de apoio foram compreendidos também como espaços universitários instituintes (Linhares, 2000), res/significados pela cultura local, a partir de suas próprias singularidades e como espaços pertencentes aos que nele e dele vivem, criam, transitam, praticam formação, sem qualquer pretensão de serem iguais, melhores ou piores que um campus universitário tradicionalmente instituído.

Quanto ao questionamento sobre o impacto gerado no desenvolvimento socioeconômico das mesorregiões e microrregiões onde os polos de EaD estão implantados, os respondentes identificaram as atividades sociais que mais evoluíram ou foram consideradas destaques nos municípios. Educação, alimentação, transporte, hospedagem, lazer, comércio e indústria foram as empresas, prestadoras de serviços e geradoras de lucros, sugeridas no questionário para escolha de até três itens.

Para as mesorregiões Ocidental e Oriental do Tocantins, a EaD surge como alavanca de desenvolvimento e as atividades socioeconômicas impulsionadas pela implantação dos polos e movimentação dos cursistas foram ressaltadas como novas oportunidades e empreendimentos abertos para atender a demanda nos municípios e entornos dos polos. Os gráficos 7 e 8 identificam as organizações/empresas em destaque nas microrregiões devido a implantação dos polos de apoio presencial.

Gráfico 8 – Organizações localizadas nas microrregiões que tiveram destaque com a implantação dos polos de EaD – Mesorregião de Ocidental



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

Com base no gráfico 8, as microrregiões foram descritas pelos pesquisados conforme segue:

Na microrregião geográfica de Araguaína, que tem dois polos implantados, observou-se que por sua localização, mesmo tendo a pecuária como elemento fundamental de sua produção socioeconômica, relacionada, sobretudo a sua ocupação por meio da expansão da fronteira agrícola da região norte do país, induzida pela construção da BR-153, as atividades relacionadas a educação, ao transporte e a alimentação apareceram como fatores indutores de desenvolvimento para os municípios. No município de Araguaína, o comércio local foi considerado mais movimentado também no período de realização dos encontros presenciais. O polo de Nova Olinda fica no norte do estado e é mantido pelo Governo municipal.

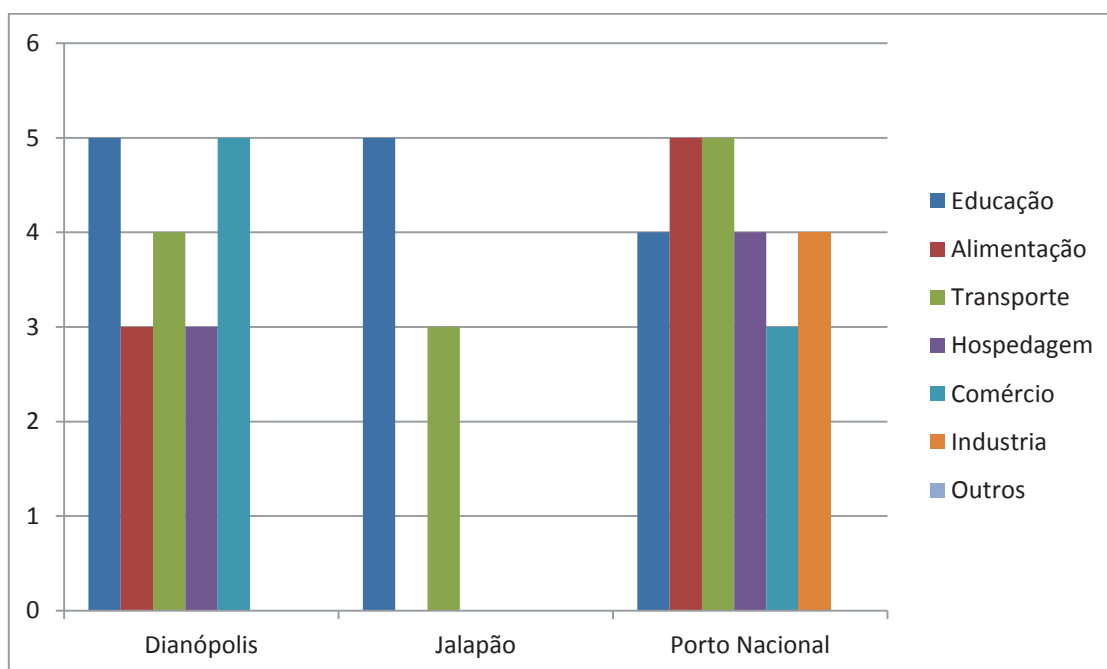
Na microrregião do Bico do Papagaio, onde o polo de Araguatins está implantado, segundo os pesquisados, a educação foi a organização mais citada, seguida pelo transporte e por estabelecimentos relacionados a hospedagem. A maioria dos cursistas é advinda da zona rural e de algumas cidades interioranas do estado do Pará que faz divisa com o estado do Tocantins, tendo em média distâncias percorridas de quarenta e cinco quilômetros.

Na microrregião de Gurupi estão implantados os polos presenciais nos municípios de Alvorada e Gurupi, as organizações mais frequentes são aquelas ligadas a alimentação e transporte, seguido das instituições de ensino e de hospedagem.

Na microrregião de Miracema do Tocantins, onde tem implantando polos nos municípios de Guaraí e Araguacema as organizações mais frequentes são aquelas ligadas a alimentação e transporte, seguido das instituições de ensino e de hospedagem. No polo de Araguacema ressalta-se a educação pela dificuldade de acesso a um campus universitário, sendo que o mais próximo está localizado há mais de cento e vinte quilômetros.

Na microrregião geográfica de Rio Formoso, somente no município de Cristalândia foi implantado polo de EaD que aponta a educação, transporte e alimentação como principais organizações que movimentaram-se devido a precariedade de oferta de nível superior, além de ter um percentual considerado de cursistas advindos da zona rural.

Gráfico 9– Organizações localizadas nas microrregiões que tiveram destaque com a implantação dos polos de EaD – Mesorregião Oriental



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

Os polos participantes da microrregião geográfica de Dianópolis apontam como principais organizações de seu entorno que se destacaram com a implantação dos polos

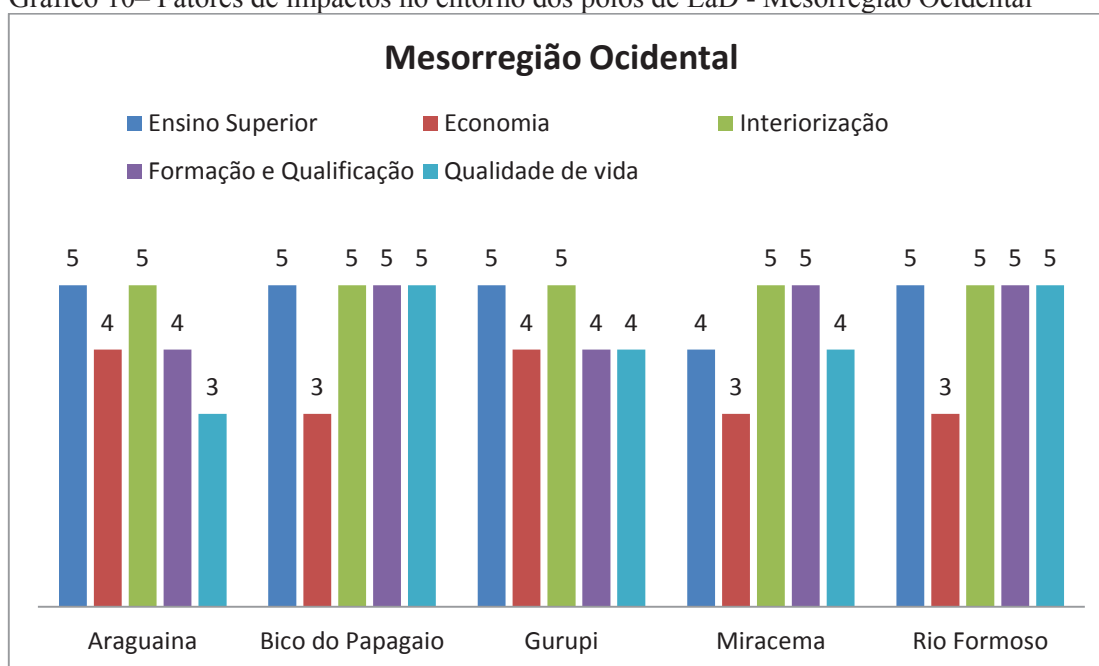
foras as relacionadas à educação, alimentação, transporte e comércio. No polo de Taguatinga os cursistas são, em sua maioria, advindos da zona rural.

Na microrregião geográfica de Porto Nacional, com três polos presenciais implantados nos municípios de Porto Nacional, Palmas e Pedro Afonso as organizações que foram citadas com mais frequência pelo desenvolvimento socioeconômico que provocam ao seu entorno foram a alimentação, comércio e indústria e ainda as atividades de lazer. O gráfico 9 ilustra a distribuição das principais organizações dos entorno dos polos.

Constatou-se também que o transporte é uma organização de destaque na maioria dos polos pesquisados e que a distância percorrida pelos cursistas é 15 a 75 km, tendo seis cursistas que percorrem distâncias maiores que 100 km para frequentar as atividades presenciais nos polos.

Observou-se que no questionamento para aferir o impacto da implantação do polo de apoio presencial com as atividades realizadas nos municípios, foram apontados pelos pesquisados os principais fatores que impactaram o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e serão descritos conforme a ilustração dos gráficos a seguir:

Gráfico 10– Fatores de impactos no entorno dos polos de EaD - Mesorregião Ocidental



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

Para a mesorregião Ocidental do Tocantins a oportunidade de acesso ao ensino superior e a interiorização foram apontados como os principais fatores de desenvolvimento socioeconômico.

Isso se deu pela flexibilidade de tempo e espaço para conclusão da graduação ou especialização e pelas relações provocadas no entorno, não só econômicas, mas também sociais e espaciais pela mobilidade populacional e os fluxos de integração do território, além da gratuidade tendo apresentado valor máximo nas cinco microrregiões.

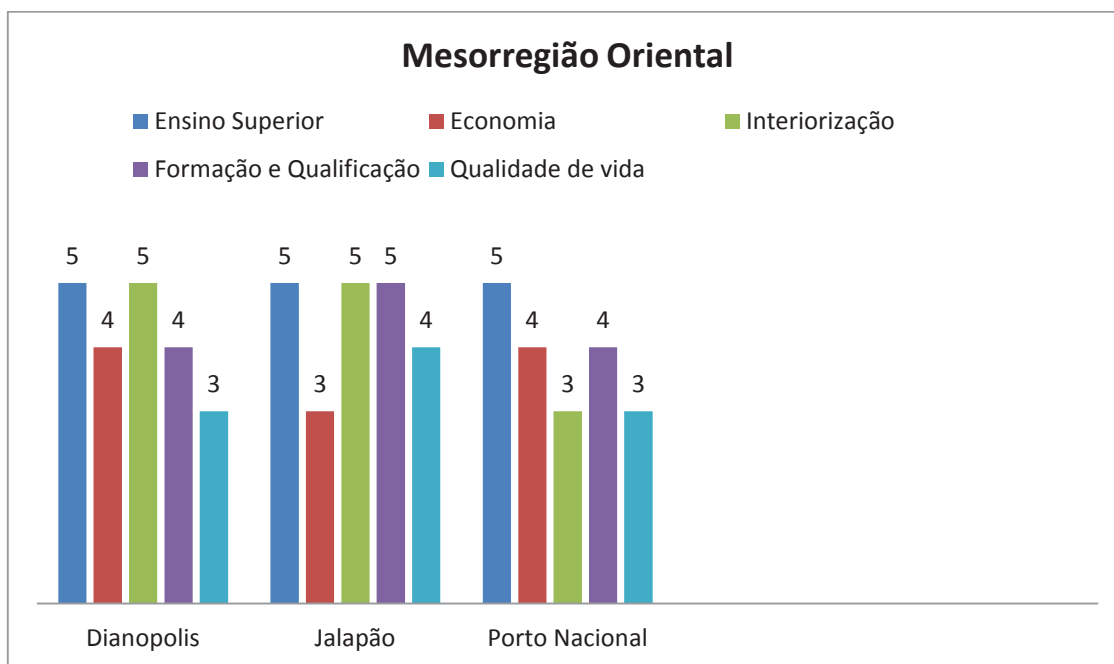
Para o fator Economia, as microrregiões de Araguaína e Gurupi ressaltam o crescimento e desenvolvimento econômico causado pela implantação do polo e destacam a expansão na oferta de trabalho como consequência da formação e qualificação e a busca por empregos mais bem remunerados.

Também foi citado aumento no movimento econômico nos estabelecimentos localizados nos municípios de Araguacema e Cristalândia e, principalmente para os restaurantes, hotéis e comércio local e ainda para o último polo a construção física do polo gerou melhorias relacionadas a infraestrutura local como pavimentação e limpeza da rua.

Quanto ao fator Qualidade de vida, o gráfico aponta que a oferta dos cursos nos polos vem suprimindo a carência de graduação e especialização de diversos profissionais nas quatro microrregiões – Araguaína, Bico do Papagaio, Miracema e Rio Formoso gerando pela qualificação profissional a melhoria na qualidade de vida da comunidade e para a redução da desigualdade social e econômica, além de contribuir com a inclusão digital.

Como resultado das análises, os participantes da pesquisa que pertencem a mesorregião Oriental apontam os fatores que foram impactados pela implantação dos polos de EaD nas microrregiões e contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde a oferta dos cursos na metodologia a distância se consolidam ano após ano, conforme o gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11 – Fatores de impactos no entorno dos polos de EaD – Mesorregião Oriental.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

Para a mesorregião Oriental do Tocantins foi citado como fator de impacto em todas as microrregiões o acesso ao ensino superior gratuito pelo que oportuniza através da oferta de cursos de formação e qualificação profissional proporcionando a busca e mudança por empregos mais bem remunerados.

A interiorização, na microrregião do Jalapão foi apontada como o principal benefício com a implantação do polo de EaD em Mateiros, condicionando aumento do fluxo de pessoas na região e da economia local, seguido pela oferta de formação e qualificação disponível que gera ainda ascensão social e conseqüentemente melhora na qualidade de vida como foi complementado pelos envolvidos.

Para o fator Economia, foi apontado que a oferta dos cursos nos polos, principalmente nas microrregiões de Dianópolis e Porto Nacional geram aumentos dos fluxos de movimentações nas redes de hotéis, pensões, casas de alugueis, quitinetes, bem como de restaurantes e espaços de alimentação (padarias, lanchonetes, supermercados e outros) pelo aumento no quantitativo de cursistas que se deslocam para a realização dos encontros presenciais, além de suprir com a carência de outros setores, serviços e empresas das regiões pelo que gera de mão de obra especializada.

Gráfico 12 – Fatores geradores de desenvolvimento socioeconômico após a implantação dos polos EaD nos municípios do Tocantins – (2007 – 2016).



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Diana (2015).

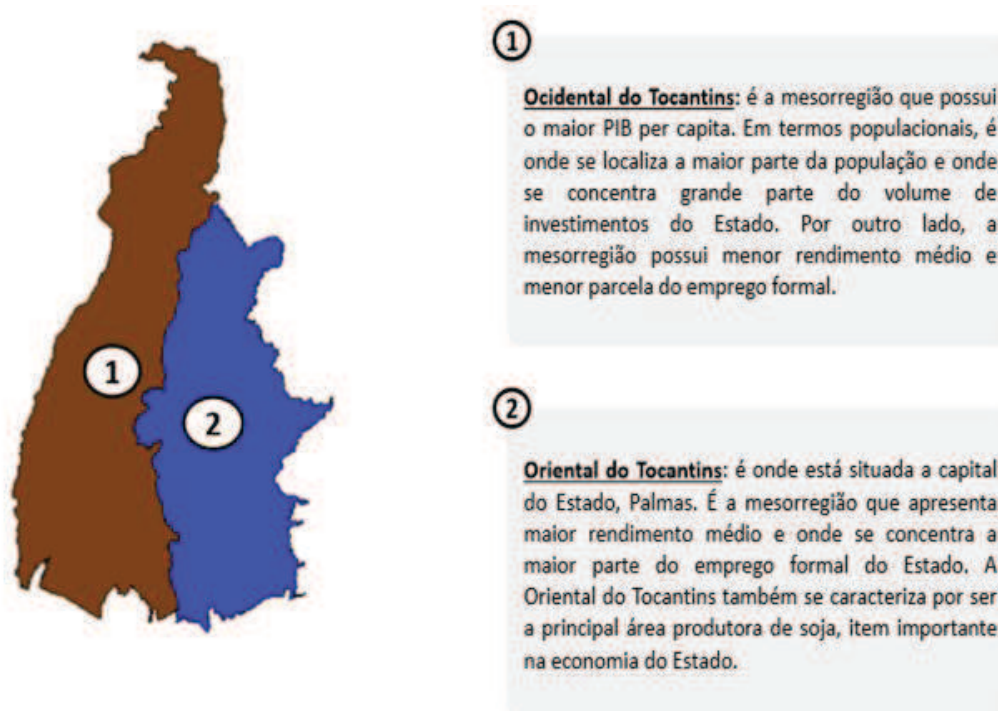
Observou-se, no gráfico 11, que em todas as microrregiões (Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional) onde os polos de EaD estão implantados, os fatores que mais contribuíram para o desenvolvimento do município e entornos foram o acesso ao ensino superior gratuito e a interiorização das IES dado a oportunidade de ensino público de nível superior, sendo sequencialmente atingido por outros fatores como a formação, a qualificação e o crescimento econômico de atividades da localidade, dentre vários outros também citados.

Assim, para todo o estado do Tocantins, compreende-se que o desenvolvimento socioeconômico tem o polo de EaD como idéia central local e o conjunto de fatores que circulam nos entornos como contribuição para as comunidades envolvidas, conforme demonstrado na Figura 12.

Para levantamentos dos resultados dessa pesquisa referentes as mesorregiões Ocidental (1) e Oriental (2) foi observado também, inicialmente, o documento Relatório

Estadual do Tocantins - 2015, produzido pelo Banco Itaú quanto a descrição dos perfis das mesorregiões do estado do Tocantins que apresenta-se conforme segue:

Figura 12 – Mapa do Tocantins e os perfis das mesorregiões Ocidental e Oriental, 2015



Fonte: Itaú (2015), adaptado pela autora.

Para a educação, conforme o relatório citado, o Tocantins tem o 14º maior IDHM do Brasil e o terceiro maior do Norte. Entre as categorias, o Estado ocupa a 14ª colocação em educação e a 15ª em renda. Entre os municípios, a maior parte (74,8%) possui desenvolvimento médio, 18% possuem desenvolvimento baixo e 7,2% apresentam desenvolvimento alto.

Em termos de escolaridade, a maior concentração populacional (38,7%) é de pessoas com o ensino fundamental incompleto. Além disso, a participação da população com ensino superior presencial em curso decresceu entre 2012 e 2013, elevando o acesso a educação a distância.

É salutar pontuar que mesmo com a delimitação da pesquisa, o processo de desenvolvimento das localidades não serão apresentados pela carência de dados, levando em conta que os polos de apoio presencial foram regulamentados em 2005 a partir do Decreto nº 5.622 e no Tocantins, implantados a partir de 2007, e para isso

torna-se necessário o acompanhamento do desenvolvimento ao longo de um determinado tempo de existência do polo de EaD, além de que os índices de desenvolvimento humano são extraídos com base nos censos demográficos do IBGE em 1991, 2000 e 2010.

Mesmo assim, observa-se que a interiorização da educação está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do município e do entorno do polo, conforme tabela 06.

Tabela 06 – Comparativo dos IDHMs dos municípios com Polo EaD – (1991, 2000 e 2010)

Municípios Polos de EaD	1991		2000		2010	
	IDHM	IDHM Educação	IDHM	IDHM Educação	IDHM	IDHM Educação
Alvorada	0,471	0,256	0,578	0,407	0,708	0,623
Araguacema	0,320	0,104	0,477	0,282	0,639	0,553
Araguaína	0,451	0,230	0,580	0,431	0,752	0,712
Araguatins	0,301	0,110	0,432	0,240	0,631	0,525
Arraias	0,338	0,123	0,474	0,261	0,651	0,523
Colinas	0,418	0,191	0,561	0,392	0,701	0,614
Cristalândia	0,431	0,210	0,544	0,374	0,673	0,570
Dianópolis	0,385	0,174	0,515	0,334	0,701	0,624
Guaraí	0,417	0,215	0,559	0,408	0,741	0,670
Gurupi	0,497	0,281	0,610	0,442	0,759	0,706
Mateiros	0,147	0,014	0,281	0,076	0,607	0,463
Natividade	0,336	0,126	0,476	0,264	0,673	0,556
Palmas	0,439	0,198	0,654	0,508	0,788	0,749
Palmeirópolis	0,412	0,183	0,545	0,368	0,673	0,571
Pedro Afonso	0,421	0,204	0,546	0,376	0,732	0,664
Porto Nacional	0,424	0,203	0,562	0,406	0,740	0,701
Taguatinga	0,316	0,123	0,451	0,240	0,634	0,497
Tocantinópolis	0,387	0,183	0,542	0,434	0,681	0,623

Fonte: elaborado pela autora baseado no Atlas Brasil, 2014.

Segundo o Atlas Brasil (2014), a evolução do componente Educação foi o indicador com melhor desempenho no período de 1991 a 2010, apresentando crescimento em todos os municípios do estado do Tocantins. Como amostragem, para observação desse componente, foram analisados também os 06 menores índices municipais do estado que tiveram como referência o ano de 1999: Mateiros de 0,014, Araguacema de 0,104, Araguatins de 0,110, Arraias e Taguatinga de 0,123 e Natividade com 0,126. Esses municípios são considerados de localização extrema em relação a capitais Palmas e desassistidos de desenvolvimento econômico e social, com

IDHM de índices Muito Baixos e na faixa de degração de desempenho de desenvolvimento humano.

Em 2000, para os mesmo municípios, os índices permaneceram descritos na mesma faixa: Mateiros com 0,076, Araguatins e Taguatinga 0,240, Arraias 0,261, Natividade 0,264 e Araguacema 0,282. Já em 2010, os índices elevaram-se consideravelmente tendo Mateiros apresentado índice de desenvolvimento de 0,463, Taguatinga de 0,497, Arraias de 0,523, Araguatins de 0,525 e Araguacema de 0,553, passando esses municípios a faixa considerado Baixo, com exceção de Mateiros que mesmo permanecendo na faixa Muito Baixo teve um hiato de desenvolvimento superior a 70%.

Considera-se, portanto, que a educação como ação efetiva de democratização entre o mundo e o homem desempenha função mediadora para uma vida digna e coexistente com o trabalho. No tópico a seguir serão apresentadas as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

Considerações Finais

Tendo concluído para este estudo a apresentação da fundamentação teórica, dos procedimentos metodológicos, da organização dos dados obtidos, seguido de sua análise, apresenta-se neste tópico as conclusões alcançadas. Somam-se a isso, as recomendações para as demais pesquisas futuras.

A Educação a Distância no contexto da implantação dos polos de apoio presencial firma-se a cada dia como ação de política pública de educação eficaz pela demanda que atende, pela oferta do ensino público de qualidade em nível superior, pela interiorização de IES que promove e pela oportunidade de formação pela flexibilidade de tempo e espaço, bem como de autonomia na aprendizagem levando o cursista ser o gestor de seu processo de formação, pela capacidade de auto dirigir e auto regular a auto aprendizagem, além de evidenciar os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do local e entornos onde os polos estão implantados.

Na busca do objetivo geral, foram elencados objetivos específicos, sendo que para o alcance do primeiro identificou-se a UAB como um programa do MEC em parceria com estados, municípios e as instituições de ensino superior credenciadas com

a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos de formação superior, com vista atender o maior número de cidadãos no Brasil.

Para alcançar o segundo objetivo específico mapeou-se as informações geográficas das mesorregiões e microrregiões do Tocantins, identificando as ofertas de cursos e demandas. No terceiro e quarto objetivos específicos identificou-se os dados sociais, o IDHM e a faixa de IDHM dos municípios onde os polos de EaD estão implantados, além das principais organizações produtivas locais para relacionar o impacto causado pela implantação dos polos de apoio presencial com as atividades socioeconômicas dos municípios e seus entornos.

Diante das respostas dos pesquisados, para o estado do Tocantins, o acesso ao ensino superior, a interiorização das IES e as oportunidades de formação e qualificação profissional são as ações de grande impacto as comunidades onde os polos estão implantados e aos seus entornos, contribuindo para a visibilidade e para a economia do município pelo aumento das atividades produtivas em decorrência do fluxo de pessoas dado as atividades presenciais e de apoio dos cursos. Pela distância dos polo e pela obrigatoriedade de carga horária presencial, o cursista necessita desloca-se do seu local de origem ao centro de formação, gerando com isso aumento na renda pela abertura de novos pontos de comércio de diversos segmentos que destacaram como os mais impactados a educação, o transporte, a alimentação e a hospedagem.

Identificou-se que essa movimentação em torno dos polos gera, independente da mesorregião e microrregião a que pertença, impactos econômicos que promovem o desenvolvimento socioeconômico do município beneficiado pela implantação do polo de EaD, já que a expansão da formação e a qualificação profissional faz crescer o fluxo de pessoas e estudantes na comunidade e conseqüentemente suscita maior giro econômico no comércio local.

Também foi possível, através dos resultados alcançados, fazer uma relação dos benefícios da implantação dos polos de EaD com o desenvolvimento socioeconômico do município, considerando a qualificação profissional e o aumento da mão de obra qualificada para mercado de trabalho local e entornos. Outro aspecto considerado relevante pelos pesquisados foi com relação às mudanças na infraestrutura das cidades, com melhorias com nos aspectos de limpeza pública e urbanização, gerando com isso também maior qualidade de vida.

Nas microrregiões onde estão implantados os polos de apoio presencial a faixa de IDHM dos municípios são consideradas alto e médio, com porcentagens aproximadas, e relevantes similaridades quanto aos fatores que impactam no desenvolvimento socioeconômico local e dos entornos dos espaços de formação, gerando uma perspectiva positiva pela cadeia de benefícios que promove pelo aumento do fluxo de pessoas nas comunidades principalmente do interior do estado.

Com essas considerações, conclui-se que a EAD consiste na união entre tecnologias de informação e conteúdos instrucionais sistematizados que para funcionar dependem do envolvimento responsável de alunos, professores, instituições de ensino, órgãos públicos, empresas e governos. Como a maioria dos municípios brasileiros não tem acesso a educação superior, a EAD emerge nesse cenário como alternativa para preencher a lacuna de formação em nível superior no mundo, no Brasil e principalmente em regiões onde a disseminação do conhecimento ainda tem muito a percorrer.

Ao cumprir esta etapa, percebe-se que essa pesquisa não finda nessas linhas. Pelo contrário, é o início para várias discussões pertinentes que possam contribuir à complexa tarefa de significação e ressignificação dos Polos de EaD e da consolidação desta modalidade de ensino no estado do Tocantins, como forma de democratização do acesso ao ensino superior público e de qualidade para que o conhecimento revele-se como potencial fator transformador. Sugere-se, portanto, para sequenciar estudos com essa temática que sejam realizadas pesquisas futuras que tenham objetivos de:

- Ampliar a pesquisa apresentada no que diz respeito a análise pela ótica dos outros envolvidos, a exemplos dos alunos, tutores e professores, além dos gestores municipais;
- Reconhecer o impacto gerado no entorno das mesorregiões e microrregiões do Tocantins no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico da região Norte, tendo em vista a proximidade regional e a movimentação de pessoas entre os estados;
- Identificar se os cursos ofertados pelas IES credenciadas atendem as demandas da força produtiva local, além de verificar se os concluintes são inseridos no mercado de trabalho pela formação adquirida.

REFERÊNCIAS

- ABED. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. Volume 15, set. São Paulo, 2016.
- AJARA, César; BARBOSA, Jaci Gelabert; BEZERRA, Vera Maria D’Avila C. **O Estado de Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53 (4): 5 – 48, outubro/dezembro. p 5–48. 1991.
- ALMEIDA, M.S. **Elaboração de projeto, tcc, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ALVES, I. R. M. **A história da EAD no Brasil**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (orgs.). Educação à Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- ANGULSKI, T.N. **Coordenador de polo: uma discussão acerca dos conhecimentos necessários à uma boa gestão**. In. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 2011.
- BASTOS, A.T. ; VIDAL, E.M.; FREITAS, A.A.F. ; NUNES, J.B.C. **Polos de apoio presencial: requisitos e desafios da gestão**. In. ESUD 2013 - X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Belém, 11 a 13 de junho de 2013.
- BATES, TONY. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016.
- BELLONI, M.L. **Educação a Distância**. 5.ed. 1ª reimpressão. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. 09 de setembro de 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/colativa_censo_superior_2013.pdf>. Acesso 22.jan.2015.
- BRASIL, Ministério da Educação - MEC. **Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância** – versão preliminar. Secretaria de Educação a Distância, Brasília: [s.n.]. 2007.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Secretaria de Gestão, Brasília: [s.n.]. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Universidade Aberta do Brasil**. Portal Universidade Aberta do Brasil. 2010. Disponível em: < <http://uab.capes.gov.br/>>. Acesso em 20.jul.2015.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>Acessado em 14.jul.2015.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Decreto nº 5.088, de 8 de junho de 2006.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Decreto/D5800.htm> Acessado em 19.jul.2015.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>Acessado em 21 agos.2015.

CAPES/DED. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Orientações para mantenedores e gestores.** Brasília. 2010.

CARDOSO, J. M. R.; MOREIRA, B. C. M.; BATTISTI, P. **Gestão de pessoas em Polos de Apoio Presencial: Contextos e desafios.** In: VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância - ESUD, 2011, Ouro Preto. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância: A EAD e a transformação da realidade brasileira, 2011.

CARIO, S.A.F. **Desenvolvimento socioeconômico.** Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas. UFSC, 2011.

CENSO EAD.BR. **Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014.** Curitiba: Ibpx, 2015.

DIANA, J. B. **O polo de apoio presencial e o desenvolvimento socioeconômico: uma leitura do entorno.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC, 2015.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

DRUCKER, P.F. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade.** São Paulo: Nobel, 2002.

DUARTE, G. A., LEMOS, L. C. S., SOZINHO, R. B., SENA, T. M. **As (trans)formações sócioespaciais no estado do Tocantins e o (des)envolvimento a partir da implantação da rodovia Belém Brasília (BR-010).** Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre-RS, p. 01-10. 2010.

FREEMAN, Richard. **Planejamento de sistemas de educação à distância: Um manual para decisores.** The Commonwealth of Learning – COL. Vancouver, Canadá, 2003. Disponível em: <http://www.abed.org.br/col/planejamentosistemas.pdf>. Acesso em: 25/03/2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERMIDA, Jorge Fernando. BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A Educação a Distância: História, Concepções e Perspectivas**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, ago 2006, p. 179-180.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Volume 1. Rio de Janeiro. 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional**. 2014c. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.sh>. Acessado em 15.dez.2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial brasileira**. 2014a. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.s>. Acessado em 15.dez.2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é censo**. Brasília. 2014. Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/sobre-o-ibge/oque-e-censo>>. Acessado em 24.nov.2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Brasília; 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopsesinopse>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2012**. Brasília; 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-daeducacao-superior/resumos-tecnicos>. Acesso em: 27 jun. 2015.

ITAU. **Relatório Estadual Tocantins – 2015**. Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Banco Itaú Unibanco S.A. Disponível em: <http://www.itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes>. Acesso em out,nov.2016

LACÉ, Andréia Mello. **A Universidade Aberta do Brasil (UAB): das origens na ditadura militar ao século XXI**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LAKATOS, E.V.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINDBLUM, Charles E. **The Science of Muddling Through**. **Public Administration Review** 19(2), Spring, 1959. Em: Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento. **Muddling Through 1: a ciência da decisão incremental**. Brasília: Editora UnB, 2010.

LINDBLOM, Charles E. Still **Muddling, NotYetThrough**. **PublicAdministrationReview**, 39 (6), Nov-Dec, 1979. Em: Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento. **MuddlingThrough 1: a ubiquidade da decisão incremental**. Brasília: Editora UnB, 2010.

LITTO, F.M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2007.

MILL, D. **Educação a Distância contemporânea: noções introdutória**. In. OTSUKA, J.; OLIVEIRA, M.R.G.; LIMA, V.S.; MILL, D.; MAGRI, C. (org) **Educação a Distância: formação do estudante virtual**. São Carlos: EdUfscar: 2011.

MILL, D. **A Universidade Aberta do Brasil**. In. LITTO, F.; FORMIGA, M (org.). **Educação a Distância: o estado da arte - volume 2**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MOORE, M.G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

_____. **Educação à Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

OLIVEIRA, JOSÉ IZECIAS. **Vulnerabilidades e superação da desigualdade educacional no Brasil: Goiás em análise**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Strito Senso em Educação, 2015.

PERDIGÃO-NASS, D. **Licenciaturas a distância em Física e Química no Tocantins: trajetórias, possibilidades e limites**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Biociência, 2012.

PNUD Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em fevereiro.2016.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1992.

RIBEIRO, M.G.S.; FERNANDEZ, B.P.M.; MARTINS, S.; CZIMIKOSKI, F. **Indicadores econômicos: o PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico**. In. II Coninter. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 8 a 11 de outubro de 2013.

SALES,S.B. **A consolidação dos polos UAB como espaços de interiorização da formação universitária de professores: a experiência do curso de licenciatura em física – EAD da UFES, no polo UAB de Itapemirim/ES**. In. SIED – Simpósio Internacional de Educação a Distância, UFSCar, 10 a 22 de setembro de 2012.

SANTOS, Elinaldo Leal e et. al, **Desenvolvimento: Um conceito Multidimensional**. Revista Desenvolvimento Regional em Debate. n.1, ano 2, 2012. SITTE

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas (Coletânea de Políticas Públicas)**. Brasília, ENAP, 2002.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural. 1997.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Desenvolvimento e território**. Brasília. [20--]a. Disponível em <http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimentoterritorial/o-que-e/desenvolvimento-e-territorio2/territorios/integra_bia/ident_unico/12302>. Acesso em 16.nov.2014.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Indicadores de Desenvolvimento**. Brasília.[20--]b. Disponível em <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimentoterritorial/temas-relacionados/indicadores-de-desenvolvimento>>. Acesso em 16.nov.2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, D.R. **Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, n. 3, jan/jun, p. 9-26, 2004.

SIEDENBERG, D.R. **Indicadores de desenvolvimento econômico: uma síntese. Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, n.1, jan/jun, p.45-71, 2003.

SILVA, E. R. G. ; RIBAS, J. C. C. ; MOREIRA, B. C. M. ; BATTISTI, Patrícia ; PEREIRA, A. T. C. . **Gestão de Polo de apoio presencial no sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade**. RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 8, p. 01-25, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

_____. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1999. TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

VARGAS, J.E.N.; LIMA, R.S.; AZEVEDO, H.H.D. **Função social do gestor de polo no Sistema Universidade Aberta do Brasil.** In.: 5º CONAHPA. Congresso Nacional de Ambientes Hiperfídia para Aprendizagem. Pelotas, 5 e 6 de setembro de 2011.

VIANNEY, J.; TORRES, P.L.; SILVA, E.F. **A universidade virtual no Brasil: o ensino superior a distância no país.** Tubarão: Ed. Unisul, 2003.